

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Mariana Costa Carvalho

**Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da
experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas
de Autogestão**

Juiz de Fora
2012

Mariana Costa Carvalho

**Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da
experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas
de Autogestão**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Lúvia de Souza Coimbra

Juiz de Fora
2012

Mariana Costa Carvalho

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra

**Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da
experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas
de Autogestão**

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^a. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dra. Rosângela Nair de Carvalho Barbosa – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Leila Baumgratz Delgado Yacoub – Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Alguns autores no âmbito do Serviço Social vinculados à tradição marxista realizam críticas à economia solidária enquanto possibilidade de superação do trabalho subordinado e de transformação social. Seguindo os fundamentos desta crítica, este estudo tem como intuito analisar os princípios que fundamentam a perspectiva de atuação político-pedagógica da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão – ANTEAG. O trabalho de assessoria da ANTEAG junto às empresas de autogestão oriundas de massa falida é analisado a partir de uma perspectiva histórica, apontando para as transformações políticas e econômicas vivenciadas no Brasil a partir da década de 1990, período importante da reestruturação produtiva em nosso país. Como consequência desse processo tem-se um elevado número de empresas em processo falimentar que passam a ser geridas pelos trabalhadores. Buscando apoio para o enfrentamento de um novo quadro os trabalhadores recorrem aos sindicatos. Sem condições de apoio imediato, cria-se a ANTEAG, entidade com o objetivo de assessorar os trabalhadores que se encontram em processo de recuperação de empresas em situação falimentar, bem como possibilitar a formação política dos trabalhadores autogestionários. Este estudo busca apresentar os princípios que fundamentam a ANTEAG, procurando destacar a tensão entre a construção de uma nova cultura para o trabalho e a emancipação dos trabalhadores nos limites da sociedade do capital.

Palavras-chave: Economia solidária; Autogestão; Assessoria.

ABSTRACT

Some authors within the Social Services linked to the marxist tradition to perform critical solidarity economy as a possibility for overcoming child labor and social transformation. Following the foundation of this critique, this study is meant to examine the principles underlying the perspective of political-pedagogical activity of the National Association of Employees and Self-Managed Companies - ANTEAG. The advisory work of ANTEAG self-management at the companies arising from the bankruptcy estate is analyzed from a historical perspective, pointing to the political and economic transformations experienced in Brazil since the 1990s, a period of major restructuring in our country. As a result of this process has a large number of companies in bankruptcy proceedings that are now managed by the workers. Seeking support for coping with a new framework workers turn to unions. No conditions of immediate support, it creates the ANTEAG, an entity with the goal of assisting workers who are in the process of recovery companies facing bankruptcy, as well as enable the political training of workers self-management. This study discusses the principles that underlie ANTEAG, seeking to highlight the tension between the construction of a new culture for work and emancipation of the workers within the limits of society's capital.

Keywords: Solidarity Economy, Self-management; Assistance.

Ao meu filho amado, João Lucas

Pensamos demasiadamente
Sentimos muito pouco
Necessitamos mais de humildade
Que de máquinas.
Mais de bondade e ternura
Que de inteligência.
Sem isso,
A vida se tornará violenta e
Tudo se perderá.

Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é, definitivamente, uma tarefa fácil, pois corremos o risco de não conseguir explicitar suficientemente as nossas sinceras gratidões.

Agradeço a Deus e a vida que me presentearam com o privilégio de poder conquistar mais um dos meus sonhos.

Aos meus familiares e, em especial minha mãe, pelo apoio e carinho incondicionais em todos os momentos. Às minhas madrinhas e padrinho.

Aos meus queridos amigos que não me abandonam nos momentos especiais, sejam os felizes, sejam os difíceis.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFJF pelo apoio, ensinamentos e discussões tão fundamentais no processo de aprendizagem.

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG pela bolsa concedida durante a realização do curso.

A atenção e a disponibilidade da assessoria de formação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, pela exposição da trajetória e dos desafios do trabalho dessa instituição.

À Rosângela Barbosa, por compartilhar seus conhecimentos, pela atenção e respeito com o trabalho. Obrigada por participar dessa jornada, por fazer apontamentos e considerações tão valiosos.

À Leila Baumgratz, pela disponibilidade em participar da Banca e pelas importantes contribuições.

A minha eterna e especial gratidão a Ana Livia - orientadora, referência acadêmica e amiga - agradeço o apoio, as orientações, a paciência e os ensinamentos: se no decorrer da vida

conseguimos superar as difíceis e impetuosas situações com as quais nos deparamos é porque, além da nossa fé, temos pessoas valiosas e imprescindíveis. Meu agradecimento também ao Álvaro e a Marina pela acolhida carinhosa.

João Lucas, meu filho, novo e eterno amor, fonte de vida e continuidade. Agradeço pela presença, pela existência e pelo sorriso.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABC	A - de Santo Andre; B - de São Bernardo do Campo; C - de São Caetano
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCQs	Círculos de controle de Qualidade
COOTRABALHO	Confederação Brasileira das Cooperativas de Trabalho
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sôcioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FACES do Brasil	Comércio Justo e Solidário
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GTBrasileiro	Grupo de Trabalho Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
INTECOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITCPs Populares	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas
LTDA	Limitada
MBA	Master of Business Administration
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores

RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDETEC	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENALBA	Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional
SESC	Serviço Social do Comércio
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: BASES TEÓRICAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO	20
1.1 A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E O TRABALHO SOB O CAPITALISMO	21
1.2 DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: A OFENSIVA SOBRE O TRABALHO	33
CAPÍTULO 2: ELEMENTOS DE TEORIZAÇÃO ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AUTOGESTÃO	46
2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO A SAÍDA PARA OS TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO E TRABALHO PRECÁRIO	47
2.2 APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	59
CAPÍTULO 3: AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA DO TRABALHO	75
3.1 RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS FALIDAS PELOS TRABALHADORES: A LUTA PELA INSERÇÃO ECONÔMICA SOB O VIÉS DE PRÁTICAS SOLIDÁRIAS	76
3.2 UM ESTUDO EMPÍRICO: A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
BIBLIOGRAFIA	111
ANEXOS	116

INTRODUÇÃO

A escolha desta temática destaca a proposta que se constitui como uma continuidade das reflexões desenvolvidas ao longo de cinco semestres de vinculação acadêmica na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFJF, durante a graduação em Serviço Social, havendo participação em atividades de mobilização e formação de coletivos de trabalho autogestionário.

A participação nessas atividades de assessoria a cooperativas e associações possibilitou verificar que diante da situação de precariedade do trabalho e do desemprego, os trabalhadores procuram criar alternativas que os levem à inserção no trabalho. Uma das modalidades tem sido a economia solidária que, para Singer (2003), constitui-se como uma forma de acesso aos trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (cooperados) e destinação do excedente anual (sobras).

Os coletivos eram vinculados aos setores de alimentação, agricultura, artesanato, coleta e reciclagem de resíduos sólidos, cujos processos e produtos eram marcados pelo baixo uso de tecnologia. Além disso, eram formados por reduzido número de participantes, beneficiários de programas e projetos sociais (como o Programa Bolsa-Família), além de enfrentarem graves dificuldades financeiras para garantir a produção e a circulação dos produtos ou serviços oferecidos.

Ao buscar respostas para os problemas enfrentados pelos grupos assessorados, enquanto estagiária de Serviço Social, foi possível observar que, além das cooperativas e associações, os trabalhadores também se organizam sob outras formas de trabalho autogestionário, como as empresas recuperadas, oriundas de massa falida, sob regime de autogestão.

Avançando nas reflexões, procuramos qualificar o que seria a autogestão praticada nestas unidades, para perceber quais as características que a afastariam da heterogestão, a praticada em empresas capitalistas. Em Albuquerque (2003, p. 20), encontramos:

Por autogestão, em sentido *lato*, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

A princípio apontamos que em nosso país o marco inicial para estas experiências é a década de 1990, sendo este período, no âmbito das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, tomada como um marco histórico importante para análise do contexto de crise do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, de mudanças nas formas de inserção dos trabalhadores nos vínculos tradicionais de emprego e de ampliação dos índices de desemprego, resultado, dentre outros fatores, da adoção do receituário neoliberal. Na verdade, um contexto marcado pelas expressões fenomênicas da crise estrutural do capital que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas e não somente no Brasil, a partir dos anos 1970, conforme analisa Antunes (1999). O decréscimo dos postos de trabalho verificado no início dos anos 1990, visível pela diminuição da classe fabril tradicional, conforme destaca o autor, teve como um de seus determinantes as falências de empresas, principalmente, do setor industrial.

Analistas, como Pochmann (2001), destacam que o Brasil passava, nos anos 1990, pela mais grave crise do emprego de toda sua história, superando até mesmo a transição do trabalho escravo para o assalariado e a depressão econômica de 1929. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho revelava a natureza e a dimensão da crise. Os principais componentes dessa desestruturação eram a presença do desemprego em praticamente todos os segmentos e em larga escala; a regressão dos postos formais de trabalho e a destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade, não tendo a mesma contrapartida em relação aos empregos criados. Em concomitância ao crescente desemprego e precarização do trabalho, novas formas de inserção no mercado, visando a geração de trabalho e a busca pela renda, passaram a ser criadas.

O elevado índice de desemprego no Brasil verificado nesse período levou a proliferação de associações de produção e distribuição de inspiração igualitária e democrática, sob as formas de cooperativas, pequenas empresas autônomas, empresas de autogestão, clubes de troca, entre outras denominações. Algumas passaram a utilizar, inclusive, moedas alternativas de circulação local. Esse conjunto de experiências econômicas, chamado de economia solidária, para muitos, vem sendo interpretado como uma forma de resistência à exclusão social, pobreza e desemprego a que muitos trabalhadores são submetidos, e também como “prenúncio de um novo modelo de desenvolvimento econômico” (SOUZA, CUNHA & DAKUZAKU, 2003).

Diante da situação de precariedade do trabalho e do desemprego, os trabalhadores procuraram criar alternativas que os levassem à inserção ou manutenção de seus postos de

trabalho. Além de cooperativas e associações, outra forma de organização foram as empresas recuperadas, oriundas de massa falida, sob regime de autogestão.

Expressão da necessidade dos trabalhadores em se organizar para uma nova situação de trabalho, surge, em 1991, a ANTEAG, um dos sujeitos coletivos que preconizam a autogestão como forma de acesso e permanência dos trabalhadores no processo produtivo. A recuperação de empresas pelos trabalhadores foi concebida como uma eficaz resposta para a crise, determinando a configuração dos objetivos e ações da ANTEAG que representa e assessora empresas de autogestão, organiza e orienta a recuperação de empresas em situação falimentar e grupos que pretendem constituir uma empresa autogestionária em diferentes setores da economia.

A dissertação que aqui apresentamos, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, procura apresentar e refletir exatamente sobre a experiência de assessoria a estas formas coletivistas e autônomas de organização desenvolvida pela ANTEAG. Nosso estudo busca destacar os princípios políticos que direcionam o trabalho de assessoria prestado às empresas recuperadas para que estas possam implantar o modelo autogestionário em sua organização e gestão ou resolver questões que surgem durante a produção.

Este estudo, inscrito no campo do trabalho, busca trazer elementos que possam contribuir para desvendar os princípios que os trabalhadores, organizados na ANTEAG, têm utilizado para terem acesso a um direito fundamental: o trabalho. Situa-se no novo quadro descrito por Barbosa (2007). Segundo a autora, historicamente os estudos sobre trabalho centravam-se na questão do assalariamento, ressaltando a reprodução do trabalhador e a proteção social, típicos do modelo fordista/keynesiano, que envolvia uma certa estabilidade na carreira e qualificação, com perspectiva de aposentadoria. A partir da década de 1990, esse quadro altera-se, ocorrendo a ampliação das formas de trabalho, a partir da mistura de trabalho assalariado com trabalho autônomo ou informal. É a partir de então que os estudos da área do trabalho passam a se ocupar deste novo cenário, apontando a presença de diferentes experiências de trabalho, assim como da reprodução social, oriundas do desemprego e da insegurança social.

Fenômenos como a precarização do trabalho e o aumento massivo do desemprego estrutural não podem ser estranhos a um sistema de produção que se baseia na exploração da força de trabalho e na apropriação da riqueza socialmente produzida. Como nos traz Mézsáros (2002, p. 606), “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de

troca – no interesse da auto-realização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início”.

Neste quadro, uma significativa parcela de trabalhadores sempre se verá numa situação de ociosidade forçada e os que ingressam no mercado formal acabam por acirrar a concorrência entre os próprios trabalhadores, devido à lei da oferta e da procura.

No Brasil as mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo são diversas e também profundas. Ocorridas a partir da década de 1990, conforme apontamos, verificou-se uma longa onda de desregulamentações nas relações de trabalho e de transformações no plano organizacional da produção. Esse cenário foi demarcado por um crescente aumento do desemprego e da informalidade, fatores que correlacionam-se ao surgimento de um conjunto de iniciativas dos trabalhadores que, a despeito de suas limitações, têm como objetivo a construção de práticas alternativas ao assalariamento para aqueles sujeitos que se encontravam em situação de desemprego ou de trabalho precário. A solidariedade passa a ser tomada como bandeira.

Práticas e experiências de organizações de atividades econômicas sob a perspectiva da igualdade e da solidariedade não são recentes. Entretanto, notável é que nas duas últimas décadas houve uma renovação do interesse pelo tema. Constata-se uma diversidade de formas de associações com o objetivo de produzir e reproduzir meios de vida que se baseiam em relações de reciprocidade e, no campo das idéias, identifica-se uma crescente literatura que trata dessas novas experiências. Ainda há a multiplicação de atores que defendem esse tipo de desenvolvimento a partir do apoio, inclusive financeiro, de instituições públicas e privadas, movimentos sociais e entidades da sociedade civil (CUNHA, 2003).

Para os defensores da economia solidária, ela se constituiria, a partir dos marcos aqui apontados, como uma forma de resistência dos setores populares em relação à crise e à exclusão social, trazendo como perspectiva a instauração de novas relações de trabalho, com o intuito de superação do trabalho subordinado. Além da possibilidade de reprodução social imediata do trabalhador, a economia solidária carregaria consigo um potencial de transformação social. Não seria, assim, apenas uma forma de atender às necessidades materiais básicas e imediatas, mas, sobretudo, traria possibilidades emancipatórias. Destacamos, neste campo, Singer (2008, 2005, 2003, 2002, 1998) e Cattani (2003) como referências que teorizam a economia solidária como uma alternativa ao sistema capitalista, dotada de transformação social.

Para nós, é necessário ressaltar a existência de estudos que demonstram uma divergência na análise da potencialidade que a economia solidária poderia trazer para superar, por meio das relações de trabalho ali desenvolvidas, a sociedade capitalista. Neles, as análises apontam que nas práticas objetivas das experiências de economia solidária existem tensões entre as vivências baseadas na solidariedade e democracia vivenciadas internamente nos coletivos e as práticas típicas do modo de produção capitalista, onde estas práticas se inserem, o que traria obstáculos para atingir o objetivo inicial de superação da sociedade burguesa. No âmbito do Serviço Social, encontramos este pensamento que, partindo da tradição marxista, faz crítica à economia solidária enquanto possibilidade emancipatória. Aqui fazemos destaque para Menezes (2007), Tavares (2004) e Barbosa (2007), autoras cujos estudos utilizaremos para fundamentar nossas análises em relação tanto à economia solidária, quanto aos princípios sobre os quais se baseiam o trabalho de assessoria da ANTEAG.

Não negamos que possa existir possibilidade de ausência direta da contradição capital X trabalho no interior de um coletivo autogestionário e, nem tão pouco, objetivamos tornar irrelevante o papel destas organizações no atual cenário brasileiro de crescente e massivo processo de precarização do trabalho e aumento da pobreza. Entretanto, procuramos levantar suas contradições e incongruências, que refutaria aquela que tem sido a grande expectativa dos principais autores que se dedicam ao estudo da economia solidária: a superação da ordem do capital. Tal expectativa, muitas vezes, não é a mesma daqueles que se inserem no trabalho autogestionário, dado que o objetivo, para esses trabalhadores, é a reprodução imediata de sua vida material, a sua subsistência.

Encontramos em Faria (2005), que o fenômeno das formas alternativas de produção da vida social, com especial atenção para as experiências das fábricas recuperadas oriundas de massa falida, enreda-se em contradições e ambiguidades decorrentes do próprio desenvolvimento no interior do modo de produção capitalista e, mais do que isso, das relações estabelecidas com as instituições mercantis, assim como suas estruturas e processos.

Reconhecer e identificar essas contradições possibilita realçar a natureza híbrida das experiências autogestionárias, na busca por reconciliar a forma de produção material capitalista com as novas relações de propriedade de igualitarismo em relação à posse dos meios de produção. O antagonismo entre heterogestão e autogestão dá lugar a uma tensão entre as relações de produção e as relações de propriedade, pois, conforme aponta Faria (2005, p. 9)

Trata-se de um campo de práticas que aponta, em germe, para a superação desse modo de produção e, ao mesmo tempo, para a reprodução das relações sociais do capital em novas bases, como forma transformada dessas relações.

Novaes (2008), por sua vez, afirma que há nas fábricas recuperadas, de um lado, uma conotação econômica que é associada a uma necessidade gerencial capaz de salvar empresas da falência e evitar o desemprego em massa e, de outro, retoma as lutas políticas e ideológicas que deram origem ao conceito, ou seja, é associada a um ideal utópico de transformação social.

Partindo dessas premissas e em busca de compreender as experiências contemporâneas de autogestão, economia solidária e cooperativismo no país, assim como suas possibilidades, limites, congruências e incongruências, tendo por consideração a relevância das iniciativas dos trabalhadores nessa direção, foi que elegemos como foco de nosso estudo a ANTEAG, por considerá-la uma organização de extrema importância na experiência da prática, representação e assessoria da autogestão. A escolha do objeto, desta forma, justifica-se diante da relevância do trabalho desta instituição que, desde a década de 1990, apresenta-se como referência nacional na temática em questão.

Para tanto, no primeiro capítulo, iremos discorrer sobre um fundamento marxiano que nos parece fundamental para se analisar o trabalho autogestionário. Recorremos a autores da tradição marxista para tratar do trabalho e suas dimensões sobre a sociedade do capital, bem como as modificações em seu processo de organização, notadamente na chamada reestruturação produtiva, aqui tomada como marco para as mudanças que levaram os trabalhadores a chegarem às propostas de autogestão na contemporaneidade.

No segundo capítulo, trataremos da teorização da proposta da economia solidária, destacando posturas que a defendem como possibilidade emancipatória até chegarmos a autores que fazem contraposição, com os quais temos acordo. Destacaremos autoras no âmbito do Serviço Social, que nos parecem tocar no ponto fulcral do que precisa ser analisado criticamente.

Na sequência, no terceiro capítulo, descreveremos o contexto brasileiro de surgimento das empresas recuperadas, com destaque para os dilemas enfrentados para a efetivação de propostas solidárias de produção. Neste âmbito, apresentaremos um trabalho de campo, onde pesquisamos a ANTEAG, a partir de entrevista com o assessor de formação da entidade. Nosso intuito foi o de propiciar, por meio de entrevista semi-estruturada, que o entrevistado expusesse os princípios políticos que são utilizados no trabalho de assessoria para que pudéssemos, a partir dos fundamentos que escolhemos para o corpo teórico desta dissertação,

trazer à tona possíveis incongruências e problemas que têm acompanhado as propostas autogestionárias.

**CAPÍTULO 1: CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: BASES
TEÓRICAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

1.1 A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DO TRABALHO E O TRABALHO SOB O CAPITALISMO

O trabalho representa uma categoria crucial para os homens em sua organização social, sendo concebido por Marx (2006) como atividade vital, dotada de vontade e de consciência em que o homem identifica-se enquanto ser genérico e produtivo. Indo muito além da mera deliberação, é a atividade realizada no trabalho que diferencia o homem dos animais, surgindo como uma atividade livre.

O trabalho humano é consciente e proposital, pois altera o estado da natureza ao extrair dela sua matéria-prima, aliando a projeção mental prévia da transformação material que se deseja operar. O trabalho, antes de tudo, é um processo entre o homem e a natureza; um processo pelo qual o homem transforma/modifica a natureza e, ao mesmo tempo, modifica a sua própria natureza. Ao efetuar transformação na forma da matéria natural, acaba por realizar nessa matéria, o seu objetivo. Além do esforço dos órgãos, exige-se a sua vontade que está orientada para um fim que manifesta-se durante toda a execução do trabalho. É exatamente esse o diferencial entre homens e animais, conforme nos informa Marx (2006, p.117),

Sem dúvida, o animal também produz. Ergue um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é absolutamente necessário para si ou para os seus filhotes; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; produz somente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se reproduz a si, ao passo que o homem reproduz toda natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre diante do seu produto.

Antunes (2004), na esteira do pensamento de Marx, nos acrescenta que é a partir da realização cotidiana do trabalho que se distingue o ser social de todas as outras formas pré-humanas. O diferencial reside no fato de homens e mulheres serem dotados de consciência já que detêm a possibilidade de conceber, de maneira prévia, o desenho/projeto e a forma que desejam dar ao objeto do trabalho em questão.

É na sua atuação com o mundo objetivo que o homem manifesta-se enquanto forma genérica de relacionamento ativo com a natureza, em que é possível modificar de forma criativa a si próprio e também as condições de sua existência. Na perspectiva de Marx (1994a, p. 50)

O trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

Na tradição marxista, o trabalho é premissa básica para a existência da vida humana. Para compreendê-lo, em suas congruências e incongruências com os outros animais, destacamos o pensamento de Marx, Engels e Lukacs.

Para Marx (1994), o trabalho é uma forma de apropriação material da natureza, comporta diversos procedimentos que irão constituir a identidade de quem sobre ele atua. Faz parte da condição humana: não vale apenas pelo que representa enquanto meio de sobrevivência, mas por assegurar também a qualidade que identifica o homem, distinguindo-o como ser social e genérico. O trabalho é a dimensão fundante do ser, ponto de partida para o processo de humanização. Enquanto o animal é um ser imediato, o homem é um ser da mediação; enquanto um age por instinto, o outro pode, por meio da escolha e da ação, se libertar do jugo das forças da natureza.

Dessa forma, em concordância com as premissas marxianas, compreendemos o trabalho:

[...] sob a forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (Marx, 2001, p. 211-212)

Engels, em seu texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (2004), também afirma ser o trabalho muito mais que a fonte de toda a riqueza, sendo a condição básica da vida humana, trazendo uma detalhada explicação de como o trabalho hominiza o indivíduo e o diferencia do animal, destacando o papel fundamental das mãos e da linguagem. Para ele o desenvolvimento do homem não cessa e é contínuo, em graus e sentidos diferentes e também em diferentes épocas, até que, surge a sociedade.

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram

por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. (ib., ibid. p. 17)

Para o autor, também os animais, através de suas atividades, modificam a natureza, porém, isso não ocorre no mesmo grau que os homens. Além disso, a influência que os animais exercem na natureza é involuntária, constituindo-se enquanto um fato acidental. Já os homens exercem influência intencional e planejada na natureza, isto é, tem como finalidade alcançar objetivos que foram anteriormente planejados. Dessa forma, nem um único ato de um animal é capaz de imprimir o selo de sua vontade na natureza, pois, isto, só o homem pode fazer.

Encontramos em Lukács (2007) que o trabalho é uma atividade constituída em sociedade e que a diferença entre o homem e o animal não se restringe ao emprego de instrumentos, e sim na finalização da atividade. Além disso, os animais não podem realizar funções diferentes daquelas que são específicas da sua espécie.

Se o trabalho é aqui considerado como fundante da hominização e fundamental para a socialização dos homens, paradoxalmente, quando realizado na sociedade capitalista, reveste-se de subordinação e alienação. De acordo com Antunes (2006), o trabalho, sob a ordem do capital, deixa de ser uma *finalidade central do ser social* e converte-se em *meio de subsistência*. Ao que acrescenta que a força de trabalho torna-se mercadoria com a finalidade de criar outras novas mercadorias para valorizar o capital. Ou seja, *converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana*.

Dessa forma, a discussão da ontologia do trabalho, assim como suas transformações a partir da decorrência da dinâmica contemporânea do capital, deve ser submetida a uma atenta análise, não só pelas novidades que traz, mas principalmente pelas possibilidades, muitas vezes implícitas, ocultas, de funcionalidade em relação ao capital.

Compreendemos que a análise dialética deva ser adotada como perspectiva para compreendermos a dimensão ontológica do trabalho e as particularidades do trabalho na sociedade capitalista. Assim procedendo, partimos da práxis histórica, material e objetiva que nos levará à necessidade de considerarmos a questão do valor. Em Lukács (2007) encontramos que a categoria valor na sociedade de produção é uma síntese que reúne, organicamente, a ontologia histórica do ser social e as leis concretas e essenciais.

La reflexión de esta emergencia material del valor, profundiza em el alcance de esta categoría: <<um proceso cuyos momentos señalan el camino que culmina em categorías (como el valor), que ya se han desprendido de su naturalidad material>>, y

añade; <<que la ontología del ser social debe considerar que lãs dos capas (utilidad y valor) son productos del trabajo humano, del mismo modo que lãs categorías de las que se há evaporado toda materialidad>> y em lo que conciern al dinero se puede hablar de esta lógica ontológica, porque <<la abstracción del trabajo está ontológicamente em el trabajo mismo>> (id., ibid., p. 16)

O autor ressalta que o processo de socialização – e nele o trabalho, como dimensão fundante - está relacionado com o valor de uso e valor de troca. A transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, criador de valor, funda-se em uma nova categoria de trabalho. A historicidade do movimento interno é imanente ao ser social, e a legalidade objetiva do ser é o trabalho útil, enquanto condição da relação do ser com a natureza. A produção engloba a produção e a reprodução da vida dos homens, ou seja, está além da sobrevivência biológica do indivíduo, tendo um caráter histórico-social. Para ele, a realização do caráter fenomênico do indivíduo é inseparável das relações sociais de produção e reprodução em que este se inscreve, isto é, a existência do indivíduo está relacionada com a atividade social.

Em efecto, la relación del individuo humano con su género <<se transforma y se mediatiza por categorías sociales, trabajo, language, intercambio y nunca puede ser <<muda>>, sino realizarse em el plano de la conciencia, superada la necesidad biológica em el cauce de una particularidad histórica de la producción y reproducción sociales. El género em-sí está ligado al desarrollo del para-sí y a lãs formas parciales de la vida social. <<Uma verdade em-sí que deviene para-sí>>, está históricamente determinada. <<El em-sí genérico de los animales es fijo, em el hombre es para-sí y está mediatizado em la particularidad de la historia productiva, variable y potencialmente em expansión. (LUKÁCS, 2007, p. 56)

Torna-se necessário, nessa discussão, trazermos algumas categorias que se tornam fundamentais para nos aproximar das transformações verificadas no trabalho diante da consolidação da sociedade capitalista.

Uma delas é trazida por Marx (2010): a mercadoria. Segundo o autor, consubstancia-se em um objeto externo, uma coisa, que tem como finalidade a satisfação de todos os tipos de necessidades humanas. A mercadoria é um valor de uso que só se realiza com a sua utilização, com o seu consumo. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto na sua produção, sendo o tempo de trabalho socialmente necessário igual ao tempo de trabalho para produzir valor de uso. Entretanto, a mercadoria também nos aparece como valor de troca, quando se expressa como valor. Ao que ele, Marx, acrescenta que, posteriormente, verificou-se que também o trabalho se expressa nessa mesma dupla forma: como valor de uso e como valor de troca, pois quando se agrega valor, a mercadoria ou mesmo o trabalho não apresentam mais as mesmas características geradoras de valores de uso. Como valor de uso a

mercadoria nada apresenta de mistério, entretanto, como valor ou valor de troca, apresenta caráter misterioso, fetiche, que provém do fato de encobrir as características sociais do trabalho do homem e apresentando como se fossem características e propriedades inerentes ao trabalho.

Encontramos em Marx (2001), que processo de trabalho é o processo de produzir valores de uso, diferentemente do processo de produção de mais-valia. Entretanto, possui uma dupla dimensão contraditória, no modo de produção capitalista. Os elementos que compõem o processo de trabalho são: a atividade orientada a um fim (o trabalho); o objeto do trabalho (matéria que se aplica o trabalho); e os meios de trabalho (os instrumentos utilizados). No processo de trabalho o homem opera uma transformação no objeto através de um instrumento de trabalho e o processo chega ao fim ao ser concluído o produto. Esse produto é o valor de uso, “um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sob que atuou (id., *ibid*, p. 214).”

O processo de trabalho é independente de qualquer forma social determinada e conta, entre outras determinações, com os meios de trabalho. Os meios de trabalho podem ser entendidos como uma coisa ou complexo de coisas que está entre o trabalhador e o objeto de trabalho, servindo de condutor da atividade e de indicadores das condições sociais em que se trabalha. Este aparece como necessidade à medida que o processo de trabalho vai se desenvolvendo, sendo atividade orientada para produção de valores de uso – condição natural e eterna da vida; apropriação da natureza para satisfazer a necessidade humana. São meios de trabalho todas as condições materiais necessárias para que se realize o processo de trabalho (MARX, 2001).

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é o valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. (id., *ibid*, p. 214-215)

O processo de trabalho é uma atividade orientada no sentido de produzir valores de uso, isto é, realização da condição universal entre homem e natureza, já explanado anteriormente. Mas, o capitalismo transforma esse processo universal em um processo de consumo de força de trabalho. Para Marx (2001), quando esse processo ocorre como processo de consumo de força do trabalho pelo capitalista, decorrem dois fenômenos: a atividade do

trabalhador é controlada pelo capitalista que passa a ser o dono do seu trabalho; e o produto final do seu trabalho passa a ser do capitalista e não do trabalhador.

A produção de mercadorias envolve, além do processo de trabalho, o processo de valorização que se relaciona, respectivamente, com produção de valor de uso e valor de troca através da realização de trabalho concreto e de trabalho abstrato.

O processo de produção de mercadorias na sociedade capitalista produz valores de uso somente e na medida em que possuem valores de troca. Ou seja, na sociedade de mercadorias produzem-se valores de uso que tenham valores de troca. Isto significa produzir uma mercadoria com um valor mais alto que a soma dos valores que foram necessários para a produção dessa mercadoria - meios de produção e força de trabalho. O que vale dizer que o objetivo da produção capitalista é produzir não só uma mercadoria com valor de uso, mas uma mercadoria com valor e não só valor, mas também mais-valia¹ (MARX, 2001).

Ao comparar os processos de produzir valor e de produzir mais-valia, Marx ressalta que a diferença existente é que o segundo se prolonga além de certo ponto, em relação ao primeiro. “O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia” (id., ibid, p. 228),

É dessa forma que o trabalho - concebido como fundante do ser social - na sociedade capitalista transforma-se em mercadoria, assim como o trabalhador e sua força de trabalho. Estes fazem parte da produção e reprodução do capital e têm como principal objetivo o acúmulo dos lucros, obtidos por meio da exploração do próprio trabalho – fonte de riqueza e manutenção do sistema.

Nessa direção, Marx coloca que quanto mais riqueza o trabalhador produz mais pobre ele se torna; à medida que cria mais mercadoria, torna-se uma mercadoria ainda mais barata. “Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschnwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria (MARX *in* ANTUNES, 2004, p. 143-144).”

Vejam os que ainda nos escreve Marx (2006, p. 123/124):

¹ Ao conceito de mais-valia acrescentamos a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A mais-valia absoluta é produzida a partir do prolongamento/extensão da jornada de trabalho; enquanto a mais-valia relativa é produzida a partir da contração/diminuição do tempo de trabalho necessário (MARX, 2001).

Enquanto capital, o valor do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta, e a sua existência física, a sua vida, foi e é avaliada como uma oferta de mercadorias, parecida com qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Deste modo, ele se produz a si mesmo. E o homem como trabalhador, como mercadoria, constitui o produto de todo o processo. O homem não passa de simples trabalhador e, como trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para o capital, que é para ele estranho. Uma vez que o trabalho e o capital são reciprocamente estranhos, relacionando-se apenas entre si de modo externo e acidental, este caráter estranho tem de revelar-se na realidade [...] O trabalhador só existe como trabalhador a partir do momento em que existe como capital para si mesmo, e só existe como capital quando há um capital para ele. A existência do capital é a sua existência, a sua vida, já que este, independentemente dele, determina o conteúdo da sua vida.

Marx nos ressalta que o trabalho, a partir do momento em que passa a ter o aumento da riqueza como finalidade principal, passa a ser danoso e insalubre para o trabalhador e este, num momento de crise do sistema, passa a ser ainda mais penalizado. No entanto, em uma circunstância crescente da sociedade a situação do trabalhador também é ruim, visto que o seu empobrecimento é produto do trabalho e da riqueza que ele mesmo produz. Em outras palavras a miséria surge de forma espontânea da *essência* do trabalho presente (Marx, 2006).” O autor trata aqui do trabalho sob o modo capitalista de produção e reprodução que assume particularidades singulares em relação às outras formas de regulamentação da vida social.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (id.ibid, p. 111)

Marx *in* Antunes (2004, p. 146) complementa:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

Outra categoria importante na análise da relação entre trabalho concreto e abstrato é a de estranhamento. Apresentamos que há uma concepção genérica do trabalho, como atividade vital do ser humano, Marx contrapõe a particularidade do trabalho no capitalismo, onde se concretiza o trabalho abstrato, correspondente ao valor de troca da mercadoria. O trabalho converte-se em meio de subsistência do trabalhador e propriedade do capitalista. Assim, o

trabalho torna-se alienado, arrancando-lhe também a sua vida genérica. Trabalho estranhado que se relaciona à propriedade privada, que para Marx se torna um objeto estranho e inumano, de que a sua exteriorização de vida é o seu desapossamento de vida, a sua realização é a sua desrealização, uma realidade estranha.

A esse trabalho particular sob o capitalismo, revela-se o trabalho estranhado. Para Marx *in* Antunes (2004) o trabalho estranhado é uma bem elaborada reflexão marxiana sobre o lugar do trabalho na composição da sociabilidade humana e de como tal composição se reequaciona a partir da transformação do trabalho em elemento subordinado à troca e à propriedade privada. Para o autor o próprio produto do trabalho que é produzido pelo trabalhador não pertence a ele, e sim a outro ser, isto é, a um ser estranho, ao qual pertence o processo de trabalho e também o produto do trabalho. Portanto, diante do processo e do produto final do trabalho realizado pelo trabalhador, está um poder estranho que se torna dono de tal processo e produto.

O que este fato traz como consequência é que o objeto resultante do trabalho está para o trabalhador como um ser estranho, isto é, o produto do trabalho opõe-se ao trabalhador que o produziu como algo independente, é a objetivação do trabalho, já que o produto do trabalho se transformou em coisa física, em objeto. O estranhamento do trabalho é ocultado porque não se considera a relação imediata existente entre o trabalhador (entendido enquanto trabalho mesmo) e a produção.

De acordo com Marx *in* Antunes (2004) o estranhamento, a exteriorização entre o trabalhador e o produto do seu trabalho não aparece apenas no resultado, mas também durante a produção. Já que o resultado final, o produto da produção, é estranho ao sujeito que o produziu, também é estranho ao trabalhador o processo da produção. O trabalho estranhado tem relação direta com a alienação do trabalhador.

Na análise marxiana, a alienação contida no trabalho - atividade prática humana, está presente a partir de três aspectos: na relação do trabalhador com o produto do trabalho, entendido como um objeto estranho; na relação do trabalho com o ato da produção que é a relação do trabalhador com a própria atividade; e na relação entre os dois primeiros aspectos mencionados a partir da alienação do homem enquanto um ser genérico, isto é, o trabalho alienado leva a alienação da natureza do homem, da sua atividade fundamental (MARX, 2006).

Com a alienação do trabalho, há alteração do sentido que este tem na vida do homem: antes o trabalho significa a vida produtiva, que passa a ser o único meio que o homem encontra para satisfazer sua necessidade mais imediata, que é a manutenção da sua existência

física. O que a alienação do trabalho traz como consequência é a destruição da vida produtiva, da vida genérica do homem. Destruição da atividade vital em que “está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem (Marx, 2006, p. 116).”

No interior da alienação está a divisão do trabalho enquanto o “estabelecimento *alienado* da atividade humana como uma *atividade genérica real* ou como a *atividade do homem enquanto ser genérico* (id., ibid, p. 160).” A origem da divisão do trabalho está na capacidade de troca e o que a delimita é a expansão do mercado: em um mercado limitado, não se arrisca a dedicar-se completamente a uma só ocupação. Mas em uma conjuntura mais avançada da sociedade o homem vive de trocas tornando-se um comerciante, e também a sociedade acaba por transformar-se em uma sociedade comercial. “O acúmulo do capital aumenta com a divisão do trabalho e vice-versa. – Até aqui, *Adam Smith* (id., ibid, p. 162).”

O que aparece em Marx é a propriedade privada como resultado/consequência do trabalho estranhado, exteriorizado. Portanto, a propriedade privada é a resultante do trabalho exteriorizado, do homem exteriorizado, do trabalho e do homem estranhos.

Em dois elementos que se condicionam mutuamente, ou que apenas são expressões distintas de uma e mesma relação, o trabalho exteriorizado solucionou-se para nós, [ou seja], a apropriação aparece como estranhamento, como exteriorização, e a exteriorização como apropriação, o estranhamento como a verdadeira civilização. (ANTUNES, 2004, p. 157-158)

Da relação entre o trabalho estranhado e a propriedade privada tem-se que a emancipação da sociedade, da propriedade privada, manifesta-se então, na emancipação dos trabalhadores, não porque apenas esta classe em especial deva unicamente se emancipar, mas, sobretudo, porque na emancipação da classe trabalhadora encerra-se a emancipação humana universal.

A idéia de que a emancipação humana deva ser totalizadora também aparece em Marx (2006), que defende a importância da luta pela emancipação humana ao invés da luta pela emancipação política. Quando um determinado grupo luta pela sua libertação ele não está visando à emancipação humana, já que esta deve levar em consideração toda uma nação e não apenas um grupo em particular. É a sua defesa da idéia de que a emancipação almejada deve ser uma emancipação totalizadora. A forma final da emancipação humana aparece em Marx com a instauração de uma nova ordem, o comunismo, constituindo-se como “o fator *real*, imprescindível, da emancipação e reabilitação do homem (id. ibid., p.148).”

É inegável que, para a superação do trabalho alienado, é preciso questionar o modo de produção capitalista, vislumbrando a sua superação. Não se confunde aqui a emancipação do trabalho com buscas simples e unilaterais como, por exemplo, pela busca de tempo livre, já que o capital usurpa o tempo do trabalhador necessário a concretizar experiências vitais mais plenas e sem manipulação capitalista. A emancipação do trabalho objetiva uma nova forma de trabalho, em que seja possível a plena realização e emancipação do ser social.

Frederico (2009) afirma que foi a partir do momento em que Marx conhece o vigoroso movimento operário francês que ele passa a reivindicar o que viria a ser uma importante categoria em sua obra, a emancipação humana.

A emancipação humana, reclamada por Marx, é aquela que permite a absorção do cidadão abstrato pelo homem individual, que faz deste, em sua vida cotidiana, um ser genérico solidário com os seus semelhantes. Isso não se consegue com a emancipação política que mantém o homem preso a condição de indivíduo egoísta da sociedade civil, e sim com a supressão do Estado enquanto momento de alienação do homem. (id., *ibid.*, p.97)

Segundo o autor é no texto “A crítica da filosofia do direito de Hegel (introdução)”, que Marx expõe, pela primeira vez, a existência de uma classe capaz de pôr-se à frente das outras na luta pela emancipação política abrindo caminho para a emancipação humana. Esta classe seria o proletariado. O autor a apresenta “[...] como um setor excluído e marginalizado; também é vista como uma *classe universal* que adquiriu um “caráter universal por seus sofrimentos universais”, capaz de contagiar outros setores sociais fazendo-se reconhecer como sujeito revolucionário (ib., *ibid.*, 2009, p. 105-106).”

Marx, apostando em um projeto revolucionário, que de uma forma muito rápida transitou da perspectiva democrático-radical para o comunismo, expôs sobre a diferença entre a luta política, voltada contra um determinado poder de Estado; e a luta social, luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Nessa direção, afirmava que o Estado nunca poderá admitir que a raiz da pobreza é o próprio Estado e mesmo os políticos mais radicais atribuirão as mazelas da sociedade à uma *forma concreta de Estado*, limitando-se a pedir a sua substituição e nunca questionar a essência do Estado.

Diante da miséria operária, o Estado ficará sempre restrito a tentar corrigir as falhas da administração: sua atividade é *formal*, pois o seu poder acaba justamente quando começa a vida da sociedade burguesa com conseqüências que “brotam da natureza antissocial” dessa sociedade. Por isso, diz Marx, “se o Estado moderno quer acabar com a atual vida privada, teria que acabar consigo mesmo, já que só existe por oposição a ela.” (FREDERICO, 2009, P. 112-113)

Frederico (2009) nos ressalta que Marx inicia seus estudos sobre a Economia Política sob forte influência de Engels, que a define como a “ciência do enriquecimento”. A economia é acusada de ser um conhecimento alienado e alienante, construído para defender a propriedade privada e ocultar a essência humana. A propriedade, esse fetiche adorado pelos economistas burgueses, nada mais é do que o produto do trabalho humano (id., ibid, p. 129).” Marx parte do mesmo ponto exposto e defendido por Engels - o de que a Economia Política é fundamentada na propriedade privada.

A economia política descobre o trabalho humano como o criador de toda riqueza. Á essa concepção corresponde a etapa em que a alienação do homem atinge um ponto culminante. Mas esse fato, de ser o homem o criador da propriedade privada, é ocultado pela economia, mistificando a realidade.

A Economia Política, entende Marx, contém uma antropologia não explicitada. O egoísmo dos indivíduos não é o produto de uma sociedade determinada, aquela do trabalho alienado, mas é considerado uma característica natural do gênero humano. (FREDERICO, 2009, p. 135)

É então que Marx faz a contraposição do referencial de comunidade humana à sociedade mercantil, em que a produção é destinada à criação de valores de troca exigidos pelo mercado, ao invés de realizar a essência humana.

A produção de objetos visando basicamente o valor comercial (e não o valor de uso, entendido como expressão das reais necessidades humanas), de um lado subordina toda a energia vital do homem aos critérios da produção burguesa, fazendo do trabalho humano (atividade livre e universal) um trabalho abstrato (atividade alienada e particularista); e, de outro, povoa a sociedade humana de objetos estranhos à atividade dos produtores – podendo tais objetos ser venerados, e transformados em fetiches. (FREDERICO, 2009, p. 136-137)

Esse ponto – a redução do trabalho humano às necessidades mercantis - é central na teoria marxista, tendo sido discutido em subitem anterior. Para a Economia Política o trabalho é entendido, exclusivamente, como uma atividade lucrativa, isto é, como gerador de valores de troca, levando à completa depreciação do homem. O ser humano, para a Economia Política, é entendido na qualidade de produtor, não reconhecendo outra forma de trabalho diferente da que se faz por dinheiro. A partir dessa idéia, ocorre a cisão entre homem e operário. Para a superação definitiva dessas formas de degradação humana, desponta no horizonte teórico de Marx o comunismo, entendido como um processo histórico que envolve

o movimento da propriedade privada, o trabalho alienado, as teorias econômicas e as idéias políticas emancipatórias (id., ibid.).

Para Marx (2006):

O comunismo é a eliminação positiva da propriedade privada como auto-alienação humana e, desta forma, a real apropriação da essência humana pelo e para o homem. É, deste modo, o retorno do homem a si mesmo como ser social, ou melhor, verdadeiramente humano, retorno esse integral, consciente, que assimila toda a riqueza do desenvolvimento anterior.

É a partir do enfoque trazido por Marx que é possível visualizar a contradição da propriedade privada, contradição essa que expressa o antagonismo de classe presente na sociedade capitalista. Marx vincula a propriedade à apropriação, determinando-a e historicizando-a. Em *O Capital*, a propriedade privada é por excelência da sociedade moderna. A teoria marxista, em sua fase madura, apresenta um projeto de emancipação com novos contornos, em que o comunismo apresenta-se como uma proposta radical de reapropriação da essência humana perdida na alienação do mundo burguês; e essa nova forma assumida não mais está ligada ao sofrimento dos pobres e sim na atividade da classe operária, no trabalho estranhado. É com o fim da propriedade privada que o homem efetiva-se enquanto sujeito ativo de uma vida social e consciente sendo possível, então, uma nova relação com a natureza, com os outros homens, assim como, com seus próprios sentidos (FREDERICO, 2009).

A teoria marxista traz, portanto, a emancipação da classe trabalhadora como emancipação de todos os homens, do gênero humano. Tal princípio requer considerar que o trabalho, dimensão fundante do ser, coloca-se como ponto central para que isso ocorra, visto que:

O trabalho humano aparece, assim, em duas dimensões: é, antes demais nada, a determinação ontológica fundamental; mas, no mundo da propriedade privada e da divisão do trabalho, torna-se o fundamento de toda alienação. (FREDERICO, 2009, p. 182)

Superar a alienação é superar o trabalho subordinado. Tal fundamento faz parte do conjunto de teóricos e trabalhadores que buscam na economia solidária a fonte de sua subsistência. Para adentrarmos nesta questão, consideramos fazer um recorte teórico que seja capaz de analisar o momento em que as bases materiais da sociedade possibilitaram o

surgimento de coletivos que organizam o trabalho sob as bases da economia solidária no bojo da sociedade mercantil.

Nessa direção, abordaremos a reestruturação produtiva, entendida aqui enquanto decorrente de uma dinâmica do operariado na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos 1970, que ocasionou mudanças expressivas no denominado mundo do trabalho.

1.2 DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: A OFENSIVA SOBRE O TRABALHO

Em nível mundial, desde os anos 1970 a sociedade capitalista tem passado por intensas modificações, tanto no âmbito estrito da organização e do mercado, quanto em âmbito político e social. Tais modificações constituem expressão fenomênica de uma crise estrutural do capital que tem na reestruturação produtiva – a partir da década em questão, a sua resposta como tentativa de superação da crise e continuidade nos processos de exploração do trabalho e acumulação de riqueza.

De acordo com Antunes (1999), a crise estrutural do período levou à implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, visando à recuperação do seu ciclo produtivo. Ainda ressalta que, apesar da crise ter profundas determinações, a resposta buscou enfrentá-la apenas de maneira fenomênica, procurando reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista.

Para o autor, como resposta à crise da década de 1970, que pôs fim a onda longa de expansão econômica denominada “anos dourados” ou “trinta anos gloriosos”, o capital monopolista colocou em prática um conjunto de medidas que trouxe profundas transformações para a cena mundial. A partir desse período, a onda longa expansiva esgotou-se: as taxas de lucro declinaram e o crescimento econômico foi reduzido. Somado a esse quadro, houve pressão organizativa dos trabalhadores – nas décadas de 1960 e 1970, quando o movimento sindical teve significativo aumento nos países centrais, demandando aumento salarial e contestando a organização taylorista/fordista² de produção. Esgota-se o padrão

²De acordo com Antunes (1999), a crise do fordismo e do keynesianismo são expressões fenomênicas de um cenário bem mais amplo e complexo. Trata-se da crise estrutural do capital em que verificava-se uma tendência de decréscimo da taxa de lucro. Para o autor, era também a manifestação do sentido destrutivo da lógica capitalista.

rígido de acumulação consolidado nos anos dourados e inicia-se um novo padrão de acumulação de produção: a acumulação flexível³, que nas palavras de Harvey (1992, p.140),

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

No Brasil, foi durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando a adoção, por parte das empresas, de novos padrões de organização. Dos modelos que compõem a chamada acumulação flexível, observamos que no Brasil o modelo japonês foi o preponderante. Deu-se início, a princípio de forma mais restrita, a utilização da informatização, do sistema *just-in-time*, a produção baseada em *team work*, alicerçada em programas de qualidade total – CCQs (círculos de controle de qualidade), e ampliação e difusão da microeletrônica. Houve também a implantação dos métodos “participativos” que contém mecanismos de “envolvimento” (adesão e sujeição) dos trabalhadores nas empresas.

Tauile (2009), destaca que esse novo contexto tecnológico colocou para o patronato a necessidade de conhecer as qualificações dos trabalhadores envolvidos nos processos, pois se os saberes ficassem restritos apenas as gestões das indústrias, haveria dificuldade de sucesso da empreitada. Portanto, para que a adoção de novas tecnologias microeletrônicas se tornasse viável era necessário uma enorme mobilização de esforços entre todos os atores envolvidos na cadeia produtiva, através de regime de parceria. Destaca ainda que já era evidente que a burguesia abraçara “o projeto de uma reinserção subordinada e medíocre do Brasil na economia mundial (id., *ibid.*, p. 30)”.

Naqueles primeiros anos da década de 1980, a característica principal da reestruturação produtiva no Brasil foi a retração dos custos mediante a redução da força de

³ No Brasil a flexibilização das relações de trabalho não se constitui em uma ocorrência direta da reestruturação produtiva, isto por ser anterior a esta, sendo importante ressaltar o caráter legal dessas formas flexíveis de contratação. Essa mudança não traz poder para o trabalho, ao contrário, a flexibilização faz ajuste do trabalho aos interesses capitalistas, resultando em maior submissão da classe trabalhadora (TAVARES, 2004).

trabalho nos setores automobilístico e de autopeças, têxtil e bancário. Foi, entretanto, na década de 1990 que a reestruturação produtiva se desenvolveu intensamente em nosso país por meio da implantação do receituário oriundo do modelo japonês. Durante os anos de 1980, no governo Collor, o processo de reestruturação produtiva teve uma tendência limitada e seletiva e, a partir da década seguinte, com Fernando Henrique Cardoso houve significativa ampliação (ANTUNES, 2006).

É à base dessa flexibilidade, nos ressaltam Netto; Braz (2008), que opera-se a reestruturação produtiva. A produção rígida do fordismo/taylorismo é substituída por uma forma de produção caracterizada pela larga escala, destinada à mercados específicos, procurando atender as particularidades de consumo. Nesse novo processo ocorre a desterritorialização do capital, em que unidades produtivas (parte ou total) são deslocadas para novos territórios, principalmente áreas subdesenvolvidas e periféricas, encontrando terreno fértil para a intensificação da exploração da força de trabalho. Uma outra implicação da flexibilização diz respeito à gestão da força de trabalho que recorre ao apelo para a participação e envolvimento dos trabalhadores no sentido de reduzir a hierarquia, referindo aos operários como “colaboradores” com o intuito final de quebrar a consciência de classe, estimulando inclusive o sindicalismo de empresa. Antunes (2006) resalta que configura-se uma realidade que comporta elementos de continuidade e de descontinuidade em relação às fases anteriores, ou seja, há uma mescla entre os elementos do fordismo, que ainda encontram vigência, e os elementos das novas formas da acumulação flexível.

O que é de suma importância nessa reflexão e que cabe aqui reafirmar é:

Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Compreende-se, pois, que os ônus de todas elas recaiam fortemente sobre os trabalhadores. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 218)

É o que Barbosa (2007) chama de penalização do trabalho. O que é mais significativo nessa direção é o fato do capitalismo ter transformado o desemprego, que por vezes na história apresentou-se como conjuntural, haja vista as crises cíclicas do capital, em fenômeno constante e estrutural. E ainda, a particularidade do capitalismo contemporâneo é a destruição das regulamentações construídas pela luta do movimento da classe trabalhadora.

A estratégia do capital, em escala mundial, é romper com toda e qualquer barreira sociopolítica e não apenas com as que dizem respeito ao trabalho. E para legitimar essa estratégia de desregulamentação econômica, o capital fomentou e patrocinou o conjunto ideológico conhecido como neoliberalismo.

A ideologia neoliberal, maciçamente generalizada a partir da década de 1980, tornou-se uma espécie de senso comum, legitimando o projeto do capital monopolista de rompimento com as restrições que causam limites a sua liberdade de ação. A ideologia neoliberal sustenta a diminuição do Estado, no entanto, a economia capitalista não funciona sem a intervenção estatal. Portanto, o objetivo real do capital não é a diminuição do Estado e sim a diminuição de suas funções, principalmente as relacionadas aos direitos sociais (NETTO; BRAZ, 2008).

O domínio alcançado pelo capital desenvolve transformações de tal magnitude que levou ao anúncio, por parte de alguns de seus representantes, do fim da história, ou seja, a sociedade humana teria chegado a um patamar de evolução em que nenhuma transformação estrutural poderia ser pensada. A nosso ver essa projeção está muito longe da realidade (NETTO; BRAZ, 2008). E em relação aos avanços sobre o trabalho alguns autores comparam o atual período com o estágio da acumulação primitiva ou originária (MARANHÃO, 2008). Um outro anúncio também feito por alguns autores diz respeito ao fim da sociedade do trabalho, sobre o que Tavares (2004, p. 75) discorre:

Não estamos vivendo o fim da sociedade do trabalho, como afirmam Habermas (1987), Offe (1989) e Rifkin (1995), entre outros, mas sim a sua mais completa desqualificação, o que tem como resultado a intensificação do trabalho abstrato, como existência plena da mercadoria, com o que se aprofunda a alienação dos trabalhadores e de suas organizações.

A discordância quanto ao fim da sociedade do trabalho também é destacada por Antunes (1999) que, em seus estudos, aponta para a centralidade da categoria trabalho, apesar da propagada substituição do trabalho pela ciência.

Tais transformações ocorridas no período de pós-anos dourados e conseqüente crise capitalista configurou o que chamamos de *mundialização do capital*, conceito difundido pelo marxista francês François Chesnais. Segundo esse autor (1996), é na produção que a riqueza é criada, porém, é a esfera financeira que comanda a repartição e a destinação social dessa riqueza produzida. Ou seja, o capital financeiro nada cria, nutrindo-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo. É nesse ponto que podemos destacar o que Iamamoto (2008) denomina de capital fetiche, já que o capital financeiro só pode existir na esfera da produção, pois ele nutre de parte dos lucros e salários gerados na produção. A riqueza produzida no capitalismo vem da produção e não do capital financeiro. O fetiche está no encobertamento desse processo. As relações capitalistas são fetichizadas e o capital financeiro é o auge dessa fetichização. O capital financeiro não existe sem o capital produtivo.

O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas –, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. (IAMAMOTO, 2008, p. 107)

A riqueza resultante da produção de mercadorias (sendo esta uma unidade de valor-de-uso e de valor) é o processo de produção de mais-valor que, de acordo com Marx (2010), se difere do processo de produzir valor porque se prolonga além de certo tempo.

O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valor (valor excedente). (id., ibid 2010, p. 228)

A ascensão do capital financeiro foi seguida do ressurgimento de formas bastante agressivas da busca pelo aumento da produtividade do capital em nível microeconômico. Chesnais (1996) nos ressalta que o adjetivo “global” surge no início da década de 1980 nas escolas americanas de administração de empresas sendo popularizados em obras de hábeis consultores de estratégia e marketing formados nessas escolas. Mas termos como esses não são neutros, ao contrário, são carregados de conotações, podendo ser empregado por cada pessoa segundo lhe convier. Já o termo de origem francesa “mundialização” encontrou certa dificuldade para se impor, tanto em organizações internacionais quanto no discurso econômico e político do referido país. Isso se deve ao fato de ser o inglês o veículo linguístico por excelência do capital e também porque o termo mundialização diminui a falta de nitidez do conceito de global. No que se refere ao progresso técnico a globalização é apresentada como um processo benéfico e necessário. “É a expressão das “forças de mercado”, por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de ser concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio século (id., ibid.,1996, p. 25).”

Chesnais defende que “a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há mercados, *e só a elas* (1996, p. 32).” O processo de mundialização, favoreceu a produção, porém, o acesso a essa produção ocorreu de forma desigual, sendo resultado de dois movimentos: a mais longa fase ininterrupta de acumulação do capital; e as políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais e democráticas. Behring (2003) é outra autora que incorpora as contribuições de

Chesnais utilizando o termo mundialização da economia para denominar as metamorfoses do mundo do trabalho, em que se constitui um regime de acumulação mundial financeiro, ou seja, “uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (id., *ibid.*, p. 41)”.

A grande contribuição do conceito de mundialização reside no fato da crítica em relação à idéia, muito aceita e difundida, de que os países capitalistas atingiram uma fase em que não há diferença, estando num mesmo patamar. Aqui encontra-se a discordância. Para Chesnais (1996), os países centrais se globalizam e cabe aos demais se adaptarem aos ditames. Isto é, mundializar não significa globalizar. E ainda reside uma das perguntas iniciais do autor: os países têm que se adaptar a que?

Essa tentativa de adaptação dos países periféricos aos ditames da produção e reprodução do capital tem refletido, direta e indiretamente, nas condições dos trabalhadores. Cabe aqui ressaltar algumas dessas principais resultantes no que tange o foco da nossa discussão: o mundo do trabalho.

Para Mézszáros (2002), o traço marcante do capitalismo é a total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, ou seja, tornar a produção da riqueza a finalidade da humanidade e para isso foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia, claro, do segundo em relação ao primeiro. Para que essa lógica funcione, o capital deve exercer comando sobre o trabalho. As modalidades desse comando estão sujeitas às mudanças históricas que podem assumir formas desconcertantes. Mas essa condição de comando, absoluta e alienante, sobre o trabalho, deve permanecer sempre, pois ao contrário, o capital deixaria de existir.

Encontramos em Maranhão (2008) que enquanto a economia capitalista demonstra enorme capacidade de reestruturar seus mecanismos de acumulação objetivando o aumento das taxas de lucro, o tempo médio de procura por trabalho vem crescendo a cada ano. A característica do mundo industrializado tem sido o desemprego de longa duração que está privando uma considerável parcela de trabalhadores da possibilidade de sustento. É a contradição entre capital e trabalho; contradição que move o desenvolvimento, ou seja, a produção e reprodução na sociabilidade capitalista. O trabalhador tem sua reprodução física e espiritual subsumida à reprodução do capital. Somente quando este vende sua força de trabalho e recebe seu salário é que encontra condições de se reproduzir enquanto indivíduo social, assim como desenvolver suas potencialidades.

No decorrer da consolidação da indústria moderna o capital cria uma população a ser utilizada como força de trabalho, construindo também as condições para expulsar uma parte

dessa mesma população, isto é, tornando-as desnecessárias aos imperativos da acumulação e reprodução do capital. Encontramos aqui uma contradição - melhor dizendo, mais uma contradição, no seio da reprodução capitalista: o aumento do capital global leva ao aumento da força de trabalho (capital variável) que a ele se incorpora, porém, devido à inserção do maquinário (capital constante), esse aumento é cada vez menor. É criada a necessidade social de aumento dos trabalhadores aptos a ocupar postos de trabalho mas, na direção contrária a essa tendência, o capital realiza um movimento oposto que é a diminuição dos postos de trabalho (formal), ou seja, da inserção da força de trabalho na produção e reprodução, criando uma grande população sobrando que flutua de acordo com a dinâmica de acumulação. Dessa forma, podemos afirmar que numa sociedade subordinada aos ditames da alienação capitalista, quanto mais avanços científicos, mais o trabalhador torna-se supérfluo (MARANHÃO, 2008).

[...] a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 1999, p.732)

Esse fato já é destacado por Marx em seus escritos de juventude em que o autor ressalta o caráter da sociedade burguesa, definindo o caminho contraditório que o desenvolvimento das forças produtivas atinge no capital.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. (MARX, 2002, p.111)

Outra autora que também faz destaque para tal contradição é Iamamoto (2008). Segundo ela, no processo de reestruturação produtiva há intensa incorporação à produção de tecnologias que são resultados dos avanços tecnológicos. Essa incorporação contribui para acelerar a produtividade do trabalho o que permite a ampliação das taxas de lucro e, como resultado, tem-se o decréscimo de capital variável em contraposição ao crescimento absoluto da população trabalhadora. Isso significa “que com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo” (id., ibid, p.157). Somado a isso, há ampliação da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho (mais-valia absoluta e mais-valia relativa). O resultado desse quadro é a condenação do que a autora chama de “*ociosidade socialmente forçada*”, isto é, um grande número de

trabalhadores que estão aptos para o trabalho e, no entanto, não encontram colocação, permanecendo na informalidade.

Portanto, a criação de uma população relativa não é algo exterior ao sistema capitalista ou ainda um mero distúrbio, e sim, um produto histórico, completamente necessário à acumulação e ao próprio desenvolvimento do capital. Já os efeitos do aumento da população relativa para os trabalhadores são bem diferentes, caracterizando-se pela intensificação da exploração, rebaixamento salarial, e pressão exercida sobre a organização política dos trabalhadores (MARX *in* MARANHÃO, 2008).

Naturalmente, nos ressalta Mészáros (2002), os apologistas do sistema recusaram-se, durante muitos anos, a notar essa intensificação da contradição que aqui discorreremos, continuando a tecer fantasias sobre o pleno emprego e ainda afirmando que só era possível de ser mencionado sobre pequenos bolsões de pobreza e, ainda assim, não por muito tempo, já que estamos em uma sociedade democrática esclarecida, ou seja, uma sociedade livre.

Radicalmente contrária a essas apologias, as estatísticas têm reforçado o que já havia sido colocado por Marx em sua Lei Geral de Acumulação Capitalista e que, aliás, tem mostrado sua extrema atualidade: uma considerável ampliação da força de trabalho em contraposição a uma intensificação nos níveis de exploração da classe trabalhadora.

O problema já não é apenas o sofrimento dos trabalhadores sem qualificação, mas também o de um grande número de *trabalhadores qualificados* que, junto com o exército de desempregados, disputam o número desesperadamente pequeno de empregos *disponíveis*. A tendência da amputação “racionalizada” já não se limita aos “ramos periféricos de uma indústria envelhecida”, mas inclui alguns dos setores mais desenvolvidos e modernos da produção – da construção naval e aeronáutica à eletrônica, e da engenharia à tecnologia espacial. Assim, já não estamos preocupados com os subprodutos “normais” e bem aceitos do crescimento e desenvolvimento”, mas com a sua paralisação; nem com problemas periféricos de “bolsões de subdesenvolvimento”, mas com uma contradição fundamental do modo capitalista de produção em seu conjunto, que transforma até as maiores conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em pesos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E, mais importante de tudo, a ação humana que se encontra no lado dos que sofrem as conseqüências já não é constituída pela multidão socialmente impotente, apática e fragmentada de pessoas “desprivilegiadas”, mas por todas as categorias de trabalhadores, qualificados ou sem qualificação: ou seja, objetivamente o *total da força de trabalho da sociedade*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 322)

Em tempos de reestruturação produtiva, os fundamentos da contradição entre o capital e o trabalho e a produção de valor típico do capital se mantiveram. As políticas de liberalização da economia e a adoção de premissas e procedimentos de organização e gestão do processo de trabalho levaram a um movimento de desestruturação do mercado de trabalho,

como é reforçado por Pochmann (2001). Para ele, além do crescimento da taxa de desemprego, são constatadas alterações substanciais na composição do conjunto dos trabalhadores que não têm emprego, sobretudo quando consideramos as variáveis de classes de rendimento das famílias, gênero, raça e escolaridade.

O índice de desemprego aberto a partir de 1990 teve um considerável crescimento. No período entre 1992 e 2002, passou de 6,7% para 9,3% do total da população economicamente ativa, significando um aumento de 40%. Ao considerarmos a distribuição de renda verificamos que o crescimento do desemprego foi maior nas famílias de classe baixa, que subiu, nesse mesmo período, de 9,4% para 13,8%, representando um aumento de 46,8%. Segundo o estudo de Pochmann (2001), o Brasil vivia, nesse período, a crise mais grave do emprego de toda sua história, superando até mesmo a transição do trabalho escravo para o assalariado e a depressão econômica de 1929. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho revela a natureza e a dimensão da atual crise e os principais componentes dessa desestruturação são: a presença do desemprego em praticamente todos os segmentos e em larga escala; a regressão dos postos formais de trabalho; e a destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade, não tendo a mesma contrapartida em relação aos empregos criados.

No que tange ao desemprego outras importantes disparidades podem ser observadas, como a distribuição do desemprego por gênero. O desemprego masculino teve maior aumento na classe média alta, passando para 65% entre 1992 e 2002 e para 34% entre homens integrantes da classe baixa nesse mesmo período. Entre as mulheres ocorreu o contrário, elevando-se para 59,3% entre as famílias com rendimento baixo. Quando são combinados critérios de rendimento familiar e raça, nota-se que nos estratos de menor rendimento familiar houve menor desigualdade na evolução do desemprego de brancos e negros. A variação entre o período em questão da população branca de baixa renda foi de 49,5% que é pouco maior que a verificada na população negra que é de 46,7%. Já nas classes de maior rendimento ocorreu o contrário e o desemprego dos negros de renda alta aumentou 68% enquanto os brancos dessa mesma classe cresceram 46,2%, ou seja, observa-se que o desemprego entre os negros pobres cresceu menos, já que estes tenderam a estarem associados, de forma geral, às ocupações mais precárias; quanto ao desemprego dos negros das classes média e alta, num contexto de escassez de empregos, o preconceito racial atuou como requisito decisivo no momento da contratação (POCHMANN, 2001).

Quanto à escolaridade, a taxa de desemprego subiu de uma forma mais rápida entre os de maior escolaridade, também no período de 1992 a 2002. A exemplo entre os indivíduos com quatorze anos de estudo, que teve variação de desemprego de 76,9%, que é uma

diferença três vezes maior se comparada aos indivíduos que tem até três anos de estudo. Este fato revela que no Brasil os mais escolarizados são também os mais penalizados no mercado de trabalho, pois o avanço dos níveis de escolaridade foram incapazes de potencializar a geração de empregos (id., *ibid.*).

Não podemos deixar de chamar atenção aqui para o devido cuidado que devemos ter quanto à leitura dos dados e estatísticas que nos são apresentados. Nas palavras de Mézsáros, “a falsificação sistemática ou ‘maquiagem’ das estatísticas é meio preferido de minimizar os problemas: uma forma de ‘assoviar no escuro’ para se acalmar (2002, p. 323). Esta prática é feita não somente junto às estatísticas de desemprego, mas é realizada também para minimizar as graves consequências que são resultantes do catastrófico desemprego crescente.

Segundo Mézsáros, acreditava-se que todo esse processo fosse desejável e até natural apenas nas regiões periféricas do mundo, devendo ser imposto aos futuros benefícios que viriam no devido tempo como resultado do desenvolvimento capitalista e da modernização da própria região periférica. No entanto, essa mesma devastação começa a ser parte das regiões centrais e avançadas do grande capital e, a partir disso, não se pode fingir que nada está acontecendo. “Nesse ponto, as pessoas são submetidas à experiência absolutamente desorientada da inversão da ordem do fluxo histórico, como se tivessem de viver a realidade como um filme que fosse projetado do fim para o começo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341). O que é trazido para as suas condições de vida, nada mais é do que algo que deveria ter ficado para trás e para não mais voltar.

Testemunhamos hoje um ataque à classe operária, não apenas nas partes periféricas do mundo, mas com sérias implicações para a reprodução metabólica do capital nos países centrais, e que ocorre a partir de duas frentes: um crescente desemprego em todos os campos de atividade; e uma significativa redução do padrão de vida da população trabalhadora (MÉSZÁROS, 2002).

Destaca o autor supracitado que atingimos uma fase do desenvolvimento do capitalismo em que o desemprego se apresenta como sua característica dominante. Tem ocorrido grande publicidade sobre as virtudes da globalização, como um fenômeno novo capaz de resolver todos os problemas. Está presente aí uma ironia, já que o sistema alcançou a maturidade de forma inexoravelmente ligada a sua própria crise estrutural.

Ironicamente, nesse caso, o desenvolvimento daquele que é de longe o mais dinâmico sistema produtivo da história culmina por proporcionar um número cada vez maior de seres humanos supérfluos para o seu mecanismo de produção, embora – de acordo com o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – estejam longe de ser

supérfluos como consumidores. A novidade histórica desse tipo de desemprego do sistema globalmente integrado é que as contradições ocorridas em qualquer uma de suas partes específicas complicam e agravam os problemas de outras partes e, conseqüentemente, da sua totalidade. A necessidade de produzir desemprego, “diminuição de custos” etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as conseqüências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da produção. (MÉSZÁROS, 2006, p. 32)

Diante desse contexto contraditório da economia capitalista, principalmente a partir da década de 1990, alguns conceitos começam a ser largamente utilizados com o intuito de explicar e subsidiar o crescimento da pobreza e do desemprego (impactos no mundo do trabalho). Um desses conceitos é o de *precarização do trabalho*, que começou a ser largamente utilizado nas ciências humanas e sociais, principalmente por aqueles que se dedicam ao estudo da sociologia do trabalho. Para Mézáros (2006), é justamente com a flexibilização que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, em que o trabalhador é abandonado e tem que negociar seu salário e o tempo que vai dedicar ao trabalho. Essa nova condição de trabalho sempre perde mais direitos e garantias sociais. Tudo é convertido em precariedade não tendo nenhuma garantia de continuidade. O trabalhador encontra-se em uma fronteira incerta entre a ocupação e a não ocupação e em um incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. A força de trabalho é deixada a descoberto em relação ao atual trabalho, ao trabalho futuro e à renda, já que não é assegurado nos momentos de não ocupação.

Na era da crise estrutural do capital o nível de exploração deve ser prolongado tanto quanto o movimento do trabalho possa suportar, ou seja, onde quer que o capital possa ir. A crise de acumulação de capital na era da globalização tem criado novas e grandes dificuldades em vez de resolver as iniquidades do sistema, trazendo, ao mesmo tempo, novas formas de inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho.

Aqui destacamos a elaboração de Alves (2007), que nos auxilia na construção do conceito de precarização:

Entendemos o processo de precarização em sua dimensão objetiva, por um lado, como a dissiminação das formas instáveis do salariedade, com mudanças no plano dos direitos e na forma de contratação; de alterações qualitativamente novas na gestão do cotidiano dos locais de trabalho (organização e jornada de trabalho) e da própria perspectiva de carreira e de inserção no mercado de trabalho, em virtude do crescimento do desemprego aberto. Tal forma de desefetivação da inserção salarial possui desdobramentos no plano subjetivo da força de trabalho, constatados, *pari passu*, com as novas doenças ocupacionais e do sofrimento psíquico nos locais de trabalho e para além deles. (id., *ibid* 2007, p. 15)

Alves alcança este entendimento após analisar não apenas os indivíduos que foram desligados dos postos formais de trabalho, mas os que ainda estão ocupados, que ele chama de “sobreviventes” da dinâmica reestruturativa. O autor ressalta que o processo de precarização é marcado por uma “temporalidade histórica particular-concreta de mudanças que atingem as firmas (id., ibid, p. 2).” Para ele a precarização do trabalho atinge mais as velhas gerações do que as novas gerações de operários e empregados que se encontram inseridos nos processos de trabalho. Nessa direção, as novas gerações se inserem em uma nova precariedade, ou seja, “novos estatutos salariais que traduzem um rompimento com determinadas experiências de vida e de trabalho da velha condição proletária (id., ibid, p. 2).”

Para o autor, tratar da experiência da precarização do trabalho é tratar de trajetórias de determinados contingentes de trabalhadores, sendo a precarização um processo sócio-estrutural que ocorre através do complexo da reestruturação capitalista e em sua dimensão produtiva, organizacional, tecnológica e sócio-espacial, possuindo múltiplos impactos subjetivos. Isto significa que o processo de precarização do trabalho se expressa através da experiência do trabalhador assalariado vivida e percebida. Para Alves (2007), os principais traços da transformação da objetividade e da subjetividade do mundo do trabalho da última década no Brasil são:

(1) o desenvolvimento sistêmico de um novo complexo de reestruturação produtiva e
(2) a emergência de um novo (e precário) mundo do trabalho, caracterizado por um novo perfil dos trabalhadores, postos pelos novos padrões de produção no locais de trabalho, um uso da força de trabalho caracterizado por novos ativos de qualificação (escolaridade formal, treinamento nos processo produtivos, “casamento com as plantas”, etc) e fora dele, no mercado de trabalho (com a conformação salarial destacada acima). (id., ibid p. 9)

Assim, se é possível perceber um contingente restrito de novos operários ligados a conglomerados industriais, também houve tendência de ampliação do contingente de proletariado industrial e de serviços mais precários, sendo estes constituídos pela força de trabalho das suas redes de subcontratação. Nessa perspectiva, a dimensão da precarização articula-se com o crescimento do desemprego. Tal conceito de precariedade que nos é apresentado traz a noção de naturalização da precarização. A partir disso, duas consequências são percebidas: a culpabilização do indivíduo e a dificuldade de consciência de classe e mobilização. Esta segunda consequência tem reflexo imediato nas possibilidades emancipatórias presentes no trabalho.

O que percebemos é que, em concomitância ao crescente desemprego e precarização do trabalho, novas formas alternativas de inserção dos trabalhadores no mercado estão sendo criadas, visando a geração de trabalho e a busca pela renda. No entanto devemos nos questionar quais são as reais condições dessas novas formas de trabalho? E ainda, que relação está sendo estabelecida entre essas formas alternativas de produção/distribuição e o movimento sociometabólico do capital? E, no caso da busca de inserção no trabalho via geração de renda, quais possibilidades emancipatórias ali se encerram?

**CAPÍTULO 2. ELEMENTOS DE TEORIZAÇÃO ACERCA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA E DA AUTOGESTÃO**

2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO A SAÍDA PARA OS TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO E TRABALHO PRECÁRIO

No final do século XX, no Brasil, é possível observar o surgimento de um conjunto de iniciativas dos trabalhadores, que, a despeito de suas limitações, têm como objetivo a construção de práticas alternativas ao assalariamento para aqueles sujeitos que se encontravam em situação de desemprego ou de trabalho precário. Tratava-se da economia solidária, um fenômeno econômico e social que, desde aquele momento, apregoava a solidariedade como princípio e fim da atividade econômica. Traços comuns dessas iniciativas são a auto-ajuda e ajuda mútua, a autogestão, os princípios de solidariedade e igualdade (próprios do cooperativismo e associativismo), além da bandeira de um novo e possível projeto de sociedade alternativa à capitalista, uma possibilidade de emancipação do trabalho e do sistema analisado como causador da desigualdade, da pobreza e exclusão.

Tauile (2009) afirma que foi precisamente na década de 1990, que o fenômeno da economia solidária difundiu-se largamente pelo país e, assim, um número expressivo de trabalhadores passaram a se organizar nos chamados empreendimentos econômicos solidários, principalmente sob a forma de cooperativas autogestionárias. Naquele contexto observa-se uma crise no papel do Estado em formular e implementar políticas públicas, na inserção dos trabalhadores nas formas tradicionais de emprego, bem como uma ampliação dos índices de desemprego. A economia solidária surgiria como expressão da organização popular de homens e mulheres que, por meio do trabalho autogestionário, buscavam uma alternativa ao desemprego e às relações de trabalho precário⁴.

Em concomitância ao crescente desemprego e precarização do trabalho, novas formas de inserção no mercado, visando a geração de trabalho e a busca pela renda, passaram a ser criadas.

O caráter alternativo da economia solidária, para Cunha (2003), estaria materializado na defesa de uma sociedade alternativa, que poderia ser uma economia socialista (enquanto uma resposta da tradição socialista - com bases associativas e autogestionárias - ao socialismo real) ou poderia ser analisado a partir de um contexto mais atual de resistência ao desemprego por meio da organização da sociedade civil. Neste ponto, destacamos Singer (2008, 2005,

⁴ O surgimento de novas formas de produção e distribuição, que se agrupam sobre o signo do trabalho autogestionário, ocorre em contexto de crise. Reitero a análise de Antunes (1999), que indica que a crise da década de 1990 é uma expressão fenomênica da crise estrutural do capital, que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas, e não somente no Brasil, a partir do início dos anos 1970. Neste cenário desfavorável para os trabalhadores, encontra-se a chamada economia solidária, onde os trabalhadores intentam reafirmar os preceitos do trabalho associado.

2003, 2002, 1998) como uma importante referência que teoriza a economia solidária do ponto de vista da constituição de uma alternativa ao sistema capitalista, numa perspectiva de transformação social.

No entanto, é necessário ressaltar a existência de estudos que demonstram uma divergência na análise da potencialidade que a economia solidária poderia trazer para superar, por meio das relações de trabalho ali desenvolvidas, a sociedade capitalista. Neles, as análises apontam que nas práticas objetivas das experiências de economia solidária existem tensões entre as vivências baseadas na solidariedade e democracia vivenciadas internamente nos coletivos e as práticas típicas do modo de produção capitalista onde estas práticas se inserem, dificultando numa apreensão mais geral a tal ponto que se chegaria a uma superação da sociedade burguesa. Essa tensão dificulta afirmar que a economia solidária poderia se constituir enquanto uma alternativa ao sistema vigente. No âmbito do Serviço Social, encontramos este pensamento, que, partindo da tradição marxista, faz crítica à economia solidária enquanto possibilidade emancipatória. Aqui fazemos destaque para Barbosa (2007), Tavares (2004) e Menezes (2007).

Partindo destas premissas, para entender o surgimento da economia solidária, assim como suas possibilidades, limites, congruências e incongruências torna-se necessário, *a priori*, recorrer, em um primeiro momento, aos autores que trabalham a teorização dessa proposta enquanto possibilidade emancipatória alternativa ao capitalismo para, num segundo momento, construir uma contraposição a essas idéias com os autores que fazem crítica à economia solidária.

Para o economista Paul Israel Singer (2003), a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado por aqueles que se encontram marginalizados no mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios. Para esse autor, a unidade da economia solidária materializa-se, principalmente, pela cooperativa de produção que se organiza sob os princípios de: posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (cooperados), destinação do excedente anual (sobras) também entre os integrantes. Em geral, é formada por ex-empregados de uma mesma empresa ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, que recebem apoio de outras empresas solidárias, incubadoras universitárias, sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais, dentre outros.

Nesta perspectiva, a economia solidária não é criação intelectual de um indivíduo, “é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (id., *ibid.*, p. 13). A crítica da economia solidária em relação ao capitalismo refere-se, antes de tudo, à ditadura do capital na empresa, ou seja, o poder ilimitado de propriedade ao dono dos meios de produção. O conceito de economia solidária vai sendo construído e transformado na própria ação. São iniciativas não-capitalistas, isto é, de pessoas excluídas dos meios de produção e distribuição que, para o autor, vêm sendo vivenciadas por trabalhadores e tratadas por pensadores socialistas desde o século XIX.

Singer (2000) nos aponta que os princípios sobre os quais a economia solidária se apóia são eminentemente socialistas, se for considerada a forma de organizar a produção, a circulação e o crédito, que são regidos pelos princípios da solidariedade, da democracia e da autogestão. Portanto, constitui-se uma forma de produção e distribuição horizontalizada, fundamentada no ser, ou seja, diferente da formatação vertical capitalista que é regida por princípios de exclusão, competição, individualização, hierarquização, por ser centrado na busca pelo aumento das taxas de mais-valia.

Devemos aqui destacar, com o objetivo de diferenciar em seguida, os contrastes existentes entre as estratégias de participação promovidas pelo capital – a partir das propostas do modelo japonês; e as estratégias utilizadas pela classe trabalhadora para organizar a produção – em que a autogestão das fábricas recuperadas é uma delas, no que concerne a forma de produção e distribuição horizontalizada. Fato este justificado pelo “cipoal que hoje enreda as propostas de autogestão com o participacionismo proposto pelo capital (NOVAES, 2007, p. 151).”

As propostas de participação trazidas pelo modelo japonês diferem, em muito, daquelas apresentadas pela proposta autogestionária. Sobre essa diferenciação, o autor (*ibid*) destaca a facilidade com que a pedagogia toyotista apropria-se das concepções que são elaboradas pela pedagogia socialista, mas sempre a partir do ponto de vista do capital, levando a uma ambiguidade nos discursos e nas práticas pedagógicas. Este fato tem levado muitos a acreditar que as políticas e as propostas pedagógicas capitalistas no regime de acumulação flexível contemplam, de fato, os interesses dos trabalhadores.

Encontramos ainda em Novaes (2007) que a proposta pedagógica de participação da fábrica toyotista, cria um trabalhador engajado e flexível, possibilitando a apropriação, por parte da fábrica, do saber e da subjetividade humana e levando a intensificação do ritmo de trabalho. Fato este pode ser visualizado em formas de gestão participativa como dos Círculos

de Controle de Qualidade - CCQs em que as propostas diferem, em comparação com as propostas de cunho autogestionária, pela própria natureza, já que a produção não é controlada pelos trabalhadores envolvidos, tratando-se de uma organização informal de pequenos grupos que buscam discutir e resolver problemas que foram identificados no local de trabalho. O que nos leva a verificar que participar não significa, necessariamente, autogerir.

Já no caso de uma proposta de autogestão o objetivo é bem diferente, sendo outro tipo de participação, diferente da encontrada nas fábricas toyotistas em que os trabalhadores decidem sobre tudo, menos sobre o que é essencial. A participação da proposta de autogestão nasce a partir das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX buscando a democratização da produção e objetivando, como norte maior, a construção de outra sociedade.

Se as estratégias gerencialistas procuram reduzir a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam a autogestão adicionam a necessidade de participação fora do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade como um todo. (NOVAES, 2007, p. 145)

Em concordância com esta idéia e discorrendo sobre as práticas autogestionárias, Cattani (2003) sinaliza que a autogestão afirma-se como um modo de agir coletivo, onde os princípios da ação social se formam a partir da experiência concreta e das intenções e idéias do grupo. A essência dessa prática social está fundada na repartição do poder e do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo, que encontra na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social. É um modelo de organização que combina propriedade e controle efetivo dos meios de produção aliados à gestão democrática e, assim como Singer (op. cit.), afirma que as práticas autogestionárias estão relacionadas com as lutas dos trabalhadores e do movimento operário que, desde o século XIX, construíram experiências cooperativistas.

Singer, em seus estudos, aponta a necessidade de estabelecer o vínculo da economia solidária com as experiências cooperativistas históricas, de caráter socialista. Em nossa análise é justamente nesta referência feita por Singer que é possível desvendar a origem de sua defesa e esperança em apontar a atividade da economia solidária como caminho concreto de superação da sociedade capitalista.

Se percorremos esse caminho apontado pelo autor, encontramos que a experiência cooperativista tem sua origem no período de pós consolidação do capitalismo industrial, cujo berço foi a Inglaterra, estando diretamente associada ao intenso empobrecimento da população provocado pela inserção das máquinas e aos ideais que tinham como objetivo reverter essa realidade elaborados e propagados pelos socialistas utópicos.

Encontramos em Engels (1980), que as concepções dos utopistas dominaram as idéias socialistas no século XIX. Para estes, o socialismo expressa a verdade absoluta, a razão e a justiça, devendo ser revelado para que seja possível a conquista do mundo, acrescentando que a verdade absoluta, assim como a razão e a justiça variam de acordo com o fundador de cada escola, isto é, perpassam pela inteligência de cada um, condições de vida, cultura, disciplina. O que levou ao surgimento de um socialismo eclético e medíocre:

Uma mistura extraordinariamente variegada e cheia de matizes, composta de desabafos críticos econômicos e as imagens sociais do futuro menos discutíveis dos diversos fundadores de seitas, mistura tanto mais fácil de compor quanto mais os ingredientes individuais iam perdendo, na torrente da discussão, os seus contornos sutis e agudos, como as pedras limadas pela corrente de um rio. Para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade. (ENGELS, 1980, p. 44)

Robert Owen, importante representante do socialismo utópico, rejeitava o comércio que visava o lucro, considerando-o essencialmente parasitário. Em seu tempo, para combater a ociosidade forçada de uma grande parte da força de trabalho em períodos de crise (que leva ao empobrecimento da sociedade), ele propôs e efetivação de cooperativas que iriam gerar e distribuir riqueza, movimentando o consumo no mercado. Sua tese foi rejeitada pelo governo britânico por atribuí-la a uma tentativa de mudança no sistema (lucrativo/capitalista) social. Seus discípulos colocaram em prática suas idéias e criaram sociedades cooperativas. Com a ascensão do owenismo houve crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. O projeto de Owen equivale ao que mais tarde foi chamado de República Cooperativa. Singer (2002) denomina esse período de cooperativismo revolucionário, tornando evidente a ligação entre a economia solidária e a crítica ao sistema capitalista, ressaltando que essa forma nítida jamais se repetiu.

Encontramos em Engels (1980), que Owen tentava aplicar sua teoria nas fábricas que dirigia e no período entre 1800 a 1829 obteve êxito, o que lhe valeu fama na Europa por orientar no mesmo sentido uma grande fábrica de fios de algodão na Escócia que era sócio e gerente. A população operária cresceu até 2.500 e converteu-se numa colônia-modelo por

“colocar os seus operários em condições mais humanas de vida, consagrando um cuidado especial à educação da prole (op. cit)”, o que rendeu aos seus proprietários enormes lucros.

Assim, de acordo com Engels (1980) Owen propõe um sistema de colônias comunistas objetivando combater a miséria que reinava na Irlanda, apresentando um completo orçamento que trazia as despesas de instalação, desembolsos e prováveis rendas. O comunismo oweniano e o avanço para este, constitui um momento crucial na vida de Owen. Enquanto sua atuação era apenas como filantropo, colheu riquezas e fama, tornando-se um homem bastante popular na Europa. Entretanto, ao formular sua teoria comunista, tudo foi modificado, já que ele apresentou três obstáculos no caminho para a reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma de casamento. Este fato o levou à perda da posição social que detinha até então, passando a ser ignorado pela imprensa e arruinado devido às suas fracassadas experiências comunistas que, inclusive, sacrificou toda a sua fortuna. Ainda dirigiu-se à classe operária e atuou durante trinta anos. Obteve alguns avanços sociais na Inglaterra, ligados aos interesses da classe trabalhadora, entre as quais, conseguiu que fosse votado a primeira lei que limitou o trabalho da mulher e da criança nas fábricas.

Uma outra experiência que tentou acabar com a polarização entre ricos e pobres ocorreu na França sob autoria de Charles Fourier que fez uma crítica das condições sociais existentes. Sua crítica recaí nas relações entre os sexos, assim como na posição que a mulher ocupa na sociedade burguesa. Mas onde sua teoria se sobressai mais é na maneira em que concebe a história da sociedade dividindo-a em quatro fases de desenvolvimento: o selvagismo, a barbárie, o patriarcado e a civilização - que seria a sociedade burguesa (ENGELS, 1980).

Fourier propôs o falanstério que, preservando a propriedade privada, criaria uma grande comunidade, tentando dispor o trabalho de forma que se tornaria atraente para todos. O sistema de Fourier foi experimentado nos E.U.A. Owen e Fourier, ao lado de Saint Simon, foram os clássicos do socialismo utópico que muito influenciaram e inspiraram o cooperativismo. É a partir desses socialistas utópicos e de suas propostas que a economia solidária foi abrindo seus próprios caminhos através do método que tinha disponível: “o da tentativa e erro (SINGER, 2002).”

Engels (1980) destaca sobre a Revolução Francesa em que houve o triunfo do terceiro estado (responsáveis pela produção e comércio), sobre os estados ociosos e privilegiados (até então) da sociedade, que seria a nobreza e o clero. O que logo se viu foi que o triunfo do terceiro estado representou o triunfo de uma parte muito pequena – a burguesia, que era um setor privilegiado dessa classe. Para Saint-Simon o antagonismo entre o terceiro estado e os

estados privilegiados tomou a forma de antagonismo entre trabalhadores (operários assalariados, fabricantes, comerciantes e banqueiros) e ociosos (antigos privilegiados e os que viviam de rendas sem interferir na produção e no comércio).

Um traço comum entre os três, que pretendiam instaurar o império da razão e da justiça, diz respeito a não atuação enquanto representantes dos interesses do proletariado – que surgia como um novo produto histórico. Entretanto, naquele momento, o modo capitalista de produção estava ainda muito pouco desenvolvido, assim como o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. “Como toda a teoria nova, o socialismo, embora tivesse as suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se, ao nascer, às idéias existentes (ENGELS, 1980, p. 28).”

Em sua obra *“Uma utopia militante, repensando o socialismo”* Singer (1998) reforça a idéia de que o socialismo deve começar a se desenvolver sob a hegemonia do capitalismo, ou seja, subordinado inicialmente ao capital, mas construído através da livre iniciativa dos trabalhadores. A idéia de revolução, portanto, para esse autor não está ligada a idéia do emprego da violência e da força. Para embasar sua teoria pauta-se no período histórico relativo ao processo de mudança, de longo prazo, iniciado com a Revolução Industrial. Há mais de duzentos anos iniciou-se o processo de mudança, a partir da Revolução Industrial, que implantou de forma definitiva o capitalismo e que continua a desenvolver-se e a amadurecer-se não se constituindo, portanto, em uma transformação violenta e sim em uma transformação que já dura dois séculos. E as razões para a ocorrência dessas revoluções sociais na Inglaterra (ao que ele acrescenta também a possibilidade de ter ocorrido em outras regiões da Europa), são a passagem do modo do sistema de servidão ao sistema de produção simples de mercadorias (nos séculos XII e XVI ou XVII) e a passagem da economia inglesa de produção simples de mercadorias ao capitalismo (entre os séculos XVIII e XIX). Nesse raciocínio, defende que não só está em curso a revolução capitalista, como também a revolução socialista, ambas constituindo-se como revoluções sociais iniciadas a partir da Revolução Inglesa. Nesse raciocínio nos atenta para a distinção entre as revoluções sociais e as revoluções políticas, comumente denominadas de revoluções burguesas ou proletárias⁵.

⁵ Singer destaca a diferença entre revolução social e revolução política. Para ele, as revoluções sociais trazem uma noção e um ideal de transformação radical da sociedade e perduram por um longo período de tempo. Ele identifica duas grandes revoluções sociais em curso iniciadas com a Revolução Industrial inglesa que são a Revolução capitalista e a revolução socialista. Já as revoluções políticas, que podem ser burguesas ou proletárias, constituem-se em episódios bem delimitados no tempo, com possibilidade de identificação de emprego de violência (fato que o autor não considera necessário no processo). Identifica como as mais importantes revoluções burguesas a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa; e como as principais revoluções proletárias a Comuna de Paris, a Revolução Russa e a Revolução Chinesa (SINGER, 1998). Uma diferenciação entre a revolução social e a revolução política é que a primeira defende a mudança do

Singer (2002) ressalta ainda que esse antigo projeto cooperativo constituído como uma alternativa (socialista) ao capitalismo industrial apresenta, entre suas inúmeras tentativas fracassadas, muitas outras que estão há muitas gerações em pleno vigor, a exemplo da Corporação Cooperativa de Mondragón⁶. E são as experiências bem sucedidas na história do cooperativismo que sustentam a defesa desse autor de que a economia solidária apresenta-se como a mais importante alternativa ao sistema capitalista, oferecendo uma solução à exacerbada exclusão social causada pelo capital.

Para o autor (ibid.) uma das razões de uma sociedade desigual reside na presença de competição do mercado que acaba por dividir e rotular os indivíduos em ganhadores e perdedores. No entanto, para que haja uma sociedade mais igualitária é necessário que a economia, ao invés de competitiva, torne-se solidária. Ou seja, no lugar da competitividade entre as pessoas, deve haver cooperação. O autor realiza defesa da economia solidária enquanto um outro modo de produção que se apóia em princípios básicos avessos aos princípios capitalistas, como a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Se colocado em prática, esses princípios terão como resultado a solidariedade e a igualdade. Nessa proposta, Singer defende o poder estatal como sendo necessário e responsável por redistribuir, de forma também solidária, a renda resultante desse processo de reprodução. E aqui já posso me adiantar um pouco em apontar o relevante papel atribuído ao Estado pelo autor em questão, fato este conflitante com os ideais socialistas.

Um outro destaque feito por Singer (2002) é em relação a diferença entre heterogestão, praticada nas empresas capitalistas e autogestão, praticada nas empresas solidárias servindo estas, portanto, para fins diferenciados. Para ele, as pessoas não são naturalmente inclinadas para um e nem para outro. No entanto, poucos fariam a opção de passar a vida recebendo ordens, apesar do aprendizado em receber tais ordens vir desde os bancos escolares. O que pode reverter esse processo que é colocado como natural pelo sistema capitalista é o envolvimento em lutas emancipatórias. É o que “sacode” a carga alienante, que acaba por

status quo, enquanto no segundo caso não há alteração desse. Para discorrer sobre revolução social, Singer embasa-se em Marx que, no prefácio de *Para a crítica da economia política*, coloca que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, pelo contrário, é sua existência social que determina sua consciência.”

⁶ Maior complexo cooperativo do mundo que tem origem na pequena cidade basca de Mondragón – norte da Espanha. Combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com banco cooperativo, além de cooperativa de seguro social, universidade e diversas cooperativas de investigações tecnológicas. Mandragón utiliza e aplica os princípios cooperativistas (SINGER, 2002).

modificar o comportamento social do sujeito. Para o autor a autogestão é praticada com mais autenticidade quanto maior for o número de integrantes militantes de uma empresa solidária.

Ao propor a economia solidária como alternativa social Singer (2008) trata de assuntos como globalização e desemprego, discorrendo que o Estado previsor e redistribuidor está sendo substituído por uma nova edição do *laissez-faire*, sob o signo da proclamada globalização. Para este autor a economia solidária:

[...] é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não a eliminação!, destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas e solidárias entre produtores e entre consumidores. (2008, p. 9)

Haddad (2005), nos atenta para o fato de produção e mercadoria serem coisas que andam juntas podendo ser, porém, coisas que andam em sentidos diferentes. Assim, a economia solidária pode ser pensada em forma de produção não mercantil, mas não necessariamente para a instituição do mercado, ou seja, de produzir para o mercado, e sim do tipo de relação social da produção. As experiências, segundo o autor, têm demonstrado que é possível concebê-las como formas de produção emancipadas da relação de assalariamento. Para esse mesmo autor o grande problema da humanidade é o trabalho como mercadoria e isso é algo a ser tratado:

Se você for perguntar a todos os trabalhadores o que eles mais almejam, você vai ouvir “almejo um emprego”. Hoje, cada trabalhador considera o seu emprego a maior riqueza que ele tem. Então, o paradoxo todo é: no momento em que a relação de assalariamento demonstra ser aquilo que necessariamente precisa ser superado, para que a humanidade dê um passo no sentido da emancipação, nesse mesmo momento, esse bem, que é o trabalho, que é o emprego tradicional, é a coisa mais valorizada pelo trabalhador. Essa contradição precisa ser superada, porque assim como nós precisamos dissociar produção e mercadoria, nós precisamos dissociar trabalho e emprego. (id. *ibid.*, p. 25)

Dando continuidade à sua exposição, Haddad (2005) ainda nos traz que é possível produzir de forma não mercantil, isto é, não sendo o trabalhador uma mercadoria no processo de trabalho. Para ser mais preciso, o autor destaca que a força de trabalho não precisa ser uma mercadoria, pois existem formas de trabalho emancipadas que não são empregos, portanto, que não é trabalho assalariado, trabalho abstrato. Destaca ainda a necessidade de que os trabalhadores detenham poder político e os mecanismos e instrumentos de socialização da propriedade, do conhecimento e do acesso ao crédito.

A constatação de Haddad (op. cit.) é que os trabalhadores da economia solidária devam ter acesso aos referidos instrumentos é também compartilhada por Singer. Para chegar a esta afirmativa, Singer (2002) discorre sobre a relação da economia solidária com o capital.

Para ele, a Terceira Revolução Industrial traz, como uma de suas consequências mais controversas, a *descentralização do capital*. Tal hipótese o autor justifica por duas razões: uma maior flexibilidade do parque produtivo conferida pelo computador que elimina alguns ganhos de escala; e o barateamento do próprio computador e dos equipamentos que este realiza comando. Como resultados desse processo as empresas são coagidas (pela pressão do mercado) a se desintegrarem, ou seja, a se separarem de suas atividades complementares. É a chamada “terceirização”. Outro importante fator que ocorre nesse processo é a formação de redes que possuem componentes ligados à matriz. Como reflexo, e é isso que nos interessa aqui, é que muitas das atividades que são realizadas desconectadas do grande capital passam a ser feitas por pequenos empresários, trabalhadores autônomos e pelas cooperativas de produção. Isso leva a transformação de postos formais de trabalho (empregos formais) em ocupações, sendo estas desprovidas de garantias e direitos. Seguindo esse raciocínio, o que o capital tem feito, segundo Singer, é explorar o trabalho através de compra de serviços ao invés da contratação da força de trabalho, ou seja, o que está acontecendo é uma radical transformação das relações tradicionais de produção capitalistas “e, neste caso, diagnosticar a crescente exclusão social que se verifica na maioria dos países como resultado do ‘desemprego’ que pode representar um engano fatal (id., ibid. p. 18).”

Nesse contexto, a alternativa capitalista para o desemprego limita-se à oferta de treinamento profissional ou algum financiamento para aqueles que estão interessados em iniciar o próprio negócio. É importante ressaltar que transformar os desempregados em microempresários está em sintonia com a tendência de descentralização, no entanto, não oferece oportunidades de sucesso, levando a grande maioria ao fracasso (SINGER, 2008). Em um mercado capitalista, as pequenas empresas (este termo é utilizado pelo autor para designar o conjunto de organizações que tem como característica o capital inicial limitado como as microempresas, empresa familiar, cooperativa de produção, entre outras que apresentam as mesmas características), acabam por funcionar como subsidiárias ou ainda subcontratadas das grandes empresas. E aqui ressaltamos a grande dependência existente:

A expansão do número e da produção das pequenas empresas depende, nestes casos, do crescimento das grandes firmas. A multiplicação de pequenas empresas além deste limite aguça a competição entre elas, envolvendo-as num jogo de soma zero: cada avanço obtido por uma pequena empresa representa uma perda igual para outra ou

outras. A competição aniquiladora entre as pequenas empresas só traz vantagens às grandes, que obtêm os serviços das primeiras a custos menores. (SINGER, 2008, p. 121)

Singer propõe, então, uma solução não-capitalista para o desemprego a partir da oferta à massa de excluídos de uma oportunidade real de inserção na economia através de sua própria iniciativa. Isso pode acontecer a partir da criação de um novo setor da economia “formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos (id. *ibid.*, p. 122).”

Uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto. Quanto maior o número de empresas da cooperativa, tanto melhores suas chances de sucesso. Numa grande cidade como São Paulo, em que moram centenas de milhares de pessoas que estão subocupadas ou desempregadas, o novo setor poderia conter milhares de pequenas empresas operando em ampla gama de indústrias e serviços, da confecção de roupas, alimentos, material de construção, até a reparação de automóveis e aparelhos domésticos, reformas e manutenção de edificações, creches, clínicas, escolas, etc. Atualmente é alto o desemprego entre ex-administradores de empresas, engenheiros, planejadores e outros profissionais especializados, que poderiam desde o início dar às novas pequenas empresas a base gerencial e técnica de que precisam. Em cidades menores, o novo setor poderia alcançar envergaduras mediante consórcio abrangendo um conjunto de municípios. (id., *ibid.* p. 122)

Os cooperados teriam o compromisso de dar preferência, no que se refere ao gasto da receita, aos produtos da própria cooperativa. Para isso, há necessidade da criação de uma moeda própria que deve ser diferente da moeda do país. “Digamos um ‘Sol’ (de solidariedade) em vez de ‘Real’ (SINGER, 2008, p. 123).” Esta moeda só tem validade para o pagamento de produtos no novo setor, o que levará a proteção de mercado, elemento necessário e fundamental para a viabilização do funcionamento das pequenas empresas. Um outro importante aspecto diz respeito ao apoio e patrocínio do poder público municipal, sindicatos, entidades empresariais e movimentos populares para as cooperativas, o que irá auxiliar para atrair um grande número de pessoas desempregadas para o novo setor.

O mercado protegido é necessário, mas não é suficiente para o sucesso do novo setor de economia solidária. O objetivo deve consistir na “criação de novas formas de organização da produção com lógica ‘includora’, ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno (id., *ibid.*, p. 124).” O autor destaca como a razão para a fragilidade da pequena empresa o fato dela estar isolada,

pois “o pequeno só é pequeno porque está sozinho (id., *ibid.*, p. 124).” A união de muitos pequenos leva a formação de um gigante. Ao contrário dessa necessidade colocada pelo autor está a atual descentralização capitalista, já que para capital não é necessário que as pequenas empresas sejam absorvidas, bastando apenas que essas estejam subordinadas, subcontratadas ou franqueadas.

A idéia de criar uma economia solidária significa “organizar” unidades de produção, em geral pequenas, em função delas mesmas e não de um grande capital centralizador. Em outras palavras, a cooperativa desempenhará o papel de uma grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas que será possuída e comandada pelos próprios franqueados [...] A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas de organização forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista –, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção. (id., *ibid.*, p. 124-125)

Mas Singer nos atenta para as dificuldades encontradas pela autogestão ou co-gestão, já que estas não se apresentam como uma panacéia, isto é, como sendo capazes de solucionarem todas as dificuldades, todos os males. Então existe a necessidade de dotar a autogestão de criatividade e eficiência para que seja possível a superação dos entraves para a sua existência. Esta não é uma tarefa fácil, já que os trabalhadores não apresentam experiências gerenciais. O autor acredita que daqui a alguns anos a economia solidária propiciará, para aqueles que não possuem emprego, uma oportunidade de reintegração na produção, seja por sua própria conta, seja de forma coletiva. “Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista (2008, p. 138).” E ainda acrescenta:

Este é o argumento tático a favor da economia solidária. Mas a ele se adiciona outro, de longo alcance. Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligadas por laços de solidariedade. Sem guerra fria, sem ameaça atômica, os homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social. (id., *ibid.* p. 139)

Com estas idéias, Singer propõe uma revolução de baixo para cima, objetivando, no marco do capitalismo, uma convivência possível entre ideais socialistas e princípios

eminentemente liberais, rumo à construção de um projeto de sociedade que seja capaz de suprimir a ordem vigente e implantar o socialismo. Se esta teoria busca mostrar a possibilidade emancipatória contida nas práticas de economia solidária, as obras organizadas por Barbosa (2007), Tavares (2004) e Menezes (2007), que aqui tomamos como referência, colocam em evidência os equívocos e as limitações presentes na tese em questão. Passemos, agora, a estas idéias.

2.2 APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No contexto contemporâneo de uma nova e abrangente crise do capital, torna-se evidente a necessidade de refletirmos sobre as possibilidades de sucesso e limites das organizações autogestionárias, sob a perspectiva da economia solidária, no ambiente capitalista. Neste cenário, para Coimbra (2007), as propostas da economia solidária e nela, a da autogestão, se inscrevem e competem, em situação desfavorável, com o modo de produção hegemônico. Para a autora, embora grupos e empresas recuperadas possam vivenciar e consolidar sua organização fundamentada nos princípios da economia solidária (propiciada por cursos, oficinas, assembléias, fóruns de discussão e participação popular e na própria vivência cotidiana do trabalho associado), a realidade demonstra as tensões de suas propostas. Coimbra, ao buscar referências na obra de Singer para analisar a questão, coloca que as relações de trabalho assalariadas, apesar de dominantes, não incorporam a totalidade da força de trabalho disponível. O que torna a economia solidária uma alternativa de acesso ao trabalho.

A autora afirma que, em sua essência, os princípios que norteiam as propostas autogestionárias procuram ir de encontro à produção capitalista - que baseia-se na propriedade privada dos meios de produção, no assalariamento e na divisão do trabalho, tendo como finalidade principal a maximização das taxas de lucro. Os princípios que caracterizam a autogestão procuram se diferenciar da heterogestão, seja na esfera da produção, mas também muitas iniciativas procuram se diferenciar na esfera da circulação de mercadorias, a exemplo das redes de consumo e o comércio justo. Para Coimbra (2007) é neste contexto que se deve analisar a trajetória dos coletivos autogestionários, pois seus avanços, recuos, limites e contradições são consequências do contexto social em que se inscrevem.

Nesse debate sobre a autogestão e sua relação com a esfera da produção e da circulação pode ser acrescentado o pensamento de Tauile (2009). Ele nos chama a atenção quanto à importância de não nos atermos somente à esfera da circulação, na esfera do

mercado de trabalho. Para entendermos a ordem social do capitalismo é necessário voltarmos os olhos para o interior da fábrica, para que possamos encontrar explicações convincentes para os problemas fundamentais do mundo do trabalho.

Para esse autor é possível que haja maiores possibilidades de intervenção dos trabalhadores no processo de produção, portanto, uma maior interação entre o chão da fábrica e a gerência através da redução dos níveis de hierarquia buscando, dessa forma, relações de trabalho menos autoritárias e mais cooperativas. Entretanto, cabe aqui destacar as dificuldades quando as iniciativas chegam ao processo de circulação.

É possível polemizar a economia solidária, partindo de sua própria nomenclatura. A noção de *solidariedade* possui diversas acepções que carregam, implícita e explicitamente, diferentes concepções, apresentando-se como uma controversa e discutida categoria. Westphal (2008) ao registrar os diferentes sentidos que o termo traz, como na doutrina social cristã, na solidariedade de classes e na economia, ressalta dois aspectos em comum: a solidariedade constitui-se na idéia de relação de reciprocidade entre os membros de um determinado grupo; e uma base normativa da solidariedade presente no cotidiano da política, filosofia moral e parte da sociologia. Mas, para o foco da nossa discussão, a solidariedade que torna-se relevante é a de classes por se constituir, de acordo com a autora, em um conceito que expressa a luta da classe trabalhadora, com a finalidade de criar a união necessária para alcançar identidade entre os trabalhadores.

A autora (*op. cit.* p. 7-8) destaca dois aspectos sobre essa concepção de solidariedade de classe:

[...] de um lado, a solidariedade de classe modificou-se em política social, organizada e administrada pelo Estado nos sistemas de seguridade social. De outro lado, na atualidade, as organizações de trabalhadores estão sendo desafiadas a repensar as relações de trabalho e redimensionar o conceito de trabalho, já que para a satisfação das necessidades humanas, cada vez menos trabalho vivo é necessário. Isso implica em que os trabalhadores se ocupem com a concepção de solidariedade de classe, associada ao mundo do trabalho. Enfim, trabalhadores não são apenas solidários em suas organizações sindicais, mas também na medida em que colocam exigências à política.

O uso do termo na economia solidária, de acordo com Westphal (2008), destaca a construção de coesão coletiva, ou seja, auxílio entre os integrantes de um determinado grupo social, o que propicia o desenvolvimento da economia solidária “como uma forma de produção e organização compatível no sistema social de forma geral (*id.*, *ibid.*, p. 10)”. Para ela ao observarmos as práticas de economia solidária é possível evidenciar o aspecto da ajuda

mútua, entretanto, a idéia de solidariedade enquanto fundante da política econômica e social não se apresenta com aspectos translúcidos. Ao que ela acrescenta que a integração da sociedade através do sentimento de solidariedade irá continuar a ser tema de discussão, com compreensão relacionada aos processos de individualização, modernização e diferenciação, tão crescentes na sociedade.

Sobre a solidariedade apresentada pelas organizações, Wellen (2008) destaca ser muito mais que uma distinção em relação às empresas capitalistas servindo como valor agregado à publicidade, transformando a solidariedade em mais uma mercadoria, ou seja, capaz de gerar e agregar valor econômico à instituição. “Observamos que, dessa forma, a utilização dessa qualidade como valor de troca é mais utilizada para alcançar maior quantidade de valores de troca do que para efetivar as qualidades subjetivas.

Essa autora (op. cit.) vai mais além em sua problematização, questionando se o produto final da economia solidária seria mercadorias ou slogans de solidariedade? Isto porque a economia solidária tem como lema a não competição com as mercadorias massificadas das grandes empresas capitalistas. E, nesse raciocínio, coloca duas questões de fundo: o aspecto econômico que trata da possibilidade de sobrevivência das organizações de economia solidária no mercado, tendo preço mais elevado; e uma outra questão versa sobre os clientes que terão condições de adquirir as mercadorias (que acabarão comercializadas com valores mais altos que mercadorias resultante de outro tipo de processo de trabalho). Ou seja, qual será a classe social que consome os produtos e serviços da economia solidária?

No âmbito do Serviço Social, encontramos análises importantes para proceder à crítica da economia solidária. Em Barbosa (2007), há a afirmativa que o termo *economia solidária* já é objeto de controvérsia teórica por carregar duas imprecisões: supõe segmentos diferentes e autônomos de economia; e classifica a economia com a categoria da solidariedade, que se apresenta como uma categoria bastante debatida no campo ético social. Um outro ponto de extrema relevância para essa discussão diz respeito ao fato de existir um diferenciador nas proposições da economia solidária, se comparado às outras medidas de geração de trabalho e renda: além da ocupação, os sujeitos sociais envolvidos inserem na narrativa a denúncia das usurpações humanas inerentes ao trabalho capitalista. Isto é, a economia solidária como uma alternativa capaz de superar a exploração inerente da reprodução capitalista. Para tanto, torna-se necessário a radicalização da crítica, para que seja possível superar as idéias de que a proposta de economia solidária é autônoma à lógica capitalista ou ainda que a consideram como sendo capaz de levar a superação do capitalismo, *per si*.

Em que medida, então, o trabalho realizado nas formas autogestionárias poderia levar à superação da alienação e, portanto, do próprio sistema? Novaes (2004) nos ressalta - ao tentar derrubar os argumentos de defesa da idéia de que o trabalho em cooperativas surgido de empresas falidas deixa de ser alienado e de que os trabalhadores dessas empresas recuperadas tornam-se donos dos produtos extinguindo a alienação – que, apesar da presença de algumas peculiaridades nos empreendimentos autogestionários, existe limitação no que tange à emancipação do trabalho solidário em relação ao predomínio do capital, além da persistência de facetas da alienação em empreendimentos coletivos.

Assemelhando-se a Simão Bacamarte (*da obra “O Alienista” de Machado de Assis – grifos meus*), os teóricos da ES buscam “em nome da ciência”, ‘classificar’ os trabalhadores de empreendimentos coletivos como sendo trabalhadores que deixaram de ser ‘alienados’, separando-os dos trabalhadores de empresas convencionais. O argumento que se defende aqui é que mesmo havendo a possibilidade de extinção de uma das facetas da alienação (através da possibilidade de controle do processo de trabalho), tanto trabalhadores de empresas falidas, cooperativas populares quanto de empresas ‘convencionais’ não serão ‘senhores de seus produtos’ enquanto produzirem para vender e manipular os consumidores. Os trabalhadores poderão continuar produzindo mercadorias de uma forma aparentemente diferente se ‘conquistarem os meios de produção’ mas não se atentarem a necessidade imprescindível do controle unificado da produção, da mudança do estilo de vida, e da possibilidade de geração de uma espécie de ‘autogestão do capital’. [...] Lembremos que enquanto a ES classifica ‘quem deixou de ser alienado’, Simão Bacamarte classificava os ‘alienados’ da cidade. No fim das contas, só restou ele como o único ‘são’. (id., *ibid*, p. 2)

Embasando-se na teoria marxista da alienação, Novaes (2004) sinaliza que o trabalho alienado não reflete apenas a relação entre o trabalhador e o objeto, mas sim a relação do trabalhador com os outros homens. Isso significa que apesar de um trabalhador estar inserido em uma empresa coletivizada e, devido a isso, ter se tornado dono de seu produto final, assim como conhecedor de todo o processo de produção, ele “rompeu com o estranhamento do processo de trabalho, mas não necessariamente rompeu com a alienação do produto do trabalho (id., *ibid*. p. 4).” Desta forma, as determinações da produção acabam sendo ainda ditadas pelo capital, o que torna a emancipação do trabalho incompleta, pois a alienação na tradição marxista transcende os limites da empresa isolada, já que as suas determinações situam-se além desta, ou seja, na sociedade.

De fato, concordamos com Barbosa (2007) quando afirma que “as atividades da economia solidária podem até apresentar *um modo de produzir*, mas não *um modo de produção* diferente”. É particularmente importante quando a autora destaca que o desemprego

associado à precarização (degradação das condições e relações de trabalho), leva a uma reestruturação do mercado e aumento da heterogeneidade social. Isto traz sérias consequências para os processos de solidariedade, assim como para a formação de identidades coletivas dos trabalhadores. O desemprego e a precarização fazem recuar os salários e as proteções dos contratos de trabalho. Nesse contexto, são fomentadas novas e diferenciadas formas de trabalho, cada vez mais complexas, com destaque para o paradoxo de que quanto mais o capital necessita do trabalho mais ele recorre ao trabalho precarizado. O trabalho continua preponderante alterando apenas as formas sociais através da diminuição do trabalho estável e do aumento da precarização que se baseia em contratos temporários, terceirizados e informais.

Segundo a autora, a precarização do trabalho acaba por fortalecer novas sociabilidades, levando a informalidade a ser cada vez mais indistinguível da organização produtiva. O trabalho assalariado tem sido substituído pelo trabalho autônomo ou de pequena empresa, obscurecendo a relação de emprego. A flexibilização do trabalho tem levado ao aumento das cooperativas, trabalhos familiares ou domiciliares⁷ e de pequenas empresas. Ainda que haja argumentação a respeito da autonomia e da independência presentes nesses tipos de trabalho, há prevalência da pressão do desemprego e a “liberdade” acaba por se esvaír diante da subordinação do processo de trabalho daquelas empresas mercantis contratantes (BARBOSA, 2007).

Encontramos pistas a respeito dessa idéia em Netto (2007), quando ele nos ressalta sobre a captura dos espaços privados pelo capital em sua fase monopolista que acaba por administrar até mesmo o cotidiano dos indivíduos levando a um difuso terrorismo psicossocial da vida (2007, p.38):

Na idade do imperialismo, a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção: a tendência manipuladora e controladora que lhe é própria desborda os campos que até então ocupara (no capitalismo concorrencial), domina estrategicamente a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental para penetrar a totalidade da existência dos agentes sociais particulares.

⁷ Sobre esse assunto, cf. Tavares (2004), afirma que o trabalho domiciliar assume um caráter familiar, criando condições de explorações que seriam impossíveis no ambiente da fábrica. Isto porque como são realizados em casa a proximidade em relação à atividade acaba levando a um envolvimento de todos os membros para que seja cumprida a cota de produção e esse fato pode levar a prática do trabalho infantil; as mulheres acabam sendo envolvidas pelas inúmeras atividades (as novas e as que já realizavam anteriormente), resultando em noites de trabalho e também em fins de semana; e por se tratar de uma produção doméstica não está sujeita à fiscalização dos organismos responsáveis.

Estes são os limites das práticas de produção autônomas, como aquelas em que se inscrevem as da denominada economia solidária. E aqui reside a explanação da questão anteriormente colocada e bastante debatida por Barbosa (2007): como os agentes econômicos que orientam o processo de acumulação permitem a promoção de práticas na sociedade sem, no entanto, deslocá-las para a disputa no mercado? E, nessa direção, recorreremos ao fato de que, sob a formação capitalista, não existe possibilidade de o local adquirir autonomia, já que para esse sistema em questão a economia não é nem aberta e nem heterogênea.

A autora argumenta que para o sucesso das cooperativas, assim como das empresas e do trabalho em domicílio, é necessário que haja dependência das relações de subcontratação com grandes empresas, isto é, devem adotar o ritmo e a racionalidade ditados por elas. É aqui que se encontra o limite dessa perspectiva autônoma e solidária de cooperação no trabalho, ou seja, é na circulação de mercadorias do capital que ocorre a limitação da autonomia defendida pelas cooperativas e outras formas de organizações de economia solidária.

Todavia, os movimentos de expansão e contração do capital fazem e refazem espaços para as atividades não tipicamente capitalistas, evidenciando suas relações de subordinação com essa vida mercantil típica. Do ponto de vista liberal, porém, essa segmentação social é natural, pois é assim que se apresentam, é assim que funcionam a produção e a distribuição de riqueza, reafirmando o dualismo social, - uma vez que nem todos vão acompanhar as necessidades do capital – e a não-abrangência do acesso ao bem-estar. A ideologia empreendedora parece servir para fortalecer essa proposição, buscando a adesão e o consentimento à sua dissimulação nas práticas sociais concretas. (id., *ibid*, p. 53)

Barbosa (2007) ainda nos traz que a lei do valor é avassaladora já que impõe a forma de exploração adequada – requisita ou expulsa os trabalhadores; impõe a precarização ou recria a clandestinidade. Tudo isso através de idéias como as de cunho empreendedor e de autonomia do trabalhador. No entanto, as igualdades de condições no mercado são meras ilusões, haja vista as altas taxas de mortalidade dos negócios. A idéia exposta pela autora é também discutida por Tavares (2004, p. 74) que ao discorrer sobre os limites das cooperativas, coloca que:

As regras jurídicas para o funcionamento da cooperativa, como para qualquer outra forma de trabalho, são mediadoras da relação capital-trabalho. Seja qual for a forma pela qual os trabalhadores se reúnam para se reproduzirem enquanto força de trabalho, acima deles estará o capital. Embora o discurso cooperativista aponte timidamente para o primado do trabalho, este só pode ser trabalho abstrato, subordinado aos objetivos do capital, e não há como

fugir dessa determinação porque o capitalismo não coexistiria com outra forma de organização com a qual tivesse que compartilhar poder. Tentativas dessa natureza ou são cooptadas ou destruídas. Como o contrato individual de trabalho tornou-se privilégio de trabalhadores mais qualificados, portanto mais produtivos, todas as formas de trabalho autônomo são incorporados pelo capital que, efetivamente, as estimula, confirmando a tendência à generalização do trabalho informal.

São nos próprios movimentos de expansão e contração do capital que são criados os espaços para essas atividades que não são tipicamente capitalistas, o que evidencia as suas relações de subordinação com o sistema mercantil. Sob o ponto de vista liberal, isso é natural, pois é dessa forma que se apresentam e funcionam a produção e a distribuição da riqueza, o que reafirma o dualismo social existente – isto é, nem todos vão acompanhar as necessidades do capital e o não-acesso ao bem-estar. A ideologia do empreendedorismo parece fortalecer essa proposição, buscando adesão e consentimento das suas idéias e práticas na sociedade (TAVARES, id., *ibid.*).

Um outro importante assunto que não deve fugir à nossa reflexão, diz respeito à adesão, ao consentimento da sociedade em relação à aceitação e defesa do trabalho informal⁸ como uma alternativa social, já que as práticas na sociedade não são regidas pela simples força impositiva do capital, exigindo bases morais e ideológicas para a sua legitimação. Para Barbosa (2007) as transformações econômicas e políticas vivenciadas ocorreram vinculadas a processos culturais. É a cultura do auto-emprego que se embasa em dois eixos de sustentação: a defesa do trabalho por conta própria; e a difusão da sociedade por conta própria. Estes eixos sustentam a idéia de que a busca pelo auto-emprego é uma forma de enfrentamento da crise capitalista, idéia que acaba por refletir na economia solidária. Um merecido destaque nesse âmbito refere-se à concepção negativa dada ao Estado e a tudo o mais que tem caráter ou ligação com o setor público, como os sindicatos, os partidos, as práticas partidárias, entre outras, o que acaba por propiciar propagações de iniciativas da sociedade civil.

⁸ Uma elucidativa conceituação do trabalho informal pode ser encontrada em Tavares (2004). Segundo a autora, esse setor representa um conjunto de atividades econômicas (englobando o trabalho autônomo, trabalho assalariado, trabalho domiciliar), em que não existe uma separação nítida entre o capital e o trabalho. Isto é, o indivíduo, na realização das suas atividades, é dono dos meios de produção, assim como dos conhecimentos necessários para tal realização, em que ele pode fazer sozinho, com a família ou em conjunto com outros trabalhadores. No entanto, isso não o faz um capitalista. Para Tavares, o que é comum no setor informal é a ausência de regulamentação, a facilidade de acesso, o baixo nível de capital, tecnologia e produtividade, assim como precárias condições de ocupação e de renda para os indivíduos que os integram. A propósito, estou de acordo com a autora supracitada quando ela discorda da idéia de que “as atividades informais em geral não estão orientadas à acumulação (*id. ibid.* 2004, p. 139), já que por ser informal, uma atividade não está excluída da relação capital/trabalho e a orientação em relação à acumulação irá depender dos nexos existentes entre as atividades e o capital. A partir do momento que o capital tem a possibilidade de fragmentar, deslocar e terceirizar a produção, ele tem assegurada uma intensa liberdade, com possibilidade de utilizar o trabalho informal em seu próprio benefício, nas esferas da produção e também na circulação de mercadorias.

Seguindo em sua argumentação, a autora aponta que é necessário destacar o papel da cultura, que configura-se como mediadora entre a produção material que garante a dominação econômica e política para a formação de consciências e práticas das classes sociais. A cultura é responsável pela formação de subjetividades coletivas que levam a aceitação por parte das classes sociais do projeto capitalista. Isso nos mostra que as mudanças ocorridas não são apenas no âmbito econômico, incluindo mudanças na forma de pensar e agir das classes sociais. Isto significa que a cultura do auto-emprego enuncia a maneira pela qual as classes sociais respondem às modificações no mundo do trabalho, mas com algo a ser explicitado: “a partir das soluções engendradas pelo capital para enfrentar sua crise (BARBOSA, 2007, p. 67).”

Para tanto, ocorre uma reelaboração da cultura de modo a possibilitar que as necessidades produtivas passem a ser as necessidades da sociedade. Nessa perspectiva perde-se o sentido do trabalho protegido e a sociabilidade do labor não mais está baseada, necessariamente, no assalariamento. O Estado não tem mais a função de responsável pela promoção de emprego, deixando para o mercado uma parte da regulação do trabalho. Para a sociedade civil fica a responsabilidade de executar as ações de políticas públicas. Ocorre a ampliação do entendimento do que vem a ser trabalho:

Trata-se da negação de um sistema único do trabalho. Assume-se a naturalização da fragmentação e a heterogeneidade do trabalho. Reconhecem-se as variadas atividades informalizadas com que os trabalhadores vão preenchendo a vida como subsistência e, no caso, associadamente a vinculação dessas atividades em coletivos de produção. Ou seja, reconceitua-se a perspectiva de trabalho, firmando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações, não só em empresas ou autonomamente. Mais que isso, aponta-se esta como a opção para qualificar o trabalho informal em termos de produtividade, aumento de renda e proteção social. Assim, a economia solidária seria a possibilidade de redenção do espúrio informal que sempre marcou a história trabalhista do país e que cresce estruturalmente nos últimos tempos. (id., *ibid.*, p. 195)

Tavares também discorre sobre essas práticas capitalistas que buscam a legitimação social. Para ela, a informalidade é a expressão maior da questão social. A tese central do seu livro “Os fios (in)visíveis da produção capitalista” (2004) defende que a informalidade está diretamente ao comando direto da produção capitalista, levando o trabalhador a “deixar” a carteira assinada e a “achar, acreditar” que é autônomo. O espaço da casa do trabalhador, que deveria ser o local de descanso, passa a ser o local de trabalho sem, entretanto, qualquer proteção trabalhista. Estas questões levam alguns a denunciar,

equivocadamente, a era do fim da sociedade do trabalho. Mas o que ocorre é que o patrão passa a ser o mercado, ao invés do capitalista. O que acontece, de fato, é que os trabalhadores estão vendendo força de trabalho, acreditando que seja trabalho. Apenas a criação de mecanismos para a extração do sobretrabalho não é suficiente, sendo necessário se propagar novas formas de trabalho supostamente autônomas para, dessa forma, trazer a idéia – equivocada - de que o trabalho assalariado tende a ser abolido. O que ocorre é a oferta para o trabalhador de uma alternativa que pareça melhor que a possibilidade de trabalhar para o capital, já que esse trabalhador ainda tem a sua força de trabalho para vender para a sociedade de mercado. Essa possibilidade é a transformação dos próprios trabalhadores em patrões sem, necessariamente, se tornarem capitalistas.

Nessa discussão, Tavares (2010) nos traz uma importante diferenciação que deve ser feita e diz respeito ao trabalho por tempo e trabalho por peça. Diante da existência de diferentes formas de exploração do trabalho, em muitos casos o trabalhador pensa que está vendendo trabalho, mas o que ele vende, realmente, é sua força de trabalho. Neste caso, o trabalhador continua sendo assalariado, porém, ao invés de ser assalariado por tempo, ele passa a ser assalariado por peça, sendo ainda mais cômodo para o capital, pois este se relaciona/negocia com uma cooperativa, ou associação, ou pequena empresa, ao invés de trabalhadores individuais, pois estes últimos têm legislação mais rígida (legislação trabalhista: empregador/empregado).

A mudança de um “trabalhador assalariado por tempo” para um “trabalhador assalariado por peça” está fortemente presente a partir da constituição de uma unidade produtiva autônoma e apontamos como uma de suas implicações mais imediatas, que é a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, devido à mudança na relação do trabalhador com o capitalista/empresa, que deixa de ser assalariado e passa a ser por peça - o salário por peça passa a controlar a produção. Além desta implicação, apontamos outras, não menos significativas, como o desaparecimento dos direitos legais trabalhistas, ou seja, proteção social ao trabalhador (férias, 13º salário, etc.); e ainda se todos vão se tornar vendedores de mercadorias, o momento da produção tende a desaparecer. Como se pode ter momento de circulação se não há momento de produção? E mais, o momento da produção é o momento central do modo de produção capitalista. Ao se eliminar o momento da produção, se elimina a exploração da mais-valia; uma outra implicação diz respeito ao fato de que se cria a ilusão de que o trabalhador passa a ser empregador, mesmo que seja de si mesmo e isso não significa que ele vai trabalhar menos, o que leva a criar a ilusão de que ele é um capitalista, o que de fato não ocorre, visto que este trabalhador será apenas um pequeno patrão (pequeno

empresário); e o que o leva a ser comparado, proporcionalmente, ao grande empresário capitalista. Daí decorre o grande número de falências de pequenas empresas. Igualar estes dois é um grande equívoco. Ao que a autora (*op. cit.*) nos acrescenta que é próprio do capitalismo, tratar de um processo com inúmeras modificações, com apenas uma palavra, um termo. Mas não é pela via da semântica que se realiza modificações pois, dessa forma, não é possível que se dê conta da complexidade.

De acordo com a autora (2010), o trabalho autônomo traz a idéia de que os trabalhadores estão retomando o trabalho de forma independente, sendo que algumas categorias econômicas são colocadas em dúvida, principalmente as categorias marxistas. É como se a semântica conseguisse mudar a realidade. Por exemplo, a idéia de que todos, individualmente, possam se tornar empresários e, como consequência, deixaria de existir a exploração da mais-valia. O que se verifica é que cada vez mais o capital se apropria do tempo do trabalhador, como se as cooperativas construíssem relações entre indivíduos independentes. No entanto, muitas vezes esses trabalhadores envolvidos em trabalhos autônomos, como é o caso das cooperativas, não tem a menor consciência de pertencimento de classe.

Para Tavares (*op. cit.*) a tese da economia mista é insustentável sob a égide capitalista posto que, nessa ordem, não há como cindir em partes atomizadas capital e trabalho. Dessa forma ela acredita ser uma mistificação da realidade a defesa da pequena produção como uma alternativa à crise a partir de uma organização voluntária do trabalho não submetida ao capital. Ainda nos acrescenta que em organizações voluntárias, nessa perspectiva que estamos tratando, perceberemos que um traço em comum a distanciam do que trazem de proposta de emancipação: a necessidade de articulação com o capital. Um caso extremo, porém, bastante emblemático dessa articulação direta com o grande capital, é a criação de cooperativas que, ao invés de surgirem e se constituírem enquanto iniciativa dos próprios trabalhadores são criadas pelo Estado ou pela própria empresa que tem interesse em exploração de força de trabalho mais barata.

Ora, se capitalistas individuais não exercem controle sobre o capital, é um devaneio acreditar na possibilidade de uma organização voluntária do trabalho, especialmente quando a cooperação e a solidariedade não dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores, mas tão-somente a cada pequeno grupo em particular. Organizados, os trabalhadores se protegem uns contra os outros, gerando uma luta silenciosa no interior da própria classe. A bandeira que o neoliberalismo colocou nas mãos dos trabalhadores, ao contrário do que propunha o *Manifesto do Partido Comunista* – “Proletários de todos os países uni-vos” -, sugere: “Proletários de todos os países, suprimam mutuamente

vossos empregos e condenem-se reciprocamente ao desemprego e à redução de salários” (Mandel, 1990:236). Nesse contexto, a informalização do trabalho, longe de ser indicativa do trabalho voluntário, conforma a plenitude do fetichismo da mercadoria, com o que se amplia o campo da exploração, pois as relações informais estão se expandindo, inclusive como parte da organização coletiva do trabalho. (TAVARES, 2004, p. 114)

O trabalhador não consegue encontrar escapatória diante do atual nível de desenvolvimento do capital, pois qualquer forma de inserção na produção está sujeita, de forma direta ou indireta, à acumulação. Mesmo que a sua atividade não esteja no interior do sistema, sua reprodução implica, necessariamente, esse confronto.

Segundo Novaes (2004) a partir do fato de que a economia e a produção estão nas mãos dos produtores, e mesmo que se trate de uma sociedade socialista, os consumidores continuarão a ser reféns dos produtores – espécie de exploração promovida por eles mesmos.

Para nós, o enfoque muitas vezes ignorado pela ES é o da necessidade de um controle global da produção pelos produtores associados e a apresentação apressada do fim da alienação. Se não houver uma radical reestruturação das relações de troca, o capital poderá permanecer no controle pleno do processo de reprodução social (Lima Filho, 1996; Mészáros, 2002). Na falta de um controle consciente da produção, bem-vindos a Autogestão do Capital!(id., ibid. p. 18)

Este debate pode ser enriquecido com as assertivas de Wellen (2008). Ao proceder a uma problematização da economia solidária a partir dos aspectos da transmutação do valor de troca em solidariedade e da transformação de qualidades solidárias em mercadorias, o autor defende que os integrantes dessa forma de produção podem até se imaginar enquanto autônomos mas, na realidade, inserem-se em uma relação direta de exploração, vendendo sua força de trabalho e “sendo levados a se ver como imunes e superiores a essa relação de exploração. Percebem-se como autônomos, mesmo estando a serviço de empresas de capital internacional (id., ibid., p. 9).” Promove-se um movimento que mistifica a realidade, já que existe defesa de um importante diferencial competitivo de serviços que possibilitaria que essas organizações solidárias sejam capazes de modificar, com um recurso interno, o sentido do trabalho e ainda seria essa caracterização subjetiva um atributo ao valor de troca. Então, nas organizações solidárias surgiria o trabalho concreto que estaria em contraposição e em situação de vantagem em relação ao trabalho abstrato das empresas capitalistas.

Tal como acontece com autores que advogam a 'economia solidária', a mistificação presente em análises restritas a aspectos singulares da realidade proporciona um reflexo falso das possibilidades concretas de superação do sistema capitalista, elegendo como regra aquilo que é, na verdade, exceção.

Ocorre, dentro desse processo, uma supervalorização do singular a tal ponto deste tornar-se ilusoriamente independente do contexto social que lhe fornece sentido. Como uma proposta que tencione superar a ordem do capital e abolir as causas que a mantêm não pode prescindir de uma apreensão correta das determinações da totalidade social, a perspectiva apresentada na 'economia solidária' se mostra, portanto, não com uma função social revolucionária, mas representa um retrocesso ideológico. (WELLEN, 2008, p. 11)

A obra de Menezes “Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista” (2007), é extremamente apropriada para dar suporte à crítica da economia solidária que aqui buscamos destacar: sua potencialidade para superação do sistema capitalista. Para essa autora, as iniciativas econômicas dos pobres e excluídos (que incluem as cooperativas de trabalho), são funcionais ao capital pois, a partir destas, o Estado passa a não mais se responsabilizar pela pauperização de milhões de pessoas. Ela demonstra, a partir da desresponsabilização do Estado, que as estratégias da economia solidária acabam por incorporar a acumulação do capital e ainda penalizam os trabalhadores pobres por sua situação de pobreza. Ou seja, o que a economia solidária representa é uma maneira de persuadir a classe trabalhadora em assumir o auto-emprego (e o não-assalariamento) como formas benéficas para estimular a emancipação econômica do indivíduo. E ainda, as perspectivas solidaristas constituem uma estratégia ainda maior que é a hegemonia do capital, já que este não tem nada mais à oferecer para a humanidade. A partir desse fato, cabe ao projeto hegemônico do sistema convencer os trabalhadores de sua responsabilidade na barbárie social. Ela nos ressalta a necessidade de atentarmos para o perigo do que vem a representar a economia solidária: um projeto político de cunho salvacionista. Isto é, um projeto político conservador travestido de proposta alternativa ao capitalismo, que propõe a superação apenas no campo discursivo. A economia solidária tem, portanto, seus princípios retirados do anticapitalismo romântico e do socialismo utópico (tendência denominada pela autora de “*olhar retrô*”), que a transforma em poderosa arma de manipulação político-ideológica com o intuito de interiorizar na classe trabalhadora o ideário do capital. Assim,

A retórica que alimenta as práticas sociais “alternativas” e configura a “economia solidária” é difundida como uma possibilidade de emancipação da classe trabalhadora sob o primado da auto-ajuda, da autogestão, da ajuda mútua, do cooperativismo e do associativismo, desembocando na “virtude” da “responsabilidade pessoal”, tão ao gosto da doutrina neoliberal. Práticas essas que, por sua vez, enriqueceriam a convivência social, redefiniriam a sociabilidade e reduziriam a pobreza e o desemprego, porque desfariam os sufocantes laços tradicionais de dependência dessas classes sociais em relação à proteção do Estado Social, de atingir o socialismo pela generalização do

sistema cooperativista ou de uma sociedade “alternativa” que interagiria, harmoniosamente, com a ordem do capital. (MENEZES, 2007, p. 16)

Para Menezes a economia solidária obedece aos preceitos da lógica do capital ao se afirmarem no discurso ideológico do “faça você mesmo”, definindo-a como (2007, p. 23):

[...] um *projeto político* que tem como meta prioritária a acomodação e a conciliação com a ordem, tanto dos trabalhadores empregados quanto dos desempregados e miseráveis e, ao mesmo tempo, através da manipulação ideológica descobriram que a solução para as suas desventuras só pode ser encontrada através de seu próprio empenho.

É a partir destas idéias que a autora faz a crítica a economia solidária - e ao seu principal expoente teórico, Singer: “a qual se propõe, de início, ser uma alternativa ao capitalismo e, na verdade, exerce o papel de um instrumento altamente eficaz na consolidação do projeto burguês sob a égide de uma ‘contra-reforma’.” Ainda acrescentando que a economia solidária estabelecida nos moldes de Singer é “economicamente regressiva, politicamente conciliadora e teoricamente equivocada”, constituindo-se em “uma prática social que auxilia a desmobilização do movimento operário e como fonte que abaliza a precarização do trabalho (id., *ibid.* p. 23)”.

Partilhando da crítica à teoria de Singer, Novaes (2004) sinaliza que o autor abandonou o marxismo deixando a proposta original de lado ao não vislumbrar uma sociedade socialista através de uma revolução política (conduzida por um partido revolucionário) e sim inserido em um longo processo de revolução social (como já mencionado anteriormente). Esta revolução social pauta-se no princípio da livre iniciativa não teorizando, entretanto, sobre a necessidade de extinguir a empresa capitalista e também o próprio capital, acabando por apontar possibilidades de convívio de forma simultânea entre vários modos de produção.

Para nós, os empreendimentos autogestionários não podem ser analisados sem se prestar atenção ao em torno em que estão inseridos. Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas “para dentro das cooperativas”, celebrando a nova forma de decisão democrática, parlamentarista, na qual os trabalhadores aparentemente decidem coletivamente os rumos de cada empresa sem se observar que a produção de mercadorias é uma forma de ditadura, sem se prestar atenção que as cooperativas estão inseridas em cadeias produtivas que lhes roubam a autonomia aparentemente conquistada ao adquirir os meios de produção. (NOVAES, 2004, p. 11)

Um importante destaque feito por Menezes em relação às formas alternativas (que incluem a economia solidária, mas não se restringem apenas a esta), difundidas e defendidas

por diversos intelectuais, diz respeito ao fato de que essas alternativas (de ajustes e reajustes econômicos e políticos) ocorrem no interior da própria ordem vigente, ou seja, não fazem e não representam contestação alguma da ordem burguesa. Nesse sentido, “os projetos ‘alternativos’ engendram revisão conceitual e operativa da produção e da reprodução dos pobres e dos ‘excluídos’ se circunscreve, exclusivamente, à reprodução da vida e não do sistema (2007, p. 37).”

Um outro aspecto comum nos projetos que trazem como proposta a construção de uma sociedade alternativa, diz respeito à defesa das dimensões do micro, do local e do individual, isto é, que cancelam a dimensão universal (contidas no projeto do *Welfare State*). São feitas exaltações do cotidiano, da comunidade, do local, das biografias, das histórias de vida. E o que existe de comum nessas práticas é o ponto de partida: a pobreza. Então, para sanar a pobreza é necessário que os pobres se adaptem ao lugar em que vivem e encontrem soluções na virtude da sua pequenez (SCHUMACHER *apud* MENEZES, 2007).

Para Menezes (2007), a economia solidária, ao objetivar sanar a pobreza e o desemprego, “vendendo a ilusão de ‘que um outro mundo é possível’, sem abalar o sistema capitalista (id., *ibid.*, p. 95)”, se reduz a pelo menos duas intenções ideopolíticas: a primeira, diz respeito a pensar a economia solidária como um gesto de humanidade e beneficência por parte de teóricos dispostos a inventar um mundo alternativo para sanar a pobreza; e a segunda, considerada como a provável intenção ideopolítica pela autora, é que a economia solidária constitui-se em um projeto político direcionado para a pobreza sendo, na realidade, “um braço auxiliar de peso para articular as entidades que integram a ‘economia solidária’ ao sistema financeiro público e privado através do crédito (‘sociedades de microcrédito’) associado ao engodo ideológico do *empreendedorismo*, que transfere para o plano pessoal/individual a solução para o desemprego sob a fórmula mágica do auto-emprego (id., *ibid.* p. 95-96).

À discussão que aqui procuramos apresentar, consideramos importante inserir uma outra análise de Menezes (2007). Para ela, a economia solidária é expressão de uma das manifestações do terceiro setor, devido ao caráter conciliador que apresenta, ou seja, é avesso à ruptura com o capital, constituindo-se em “uma busca do equilíbrio”⁹. Nessa direção, o que tem restado aos ideólogos do terceiro setor é “vislumbrar condições para a humanização do capital (op. cit.).”

⁹ Sobre esse assunto, cf. Montañó (2002) que define o terceiro setor enquanto um fenômeno que não apenas insere-se na reestruturação do capital, mas também como sendo produto deste, defendendo o seu papel funcional aos princípios neoliberais. Acrescenta que o terceiro setor consubstancia-se em um novo padrão para dar resposta à questão social – expressão da contradição capital X trabalho, seguindo princípios de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua

A tese é de mostrar que a “economia solidária”, que integra o “terceiro setor”, ao ser formulada, enquanto alternativa para o desemprego e para a pobreza, acaba desembocando na constituição de uma sociedade paralela à sociedade oficial cujo código de sociabilidade se remete às premissas das formações econômicas pré-capitalistas. Não obstante, a “economia solidária”, assim arquitetada, longe de ser uma alternativa para a pobreza e o desemprego, é uma modalidade de prática social que incorpora a pobreza ao nexos do capital parasitário-financeiro através do sistema de crédito, setor da economia que singulariza a “mundialização do capital”. (MENEZES, 2007, p. 94)

Finalizando, por ora, algumas importantes questões decorrem quando realizamos a discussão da economia solidária. Em nossa análise, a economia solidária consubstancia-se em uma espécie de “projeto de salvação”, um terceiro caminho, um projeto de sociedade alternativa que propõe tentar acabar com as mazelas que o capitalismo gerou e ampliou com sua produção de riqueza (através da exploração do trabalho) e reprodução das relações sociais. Nessa tentativa e, inserindo-se entre as experiências de iniciativas da sociedade, a economia solidária incorpora alguns princípios do socialismo, como a autogestão e tenta humanizar e abrandar os efeitos maléficos causados pelo capital trazendo, para alguns, a bandeira da possibilidade de superar tal sistema. Ou seja, com os princípios do modelo de produção socialista, a economia solidária propõe a superação do sistema capitalista e é aqui que enxergamos duas importantes questões: a primeira diz respeito ao que o capital tem feito nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990, que é difundir a idéia de que a saída para a crise em que nos encontramos é o trabalhador (desempregado ou sem ocupação), transformar-se em patrão, através de empreendimentos autogestionários que pode ser o ingresso em cooperativas, pequenas empresas, grupos familiares, associações, empresa falida ou em processo falimentar (que tem como objetivo a reorganização sob formato da autogestão), entre outros. Mas, ao olharmos para este fenômeno, buscando captar sua essência, poderemos ver que estamos diante de mais uma artimanha da produção e reprodução capitalista que está se aproveitando de uma forma alternativa dos trabalhadores que não encontram colocação no mercado formal de trabalho (lê-se: acesso aos direitos trabalhistas e proteção social) de gerarem renda para expandirem a reprodução da vida social. O que acaba por acontecer é a substituição dos valores de solidariedade difundidos pela economia solidária pelos valores de competição e individualismo já consagrados do liberalismo, já que as iniciativas independentes fortalecem a informalidade e desresponsabilizam o Estado.

A segunda questão, não menos importante, é uma crítica à idéia defendida por alguns defensores da economia solidária, com destaque para o militante e gestor público Paul Singer, de que a economia solidária é uma economia socialista, isto é, a partir da sua efetivação,

enquanto projeto societário alternativo ela se mostra como sendo capaz de superar o capitalismo. Aqui, decorre um grave equívoco teórico: o socialismo, tal qual proposto por Marx, visa acabar com a instituição do Estado e, em contraposição a esta idéia, Singer discorre que o sucesso da economia solidária depende do apoio estatal. A partir do momento em que há defesa do apoio do Estado, passa a ser inegável seu “lugar-central” nessa proposta de uma nova e possível sociedade e aqui questionamos: como pode ser uma proposta socialista se ela trabalha na perspectiva oposta a da superação do Estado? E ainda, como pode superar o trabalho subordinado se a realidade tem nos demonstrado o contrário: o fortalecimento da precarização do trabalho e da informalidade?

**CAPÍTULO 3: AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA
CULTURA DO TRABALHO**

3.1 RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS FALIDAS PELOS TRABALHADORES: A LUTA PELA INSERÇÃO ECONÔMICA SOB O VIÉS DE PRÁTICAS SOLIDÁRIAS

Para tratarmos das empresas recuperadas oriundas de massa falida é necessário compreender o momento histórico do seu surgimento no país, ressaltando ainda as contradições, limites e possibilidades que surgem durante o processo em que os trabalhadores assumem o controle da produção e distribuição objetivando a implantação do modelo cooperativista de gestão.

As experiências brasileiras no campo da autogestão ganham terreno a partir da década de 1990, em uma conjuntura de abertura do mercado para importações, com adoção do ideário neoliberal no país. Tal período levou a uma onda de falências de empresas nacionais, resultante da concorrência que se instalava com empresas transnacionais que passaram a ter o Brasil como um importante mercado. Surge então, como alternativa, o pagamento dos direitos com bens das empresas em processo falimentar. É a partir de então que surge uma nova perspectiva que aponta para a possibilidade do controle das fábricas pelos trabalhadores através da propriedade coletiva dos meios de produção, por meio do associativismo e da autogestão (NOVAES; SARDÁ, 2011).

Organizações e experiências econômicas que tem como base a economia solidária e a autogestão, estabelecidas sobre a base da associação dos trabalhadores, podem ser vistas em diversas regiões do país. Diante deste contexto formam-se importantes entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participam do apoio à experiências que se pautam nos princípios da economia solidária, como: ADS/CUT, em parceria com a Unitrabalho e o DIEESE; FBES; CConcrab; GTBrasileiro (que reúne 12 entidades e redes nacionais de apoio e fomento), RBSES; PACS; FASE; IBASE; Cáritas Brasileira; Rede de ITCPs; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Unisol.

Na década de 1990, mais precisamente a partir da segunda metade, os operários atuantes em movimentos sociais reagem à crise do desemprego passando a ter apoio de assessores sindicais e conseguem tomar posse da massa falida da empresa que antes os empregavam, formando assim, cooperativas de produção e mantendo os postos de trabalho. Nesse período, diversas empresas autogestionárias com essa mesma origem se uniram e fundaram a ANTEAG que traz a proposta da autogestão para as empresas falidas ou em processo falimentar como estratégia de promoção de mudanças nesse quadro de crise, mudança esta

que inclui as atitudes das pessoas para que possam vislumbrar alternativas de autonomia, através da inclusão, geração de renda e ocupação (ANTEAG, 2004b).

A ANTEAG é um dos sujeitos coletivos que preconizam a autogestão como forma de acesso e permanência dos trabalhadores no processo produtivo. Foi criada a partir da dinâmica de ampliação das pautas de luta do movimento sindical, em contexto de aumento da precarização e do desemprego no início da década de 1990. Este contexto foi analisado por Pochmann (2001) e para esse autor surge um conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil, vinculados a múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais. A percepção era que se o capitalismo vem se tornando cada vez mais flexível e modelável para manter a sua posição e as instituições representativas dos trabalhadores também se reformulam e passam a pensar em sua práxis sobre outros termos configurando assim, o universo que representa o que ele denomina “as novas faces do trabalho”¹⁰.

É, portanto, num contexto de crise estrutural do emprego formal, bastante intensificado pela abertura da economia brasileira aos mercados internacionais e a partir da busca por alternativas de geração de trabalho e renda, que surge a ANTEAG, em que trabalhadores começaram a assumir o controle dos processos de produção e de gestão das fábricas falidas ou em processo falimentar.

A ANTEAG nasce a partir da experiência de uma fábrica de calçados que veio a falência em Franca, São Paulo, no ano de 1991. Os trabalhadores, em parceria com o sindicato da categoria, fizeram uma ação no sentido de implantação de uma empresa autogestionária, reabrindo-a e recuperando um total de 450 postos de trabalho. A partir desta experiência, a associação vem assessorando outras empresas no que tange ao controle da fábrica pelos próprios trabalhadores através da implantação da autogestão buscando, dessa forma, a consolidação de um dos objetivos sociais da ANTEAG, qual seja, a recuperação e a manutenção do trabalho e da renda. Entre 1994 e 2004, a ANTEAG relacionou-se com 672 (seiscentas e setenta e duas) empresas falidas ou em situação pré-falimentar e, em 2004, de acordo com os dados oficiais, metade subsistiam (ANTEAG, 2004b).

Na prática, a ANTEAG tem exercido um papel de aglutinar os interesses dos trabalhadores e empresas que passam ou passaram por processo falimentar ou pré-falimentar

¹⁰ Autores como Boito Júnior (1999) e Coimbra (2006) destacam que estas novas iniciativas do movimento sindical brasileiro devem ser analisadas como uma das tentativas de superação de sua crise iniciada na década de 1990 e são marcadas, muitas vezes, por práticas *conciliatórias*, nos dizeres do primeiro autor, e *ocupacionistas*, nos dizeres da segunda autora.

que lutam por uma oportunidade de inserção econômica a partir de relações solidárias de produção. Os atores são trabalhadores, grupos de trabalhadores, que estão desempregados ou em vias de ser que buscam na autogestão uma possibilidade de criação de trabalho e geração de renda. O diferencial está na forma, na natureza da gestão que fundamenta-se em princípios de democracia, igualdade e solidariedade.

A recuperação de empresas falidas ou em processo de falência pelos trabalhadores, desde o seu início, foi concebida como uma eficaz resposta para a crise, determinando a configuração dos objetivos e ações da ANTEAG. Entidade sem fins lucrativos com sede em São Paulo, foi formada por ex-dirigentes do Sindicato dos Químicos de São Paulo, com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Economômicos - DIEESE, intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza e o fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. Em 1994, no seu I Encontro Nacional, definiu seus objetivos: discutir os princípios da autogestão, a viabilidade econômico-financeira, os aspectos jurídicos e a negociação com antigos fornecedores e clientes; implementar um projeto educativo pautado na autogestão das empresas; discutir o processo de negociação entre os diferentes grupos de trabalhadores existentes no interior da fábrica; apurar a tecnologia nas novas empresas (ANTEAG, 2008).

A ANTEAG é uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária. Representa e assessora empresas de autogestão, organiza e orienta a recuperação de empresas em situação falimentar e grupos que pretendem constituir uma empresa autogestionária nos setores têxtil, agrícola e agroindustrial, alimentício, calçadista, metalúrgico, mineração, serviços, confecção, plástico, coleta seletiva, cerâmica, mobiliário, papel e papelão, artesanato e agroextrativista. Seu processo de assessoria e formação dos trabalhadores é similar ao realizado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares¹¹. São hoje filiadas à ANTEAG 265 empresas, agrupando aproximadamente 35 mil trabalhadores, em 15 estados do Brasil (CRUZ, 2008).

De acordo com a ANTEAG (2004a), ao se trabalhar na perspectiva de uma mudança na formatação de uma empresa, antes mercantil, agora autogestionária, deve ser considerada a mudança cultural que ocorre, isto é, emerge nestas empresas, uma cultura de autonomia,

¹¹ Ressalto que entre a ANTEAG e as incubadoras universitárias há uma diferença fundamental. Estas últimas - onde a INTECOOP/SEDETEC/UFJF se inclui - assessoram somente cooperativas, associações, redes e fóruns, não se estendendo a empresas em processo falimentar e nem tanto a empresas autogestionárias.

também denominada cultura autogestionária. A questão da mudança na cultura foi objeto de pesquisa da ANTEAG junto a empreendimentos do Rio Grande do Sul, em 2001, que buscou desvendar sobre as mudanças ocorridas no trabalhador a partir de sua vivência em uma empresa autogestionária. Tal pesquisa obteve como resultado que uma grande parte dos trabalhadores relata sobre a diferença existente entre o trabalho em uma empresa mercantil e uma empresa de autogestão, sendo que a maior modificação observada refere-se a um maior envolvimento dos trabalhadores:

A partir da cooperação e participação (fortes) o trabalhador tende a relaxar o auto-centramento, preso à sua posição funcional ou à perseguição do ganho privado, em favor de um descentramento. Ou seja, ele passa a privilegiar os ganhos materiais e imateriais derivados dessa interação forte com o outro trabalhador e com o próprio trabalho. O trabalhador passa a tratar, de forma compartilhada e interativa, seus interesses e suas identidades pessoais, renovando-os ou confirmando-o. Esse descentramento gera autonomia, **auto-governo**, já que o indivíduo deixa de ser refém de papéis sociais rígidos, guiando-os então por objetivos e regramentos por ele mesmo constituídos na interação com o “outro”. (op. cit)

A autogestão é considerada pela ANTEAG uma organização social, antes mesmo de uma doutrina, para tanto a metodologia de trabalho educativo junto às empresas tem o espaço cultural dos trabalhadores envolvidos como o ponto de partida (ANTEAG, 2004a).

Em uma pesquisa¹² realizada entre 1998 e 2000 com empresas autogestionárias de diferentes ramos de produção e diferentes localidades no país, encontramos que a presença da ANTEAG na gênese das empresas leva a apresentação da autogestão enquanto proposta de organização. Os sindicatos são um agente bastante presente nesse processo, estando presente na formação de 15 (quinze) em um total de 19 (dezenove) empresas e, apesar de não apresentar a mesma definição programática da ANTEAG acabam, em última análise, incentivando a formação das empresas autogestionárias fato este que se deve às suas inclinações político-ideológicas (VIEITEZ & RI, 2001).

No seu trabalho de assessoria, a ANTEAG faz um destaque para a importância do processo de formação, entendendo-a como algo mais amplo do que a qualificação profissional sem, entretanto, desconsiderar a relevância desta segunda para os empreendimentos. Os problemas relacionados ao processo de formação pelo qual uma empresa de autogestão passa, localizam-se em pontos bastante primários de seu funcionamento, tendo reflexos diretos na rotina básica de trabalho e na parte de gestão e administração. Para a identificação dessas

¹² Cf. VIEITEZ, C. ; RI, N., 2001.

questões de formação, a ANTEAG as subdivide em três áreas, quais sejam: dinâmica interna (relaciona-se a implementação de uma rotina voltada para a autogestão); planejamento estratégico (levantamento dos problemas na construção coletiva de um projeto voltado para a empresa em questão); e conhecimento técnico (que tem a ver com as necessidades de formação dos profissionais para atuarem nas empresas) (ANTEAG, 2004b).

A necessidade de se trabalhar, durante a assessoria junto às empresas autogestionárias, com a questão da dinâmica interna fundamenta-se diante do fato de que estas empresas são oriundas de duas situações em específico: resultado de experiências de empresas mercantis (empresas capitalistas tradicionais, também denominadas de heterogestionárias) mal sucedidas, ou seja, de massa falida; ou tem como integrantes de seu quadro trabalhadores com experiências no mercado convencional (formal). Este fato é revelador da presença de uma forte herança cultural patronal nas empresas oriundas de massa falida. Este aspecto será detalhado melhor mais adiante (ANTEAG, 2004b).

O fato de se trabalhar com a área de planejamento estratégico justifica-se diante da necessidade das empresas recuperadas de obterem sustentabilidade e segurança para os associados. A empresa deve ser vista em seu todo para que possa haver compreensão do processo vivido e visualização das reais necessidades, isto é, um sistema que é composto de diversas partes que devem conjugar-se para que haja desenvolvimento. “A criação dessa visão sistêmica da empresa autogestionária é uma tarefa que ainda não foi realizada na maioria dos casos observados (ANTEAG, 2004b)”. Uma questão também relevante, levantado pela ANTEAG, deve-se ao fato de que nos casos em que existe de fato um planejamento estratégico na empresa, existe dificuldade de absorção dessa visão pelo coletivo como um todo. Geralmente, as pessoas que visualizam esse planejamento são aquelas que ocupam cargos administrativos. A elaboração de um planejamento estratégico perpassa um processo de mudança cultural, já que exige uma mudança da própria postura dos envolvidos que devem passar a se ver como sujeitos responsáveis pela empresa atuando como tal no dia-a-dia. A ANTEAG ainda destaca (id., ibid.) que a ausência de um projeto único leva a diminuição do poder de barganha das empresas no momento de se efetivar negociações com outras instâncias, a exemplo dos bancos e do governo.

O terceiro ponto dentro da área de formação subdividida pela ANTEAG (2004b) refere-se ao conhecimento técnico que está relacionado a uma grande dificuldade enfrentada pelos associados: a necessidade de formação técnica específica. Quanto a este fato destaca-se a dificuldade da empresa de contratação de profissionais qualificados no mercado devido a

distinta forma de contratação que é estabelecida. O que se busca são profissionais que devem assumir o projeto de autogestão em questão e isto nem sempre ocorre, levando as empresas a contar apenas com a boa vontade destes profissionais ou ainda tendo que oferecer condições diferenciadas para que continuem nas empresas. Outra questão diz respeito à introdução de novas tecnologias que levam a substituição do trabalho humano, levando a liberação de algumas pessoas da produção.

Passemos agora a tratar da relação da ANTEAG com o mercado. Encontramos nos textos da própria associação que essa relação apresenta-se de forma ambígua:

Ao mesmo tempo em que surgem no intuito de eliminar alguns dos efeitos negativos que ele gera, em especial a exclusão, necessitam fazer parte dele para atingir seus objetivos de dar sustentabilidade e qualidade de vida a seus associados. Assim, o objetivo da cooperativa é, ao mesmo tempo, negar e assumir o mercado. Essa ambigüidade traz diversas questões para o funcionamento das empresas autogestionárias. (ANTEAG, 2004b, p. 102-103)

A ANTEAG ainda avalia (id., ibid.) que alguns padrões que são definidos pela cooperativa não são bem vindos no mercado. Esta resistência verificada no mercado leva a uma interferência direta na forma como a empresa autogestionária vai lidar com a gestão da qualidade dos seus produtos.

O trabalho da ANTEAG não se limita a assessoria de empresas autogestionárias, sendo suas ações estendidas para governos locais e estaduais, a exemplo de sua atuação, entre 1999 e 2001 junto aos governos do Estado do Rio Grande do Sul e do Amapá. Dentre os contratos e parcerias com instituições públicas, destacam-se as prefeituras nos estados de Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo (ANTEAG, 2004a).

Para a ANTEAG, é necessário combinar a propriedade coletiva, reorganização do modo de produção e democracia de gestão, no campo das relações intra-fábrica, constituindo modelos de empresas que mesmo inseridas num mercado competitivo, trazem no seu interior relações de transparência e solidariedade (ANTEAG, 2008). Destacamos que no momento em que os trabalhadores se vêem na situação de gerir a empresa que trabalham diante da possibilidade de fechamento dos postos de trabalho, passam a enfrentar grandes e novos desafios haja vista que, muitas vezes, desempenhavam anteriormente funções bem mais simples e repetitivas.

Nesse sentido, e de acordo com as publicações da ANTEAG (2004a), podemos citar uma gama de dificuldades que, de uma forma geral, as empresas sob formatação autogestionária se deparam. Já no mercado convencional enfrentam situações bastante adversas, tais como: baixa escolaridade dos trabalhadores, pouca e/ou precária qualificação profissional, pouca ou mesmo inexistência de tecnologia adequada ao processo de trabalho, predomínio de organizações do trabalho nos moldes tradicionais, resistência às mudanças e transformações apresentadas pelo novo formato da produção e gestão, desconfiança por parte dos trabalhadores inseridos na produção em relação aos trabalhadores responsáveis pela parte de gestão e administração, entre outras.

Importante nos determos um pouco mais nestas questões levantadas, já que a identificação de problemas leva, muitas vezes, a indicação de propostas. Uma questão recorrente nos empreendimentos autogestionários refere-se ao marco legal que envolve tanto a criação de uma legislação específica para empreendimentos que tem ou buscam esta formatação jurídica quanto às modificações necessárias nas legislações já existentes. Um grave problema enfrentado pelas empresas de autogestão diz respeito a sua constituição já que nascem da falência da empresa anterior sendo que grande parte das empresas que fecham suas portas deixam dívidas acumuladas que são maiores que o seu patrimônio. O atual Projeto de Lei de Falências modifica a legislação vigente de falência e concordata que prejudica o surgimento de projetos de empresas autogestionárias¹³. Em discordância do projeto de lei, estão as empresas de autogestão e entidades de apoio. Soma-se a isto a indefinição jurídica das empresas autogestionárias, já que em nosso ordenamento jurídico não existe uma forma jurídica que dê conta de abarcar tais empresas. A forma jurídica bastante utilizada, tanto para empreendimentos cooperativos populares quanto para empresas de autogestão, é a Sociedade Cooperativa não se encaixando, porém, a todos os projetos. Nas empresas de autogestão os integrantes são trabalhadores não só da atividade fim, como também nas demais atividades, como a parte administrativa, limpeza, segurança, entre outras, sendo esta prática ilegal de

¹³ A situação é diferente em alguns outros países, a exemplo da Itália e da Espanha. Estes países possuem uma legislação falimentar que nos casos em que os ativos da empresa têm valor menor ou igual ao valor dos créditos trabalhistas e créditos públicos e há requerimento de transferência dos meios de produção aos trabalhadores, há possibilidade de continuidade do negócio com manutenção dos empregos e da atividade da empresa na comunidade em que se localiza. No Brasil esse mecanismo não existe (ANTEAG, 2004).

acordo com a legislação e a jurisprudência trabalhista, sendo considerado legal apenas o trabalho cooperado na atividade fim¹⁴ (ANTEAG, 2004).

O não acesso a crédito é um outro problema para as empresas de autogestão sendo responsável pela inviabilização de muitos dos projetos almejados por esses empreendimentos. A alta taxa de tributos também é apontada como sendo um dificultador, sendo essa questão recorrente não só entre as empresas autogestionárias, mas também nas empresas mercantis tradicionais. Aspecto também bastante relevante na formação de uma empresa desse molde é a capacitação sobre a estrutura jurídica e sobre os deveres e obrigações dos trabalhadores envolvidos. Tal capacitação, de acordo com a ANTEAG, deve se estender para os setores do poder público inseridos nesse processo, a exemplo dos integrantes do Ministério do Trabalho, sendo esse trabalho educativo de responsabilidade do próprio poder público. Disso depende o entendimento do funcionamento e dos procedimentos adotados pelas empresas em questão (ANTEAG, 2004b).

Um outro aspecto bastante relevante quando se trata de mudanças nas práticas de trabalho refere-se a presença de uma forte herança cultural patronal no trabalhador, muitas vezes acostumado à relações de subordinação. Tal herança traz algumas dificuldades de entendimento quanto ao que vem a ser esse trabalhador, agora envolvido em um projeto diferenciado, com novas relações de trabalho. Ou seja, antes era funcionário de um modelo de produção baseado em moldes rígidos de produção, desempenhando, muitas vezes, apenas um tipo determinado de função (modelo fordista/taylorista), tendo também a responsabilidade de responder por apenas uma área específica. No entanto, esse mesmo trabalhador, se vê envolvido em um processo diferenciado daquele que ora estava adaptado, tendo em vista que terão todos que assumir todo o processo de produção e distribuição. Essa mesma herança

¹⁴ Em relação a essa questão, houveram apresentação e defesa de diferentes propostas para a reforma da legislação cooperativista, podendo estas serem divididas em três principais correntes: 1ª corrente: defesa de uma legislação específica para as empresas autogestionárias, empreendimentos populares e cooperativistas, entendendo que a legislação vigente das cooperativas não se encaixa à realidade dos empreendimentos populares (que na maioria das vezes é formado por menos de 20 pessoas, sendo previsto para sua formalização um mínimo de 20 integrantes, e constituindo-se em grande fonte de problemas para o empreendimento). No caso das empresas de autogestão o problema existente diz respeito ao fato dos trabalhadores estarem envolvidos tanto na atividade fim quanto na atividade meio, levando ao enfrentamento de problemas com a fiscalização trabalhista. 2ª corrente: defesa de legislação de conteúdo simples para as cooperativas, contendo apenas os princípios que devem ser seguidos, cabendo ao Estatuto Social a demarcação dos limites, objetivo, deveres, obrigações e demais especificidades. 3ª corrente: faz a defesa uma legislação cooperativista com regras gerais contendo uma parte especial que traga a classificação dos ramos do cooperativismo, o que acaba por fazer um meio termo entre as outras duas correntes apresentadas, já que a parte da classificação abarca tanto as cooperativas populares quanto as cooperativas de produção industrial (ANTEAG, 2004b).

cultural patronal é dotada de uma compreensão do significado de dono do negócio, trazendo para os trabalhadores a idéia de passar a ter altos rendimentos e ainda ser perpassada pela idéia de plena liberdade para fazer escolhas e tomar atitudes relacionadas à empresa. Entretanto, ser associado ou cooperado, apesar da posse coletiva dos bens do empreendimento, não traz a garantia de altos rendimentos e nem tampouco garante a tomada solidária de decisões relativas ao negócio (ANTEAG, 2004b). Sobre isso, encontramos:

A herança autoritária e hierárquica permeia as relações sociais no Brasil, no trabalho e fora dele. A busca do poder hegemônico e da hierarquia, encontrados no modelo patronal, estão sempre presentes. A tentação para voltar ao conhecido, à posição de subordinação, de certo modo menos comprometida, só pode ser combatida com um trabalho de educação permanente para a autogestão, acompanhando regularmente os empreendimentos e vencendo as resistências dos trabalhadores para ultrapassar a barreira da unidade produtiva, compreendendo de modo mais amplo as relações com o todo do mundo do trabalho, mais especificamente com outros empreendimentos de Economia Solidária e autogestionária. (id., *ibid*, p. 38-39)

Essa herança cultural patronal leva a uma dificuldade no que se refere à nova organização da produção na empresa que acaba por refletir a organização na empresa capitalista que ora os trabalhadores estavam inseridos. Outro reflexo desse processo é a dificuldade de mudança de alguns conceitos típicos de empresas capitalistas, que nas empresas autogestionárias mudam ou perdem o significado, tais como: lucro, salário, direitos trabalhistas, etc. O que se percebe é que ainda não há uma boa apreensão e apropriação desses processos de mudanças, refletindo a dificuldade de abandono das antigas práticas adotadas pelos trabalhadores em detrimento das novas práticas de cunho autogestionárias. Esta dificuldade é refletida também na construção do planejamento estratégico da empresa, já que a elaboração deste exige uma mudança da postura dos envolvidos no processo, ou seja, é necessário que os trabalhadores entendam e se comprometam, de fato, com a nova situação de autogestão da empresa. E, nessa direção, muitas vezes são identificadas diferenças na motivação que leva um trabalhador a ser associado em uma empresa autogestionária e tais disparidades no que tange a motivação leva à uma não identidade de projeto, dificultando a construção de um projeto coletivo (ANTEAG, 2004b).

A ANTEAG também aponta a relação das universidades com a economia solidária como sendo um aspecto dificultador (id., *ibid.*), e isto se deve, segundo a associação, à falta de interesses por temáticas da economia solidária e da autogestão no âmbito da pesquisa. Um

outro apontamento diz respeito a questão da autonomia, da independência dos empreendimentos, já que tal condição depende de todo um conjunto de modificações estruturais amplas, envolvendo conjunturas econômicas, políticas e culturais.

Ao se destacar todos esses aspectos dificultadores para a efetivação de um empreendimento autogestionário, consideramos que existe a forte presença de uma mudança cultural em jogo, ou seja, existe a emergência de uma cultura de autonomia (ou autogestionária). Em pesquisa realizada pela ANTEAG (de outubro de 2003 a janeiro de 2004) com empreendimentos de autogestão encontramos que 66% dos trabalhadores entrevistados consideram como sendo diferenciada a forma como trabalham hoje em comparação com quando eram empregados e quanto a principal alteração apontada, temos um maior empenho e maior compromisso com o trabalho realizado, que teve uma proporção de 79% entre os envolvidos na pesquisa. É com base em dados como esse que a associação defende que tal envolvimento com o trabalho é “fonte de desenvolvimento de pessoas e nesse sentido, a ANTEAG ressalta (id., ibid, p. 53):

O trabalhador passa a tratar, de forma compartilhada e interativa, seus interesses e suas identidades pessoais, renovando-os ou confirmando-os. Esse descentramento gera autonomia, **autogoverno**, já que o indivíduo deixa de ser refém de papéis sociais rígidos, guiando-se então por objetivos e regramentos por ele mesmo constituídos na interação com o “outro”.

Objetivando a superação destas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e empresas de autogestão, a assessoria da ANTEAG busca uma metodologia que possa possibilitar aos trabalhadores as condições necessárias para o desenvolvimento de práticas de economia solidária e autogestão criando, de forma coletiva, as ferramentas e os planos de melhoria para a consolidação da empresa. A exemplo desse trabalho apontamos um dos projetos executados pela ANTEAG, no período entre outubro de 2003 e janeiro de 2004, no âmbito de convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, que teve suas ações desenvolvidas buscando a criação de bases para: capacitação voltada para a gestão dos empreendimentos; a constituição de uma rede (econômica, social e técnica) para articulação com outras redes; a consolidação dos empreendimentos; desenvolvimento de atitudes de participação ativa na comunidade (envolvendo uma atitude ética em relação ao meio ambiente); e a produção e divulgação de conhecimento (metodologia de autogestão) (ANTEAG, 2004). Nesse mesmo trabalho, a ANTEAG ressalta que tais objetivos não podem ser atingidos de forma isolada, pois tratam da consolidação de uma organização fundamentada em valores muito adversos daqueles que

convencionalmente são a base para a formação das pessoas. “A economia solidária modifica as relações que as pessoas estabelecem com o trabalho, com o consumo, com a comunidade, com o poder público, com o Meio Ambiente, com a família, etc (id., ibid, p. 14).”

Nos destaca Novaes e Sardá (2011), que as iniciativas autogestionárias que lutam pela produção dos meios de vida apresentam um rastro histórico de pelo menos dois séculos. Ao fazerem a proposição de substituir a competição pela solidariedade e a fragmentação pelo coletivismo, traziam á tona uma auto-organização que revelava para os trabalhadores envolvidos a necessidade indissociável de autogestão não só da produção, mas também da vida social. É deste ponto que surge uma pedagogia das lutas dos trabalhadores que abarca uma dimensão organizativa que propõe a união dos trabalhadores rumo a superação da exploração e também do próprio assalariamento. Desde então, a autogestão emerge no horizonte da luta de classes trazendo como sendo seu o papel da preparação dos trabalhadores para a vida coletiva, o que inclui “assumir a produção das condições materiais de existência (id., ibid, p. 4).”

Os autores defendem que a experiência das fábricas recuperadas, recupera um campo da luta de classe que esteve até então subestimado desde a Comuna de Paris – da produção cooperativa dos meios de vida sendo que, nesta dimensão, a autogestão revela-se essencial, porém, sensível diante de formas autoritárias de controle e gestão da produção. Concordamos com os autores em questão quando eles defendem a autogestão como uma utopia, ou seja, “projeto de organização societária que encontra no processo de produção da vida material a chave para a superação desse modo de produção e transformação do todo social.” O que se pode esperar destas experiências “é que elas possam levar mais longe a modificação das relações de propriedade e controle, em direção a uma alteração profunda nas relações sociais de produção (id., ibid, p. 8).”

Será a economia solidária, na contemporaneidade, instrumento de resistência e transformação ou mecanismo de fortalecimento do sistema vigente? E, mais especificamente: em que medida a proposta político pedagógica da ANTEAG responde a este questionamento?

É no quadro formado pelas concepções e ações da ANTEAG, que procuramos conhecer por meio de pesquisa empírica, que poderemos apresentar indicativos que nos aproximem de uma resposta.

3.2 UM ESTUDO EMPÍRICO: A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO

A partir da realização da pesquisa de campo junto à assessoria de formação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão foi possível a identificação de alguns aspectos relevantes, como o histórico do surgimento e desenvolvimento da instituição, o caminho percorrido, as experiências junto às empresas recuperadas, as relações com outras entidades (nacionais e internacionais) e com o poder público, as dificuldades enfrentadas e o conhecimento da metodologia de assessoria utilizada no processo de formação. Tais questões, ao serem analisadas a partir da fala do assessor entrevistado, constituiu a base pela qual procuramos identificar os princípios políticos da experiência de trabalho da ANTEAG junto às empresas recuperadas.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista aberta e semi-estruturada, aplicada junto ao responsável pela formação político-pedagógica. O motivo de ter sido feita entrevista apenas com um assessor teve como motivação duas razões consideradas aqui como sendo relevantes. A primeira deve-se ao fato deste assessor estar presente na ANTEAG desde a sua fundação, tendo tido participação ativa em todos os aspectos referentes a instituição; a segunda razão é devido a sua trajetória de vida que está ligada a uma rica experiência política que abarca inserção e participação em movimentos sociais.

O assessor inseriu-se na ANTEAG desde a sua fundação, em 1991, tendo uma participação ativa nos movimentos de economia solidária. Sua experiência de vida e trabalho é ligada a sindicatos e movimentos sociais, já tendo sido filiado ao Partido dos Trabalhadores. Licenciado em História e Filosofia, trabalhou como professor de folclore, história e música. Durante a Ditadura, iniciou atuação na assessoria sindical, lutando contra a Ditadura Militar, atuando na oposição sindical dos químicos e farmacêuticos em São Paulo.

Como motivação de se trabalhar com autogestão ele aponta a possibilidade de abrangência que o tema traz, pois abarca o conjunto – política, sindicalismo, economia, administração, cultura, entre outros. O assessor apresenta uma trajetória de experiência de trabalho anterior a sua inserção na ANTEAG caracterizada pela militância e inserção em movimentos sociais. Participou do movimento estudantil; atuou em trabalhos junto à comunidade, folclore e música; trabalhou com assessoria sindical; lutou contra a ditadura; participou da fundação do PT e da CUT; e teve contato com o sindicato do sistema S. Como assessor sindical tinha vínculo empregatício (celetista), tendo sido contratado pela ANTEAG como assessor, via CLT. Ainda exerce a mesma função de assessoria pedagógica, juntamente

com a participação semanal nas atividades do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que envolve um grande número de empreendimentos, além de ser responsável pela coordenação. Nos últimos tempos, assumiu as atribuições institucionais devido às dificuldades que a associação vem enfrentando, como financeira e de pessoal.

A ANTEAG apresenta uma rica e interessante trajetória que, para o assessor, teve influência direta e indireta da conjuntura política e econômica do país. Seu objetivo é o de representar os trabalhadores e as empresas em projetos de construção da autogestão; assessorar e acompanhar os trabalhadores e as empresas de autogestão, apontando sustentabilidade que envolva aspectos econômicos, sociais, financeiros e ambientais. .

A idéia da autogestão nasce a partir da inserção de um grupo de militantes no sindicato dos químicos e farmacêuticos de São Paulo, militantes estes que faziam parte da oposição. Já na direção do sindicato, os dirigentes, em 1991, deparam-se com falências de fábricas, reflexo da reestruturação produtiva e da abertura do mercado para a importação iniciada, desde 1989, pelo presidente Fernando Collor de Mello. Diante dessa nova situação, integrantes das empresas falidas ou que estavam em situação falimentar, chegavam aos sindicatos solicitando apoio e solução para a situação que estavam enfrentando. Estas entidades não sabiam como responder a esta demanda, visto que sua função principal era a de representar os trabalhadores que se inseriam em empresas de forma subordinada, via CLT. Para o entrevistado, os sindicatos estavam limitados pela própria estrutura sindical varguista, atrelados a uma ação sindical que só se dirigia para trabalhadores formalmente empregados, o que trazia um quadro de dificuldades: “Então o que fazer nesse momento? Ocorria que os desempregados batiam à porta e os sindicalistas não sabiam que medidas deveriam tomar (entrevistado). “

Nesse período o sindicato dos químicos e farmacêuticos atuava em conjunto com comissões de fábricas, assim como também faziam outros sindicatos, como o dos metalúrgicos. Eram cerca de duzentas comissões de fábricas no período. Segundo o assessor, a região da grande São Paulo somava na época a maior concentração operária do mundo, cerca de 3.000.000 (três milhões) de operários e essas comissões acabaram por ensinar aos sindicalistas o que era a autogestão. Foi nessa direção que se originou a idéia da autogestão: das próprias comissões de fábricas, que envolvidas em processo de falência, passaram a procurar alternativas para que os trabalhadores não ficassem desempregados.

Um ponto relevante para o início do trabalho desenvolvido a partir de então foi oriundo da experiência de três dirigentes sindicais dos químicos que foram exiladas, durante a ditadura, no Chile. Durante o exílio, conheceram as propostas do cooperativismo chileno, na época em que Salvador Allende estava na presidência. Eles integraram, posteriormente, a

equipe da ANTEAG trazendo para o Brasil a experiência do cooperativismo vivenciada no Chile. Já a idéia de montar o perfil da fábrica nos moldes da autogestão, vem da leitura feita pelos integrantes das comissões das fábricas brasileiras, já que os trabalhadores eram os que realmente sabiam o que acontecia dentro das fábricas em que estavam inseridos. Nas comissões haviam pessoas da área de administração, engenharia, da expedição, entre outras. O que o sindicato fazia era reunir estas pessoas envolvidas com as questões da empresa e questionar como estava à situação.

Essa idéia de luta para melhores condições de trabalho e financeira tinha essa coisa de você ter o chão da fábrica e isso trouxe a idéia de autogestão: nós temos que ter o controle; a idéia do controle operário. Então, a autogestão é o controle operário. Comissão de fábrica e controle operário para nós é a mesma coisa. (Entrevistado)

De fato, a ANTEAG surge a partir da necessidade dos trabalhadores em dar resposta a demanda pela garantia dos postos de trabalho. Em seguida, em grupo, oriundos das comissões de fábrica, procuram assessoria para desenvolver a proposta de autogestão.

Constata-se que a proposta de organizar os trabalhadores pela via da autogestão foi de iniciativa de sindicalistas que participam de oposição sindical, com prática política partidária.

O trabalho na ANTEAG é desenvolvido por dois tipos diferentes de integrantes: os assessores e os dirigentes. Os assessores são integrantes da própria associação e fazem parte, mais diretamente, de alguma área de atuação, sendo estas a administração, formação, projetos, comunicação e relações institucionais, portanto, realizam trabalho técnico. Já os dirigentes são integrantes das fábricas associadas, sendo os responsáveis pela representação política nos espaços que discutem as temáticas pertinentes, como os fóruns e conselhos. Os dirigentes trabalham dentro das empresas, não se afastando. Para realizar as atividades relativas a parte de formação na ANTEAG, um assessor precisa ter conhecimentos específicos, já que será trabalhada a questão da autogestão, ao que o entrevistado considera uma questão metodológica complicada, ou seja, requer uma grande preparação metodológica, uma prática do que você fez durante a vida, já que não há uma formação teórica, e sim uma formação para a prática. Para o assessor:

As vezes a gente brinca, como uma forma de provocação, quando se faz essas perguntas, que a escola superior de guerra ou o presídio ensina mais a prática do que uma academia . E a pessoa inserida na autogestão está trabalhando com novas práticas, como proceder, como falar com as pessoas, e isso é complicadíssimo. É uma nova cultura e um conviver em grupo. Você trabalha

com a questão cultural, econômica, financeira, com o mercado, com questões subjetivas, entre outras. (Entrevistado)

Uma grande dificuldade enfrentada na assessoria da ANTEAG refere-se à ausência de interesse por parte dos trabalhadores envolvidos em relação à formação de princípios para a autogestão. Para o entrevistado, as demandas acabam sendo por questões técnicas específicas, que não se vinculam à vivência de princípios que possam facilitar o processo de trabalho em grupo de forma cooperativa e autogestionária. A demanda por cursos de formação é pequena. Para superar este problema, os assessores, na atualidade, procuram estruturar o curso específico (técnico) com questões da formação em autogestão. Nesse processo o assessor da ANTEAG ressalta que é necessário desfazer comportamentos e práticas para que outras novas possam ser construídas, e o trabalho educativo é muito difícil existindo, a princípio, uma grande desconfiança em relação à autogestão, um certo descrédito por parte de alguns e existindo ainda aqueles que apostam e que esperam para ver os primeiros resultados.

Uma outra dificuldade ressaltada pelo entrevistado refere-se à herança fordista presente, o que acaba por atrapalhar ou mesmo impedir as mudanças necessárias em relação às atividades desenvolvidas nas fábricas. Há uma grande resistência, por parte dos trabalhadores em adquirir novas formas de execução do trabalho, que se difere do que antes era desenvolvido. Exemplo disso é a fase de eleição do presidente da cooperativa onde, para o entrevistado, ocorre a projeção do antigo dono nesta nova figura, agora eleita por todos os trabalhadores.

Na expressão de Foucault, você tem que devorar a poltrona do dono da empresa, do diretor. Porque a hora que você elege o presidente da cooperativa eles vão projetar no cara o antigo dono. O primeiro presidente vira carne moída. Aí você tem que fazer com que eles devorem a poltrona do cara, mentalmente, tipo Freud que tem uma cerimônia que os filhos têm que jantar o pai. Você tem que absorver o papel dele. Você não, nós. E isso é muito difícil, porque é uma projeção. Esse é o processo das fases. Ele só adquire maturidade na autogestão na hora que você começa a tocar a empresa e começa a ter uma relação com a sociedade. Por exemplo, quando se começa a trabalhar em rede. Quando você sai da unidade do empreendimento, da unidade da empresa. Isso é maturidade. (Entrevistado)

Apesar da necessidade de se ter conhecimentos específicos para se trabalhar com autogestão, os assessores da área de formação, ao ingressarem na ANTEAG, não passaram por nenhum tipo específico de capacitação. Situação diferente acontece com os trabalhadores que passam a gerir a empresa. De acordo com o assessor, no início de cada trabalho com os operários que assumiam o controle da fábrica, era realizada uma atividade de formação com

os diretores das empresas, já que os operários estavam assumindo o papel de administrar tais empresas. Eram feitas reuniões mensais ou bi mensais que eram chamadas de “MBA”. O nome, *Master of Business Administration* remete ao universo empresarial e se materializava em atividades de formação para a atuação das empresas no mercado, como: o que é o mercado, política de comunicação interna e externa, marketing, dentre outras. A equipe da ANTEAG recebia, nesse momento, ajuda dos que tinham experiência na área de administração financeira e esse trabalho foi feito com o Ministério do Trabalho, no período do governo de Itamar Franco e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso. O recurso era oriundo do próprio Ministério, intermediado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Rede UNITRABALHO. Pelo exposto, constata-se que as universidades participaram desde o início da assessoria à associação intermediando recursos públicos para a realização do trabalho junto às empresas recuperadas.

À princípio a ANTEAG só realizava trabalho com empresas recuperadas tendo, em determinado momento, expandido suas ações, o que foi caracterizado pelo assessor como “perda da pureza da autogestão” por um outro integrante da área de formação. Esse fato ocorreu a partir do momento em que a ANTEAG iniciou um trabalho no Rio Grande do Sul, em 1999, e no Amapá, em 2002, diante de pedido por parte dos governos destas localidades para que fosse feito um trabalho de incubação de cooperativas e associações.

Em São Paulo, a partir do trabalho com políticas públicas, iniciado com a prefeitura de Marta Suplicy, é que o trabalho deixou de ser exclusivamente com empresas recuperadas. O foco de atuação da ANTEAG foi ampliado, devido aos recursos que tinham como objetivo a atuação das políticas que promovessem inclusão social. As empresas recuperadas não foram abandonadas, mas o foco do trabalho foi modificado para que fosse possível captar recursos financeiros, indispensável para a sobrevivência da associação. Porém, entre os integrantes da ANTEAG, essa nova ação acabou por trazer alguns conflitos, pois alguns integrantes discordaram dessa mudança, reafirmando que o trabalho deveria ser feito visando à autogestão para que não se perdesse o caráter da instituição havendo, inclusive, o abandono do trabalho por parte de um importante integrante.

Uma ressalva deve ser feita aqui: o início do trabalho com políticas públicas não foi iniciado como uma forma de se estender a inserção e a formação que estava sendo realizada, naquele momento, pela ANTEAG; a motivação foi outra, tendo relação direta com a falta de recursos para a continuidade da proposta inicial da instituição: representação e formação para empresas recuperadas. Este fato levou, inclusive, a um racha interno, sendo revelador das limitações impostas pelo mercado. Limitações estas que não atingem apenas a ANTEAG, mas

as empresas assessoradas que, mesmo adotando uma formatação autogestionária com práticas cooperativistas, acabam tendo seus produtos inseridos na circulação de mercadorias do capital.

Ainda sobre a fonte de recursos financeiros, a ANTEAG captava recurso para realizar a formação através de projetos, principalmente do Ministério do Trabalho, que envolvia a UNITRABALHO e a UFRJ. Houve também recursos advindos de editais nacionais, além de recursos internacionais, como da Oxfam Novib, organização independente fundada em 1956 na Holanda com o objetivo de prestar auxílio aos países empobrecidos. Com esta última instituição a ANTEAG fez muitos trabalhos, tendo sido a instituição que mais disponibilizou recursos. Também houve outras entidades internacionais que, assim como a citada anteriormente, disponibilizava aporte de recursos para que fosse montada a estrutura que possibilitasse o desenvolvimento do trabalho.

Um aspecto destacado pelo entrevistado refere-se à diferenças de possibilidades de utilização entre recursos oriundos de entidades internacionais e recursos governamentais, sendo que os recursos de origem externa apresentam uma maior flexibilidade em sua utilização o que, na opinião do entrevistado, facilita bastante a manutenção da estrutura necessária para que o trabalho seja realizado. Este fato foi exposto na seguinte passagem:

Eles vinham com aporte de recursos para você manter a estrutura e nós precisávamos disso. E quando você pega um projeto de governo de políticas públicas, de governo, prefeitura e estado, eles têm uma dotação orçamentária que não te permite quase nada. O problema é que você tem que provar que você não está desviando dinheiro e é tanta coisa amarrada que você se sente profundamente engessado para fazer as coisas. Você não pode pagar telefone, você não pode pagar aluguel. Aí como que você paga telefone, como que você paga aluguel? Então, tem recurso externo que te mantém a estrutura; tem recurso de políticas públicas, que tira do foco, que é engessado, que ajuda um pouco; e tem os recursos das empresas porque elas também contribuem. (Entrevistado)

De acordo com o assessor de formação da ANTEAG é na metodologia de formação que se faz o trabalho educativo, “na metodologia você faz a educação (Entrevistado).” Segundo ele, o processo de formação em autogestão perpassa a realização de três etapas: a primeira fase é denominada “autogestão” e são oferecidos cursos que abordam questões básicas, preliminares como, por exemplo, controle de medidas e matemática. A segunda parte é denominada “educação para a autogestão”, sendo o trabalho direcionado para algo mais específico e tratados temas como faturamento, retiradas ou resultados, fluxo de produção, comunicação, entre outros. Nessa fase os cadernos publicados pela ANTEAG são utilizados

como material de suporte. A terceira etapa é a “educação pela, ou através, da autogestão”, momento em que importantes aspectos são discutidos como a elaboração do estatuto social e do regimento interno. A discussão é bastante valorizada na formação, por ser considerada um processo educativo.

É a autogestão que te educa a você fazer autogestão. E isso é interessante, ou seja, pelo fazer que você faz. Tudo o que se faz tem que ser pensado enquanto processo de educação. Você discutir é um processo que te educa. Isso aconteceu em Catende¹⁵, lá você tem a usina e a indústria, você tem o campo e tem a agricultura familiar e tem a cana coletiva, e tem os moradores que são 43 (quarenta e três) engenhos de moradores. E como que eu caso tudo isso? Você tem que fazer reunião nas comunidades, casar com o comércio local que eles fazem, como que você faz para o cara da agricultura familiar vender a cana para a indústria coletiva? Como que fica a questão ambiental? Pegando madeira no mato, como que se resolve isso? Na discussão você vai começando a perceber que no debate é que você vai começando a resolver isso. Não tem que fazer coisa separada, pois você educa pela autogestão. A autogestão te educa para uma nova cultura, tem uma nova política, tem uma nova ideologia, tem uma nova economia, tem uma finança solidária (o que são finanças solidárias: bancos solidários, cooperativas de crédito, as moedas sociais, e os fundos rotativos) e isso é uma outra cultura. Aí você passa a criar um contra poder, porque tudo que a sociedade mexe você não está mexendo. O cara começa a participar do fórum e a entender de economia por causa da empresa que ele trabalha; ele aprendeu a fazer conta e a entender o que é o mercado. (Entrevistado)

Ao ser questionado sobre quais os autores que a ANTEAG se embasa para realizar o trabalho de formação, o entrevistado relata a inexistência de autor ou autores específicos, ressaltando que o próprio Paul Singer corrobora com o fato de não ser feito um trabalho de autogestão que utilize um autor específico. Acrescentando que Singer assume publicamente que iniciou o trabalho com autogestão e economia solidária com a ANTEAG. Acrescenta que apesar de não haver um autor específico que ilumina o trabalho, alguns são utilizados como suporte, podendo ser citado o Pichón-Rivière, na área de Psicologia, e Ágnes Heller, com destaque para sua obra “A Condição Humana”. Diz ainda ter dificuldade em falar dos autores já que nenhum deles trata, a rigor, de autogestão:

¹⁵ Situada em uma região do nordeste tradicionalmente composta por diversas usinas de açúcar, Catende é uma centenária usina de açúcar que chegou a ser, na década de 20, a maior da América Latina. Com um total de terras da massa falida de 26.000 hectares e contendo uma parte industrializada (estrutura industrial) e uma parte agrícola (engenhos e moradias), Catende abarca 4.000 (quatro mil) famílias e se estende por cinco municípios. Catende teve suas portas fechadas durante o período em que seus trabalhadores estiveram lutando judicialmente para manter o seu funcionamento – na segunda metade da década de 1990, e hoje constitui-se em uma referência de experiência brasileira de massa falida recuperada pelos trabalhadores (KLEIMAN, 2008).

Eu vou ter dificuldade de te falar porque ninguém, a rigor, está falando de autogestão. Acho que isso faz parte do movimento político de hoje, não temos mais ninguém e eu acho que isso é até bom porque te obriga a fazer. Você vai fazendo, vai discutindo, vai elaborando, conversando, trocando idéias, cometendo alguns erros. Tem que casar teoria com essas práticas e discutir muito. (Entrevistado)

O entrevistado ressalta ainda a existência de um fato interessante de autogestão na América Latina. O Brasil é, atualmente, a maior organização de economia solidária do mundo.

Ao ser questionado sobre quais os instrumentos/ferramentas utilizadas no trabalho de assessoria, o entrevistado afirma ser uma questão de difícil resposta. No período inicial de trabalho da ANTEAG, a assessoria era feita de forma separada - para os dirigentes (que de uma forma emergencial tinham que dar conta da empresa) e para os trabalhadores das empresas; sendo que os instrumentos utilizados eram as próprias reuniões. Pessoas eram convidadas para falar de assuntos determinados, sendo realizados diálogos e interações no decorrer das palestras. Isto foi feito durante muito tempo. Uma outra ferramenta utilizada eram os cadernos, chamados por alguns de cartilhas (termo não utilizado pelo entrevistado por considerar que tem relação com doutrinação). Para o entrevistado tais cadernos não eram autoexplicativos, já que as empresas apresentam realidades diferenciadas. Foram publicados um total de 08 (oito) cadernos para formação com recursos do Ministério do Trabalho, que abordavam temas pertinentes como administração, ponto de equilíbrio, histórico do cooperativismo, qualidade, organização dos trabalhadores e do negócio. Depois vieram outros cadernos que foram complementados. O trabalho foi se ampliando e foi efetivado um convênio com a UNICAMP em que foram elaborados cadernos sobre reciclagem, processamento de alimentos e hortas comunitárias. O entrevistado considera que foi um trabalho bastante “saudável” tendo sido, inclusive, esses cadernos complementados com outros assuntos, como fluxo e cadeia produtiva, redes e comunicação (comunicação dentro e fora da empresa).

Os responsáveis pela elaboração do material pedagógico são dois integrantes da assessoria de formação, dentre estes dois, o próprio entrevistado, que responde pela maior parte do trabalho.

Os meios de comunicação utilizados para a divulgação do trabalho são o site da ANTEAG e participação em eventos, como os fóruns, conselhos, encontros, que contaram com ajuda da FINEP (com recurso público):

Fizemos um único congresso que foi o primeiro congresso de autogestão no Brasil, em 2004, e não fizemos mais. Somos muito bons para inaugurar coisas, mas não sei se somos tão bons para continuar como gostaríamos que fosse. (Entrevistado)

Um outro evento considerado bastante importante pelo integrante da equipe é o encontro de debate que tem a ver com o tema da autogestão e economia solidária. Ocorre mensalmente e são realizados debates sobre estes temas. Atualmente não está sendo feito devido à reforma do espaço físico da ANTEAG. A associação ainda participa do comércio justo e solidário, sendo que dividiam o espaço com a Faces, que também trabalha com o comércio nacional justo e solidário. Sobre a relação entre comércio justo e solidário e a economia solidária, o entrevistado ressalta:

Isso integra hoje a economia solidária. É a idéia de se trabalhar com atividades que certifiquem os produtos, se eles são de origem socialmente corretos; se não tem trabalho desumano; consciência social, ecológica e ambiental. Então existe participação com as frentes de trabalho em economia solidária. Nossa principal divulgação hoje é no campo da economia solidária. (Entrevistado)

Dentro do movimento de economia solidária existem ações políticas que procuram fomentar o debate, elaboração teórica, formatação de política pública como Fórum Nacional de Economia Solidária, além Redes como Rede Nacional de Empreendimentos Solidários.

Quanto ao planejamento das atividades de assessoria, houve algumas alterações nos últimos anos. Antes havia assessorias de várias áreas técnicas, como a jurídica, que contava com advogados que tinham uma sensibilidade maior para a autogestão e para a economia solidária o que possibilitava uma interação com os integrantes da equipe.

Um fato bastante comum era a solicitação de assessorias específicas por parte das empresas para que a ANTEAG auxiliasse na resolução de pontos específicos e, ao chegarem, a equipe percebia que se tratava de problemas de formação e não de assuntos ora apresentados pelos trabalhadores. Por exemplo, quando a assessoria jurídica era chamada pelas empresas que demandavam resolução de problemas no estatuto, quando a equipe do jurídico chegava, constatava que se tratava de uma questão de formação para a autogestão. O que ocorria era que o problema que eles estavam enfrentando estava relacionado com a discussão da autogestão e da economia solidária. As assessorias acabavam por levar aos trabalhadores a assessoria de formação. O trabalho era feito em conjunto.

Quanto aos critérios necessários para a assessoria, a empresa deve ser associada ou filiada a ANTEAG. Existe uma contribuição mensal calculada a partir do número de

trabalhadores em cada empresa. Existe uma tabela sendo que o valor máximo de contribuição de uma empresa é R\$ 700,00 (setecentos reais) por mês.

O assessor ressalta que, caso a empresa não seja filiada à ANTEAG, ela também receberá assessoria, bastando apenas que seja feita a solicitação. Quando um trabalhador liga e solicita assessoria, a ANTEAG costuma fazer um pequeno investimento e inicia o trabalho com recursos próprios e de outros projetos. É feita uma análise inicial, uma orientação e uma sondagem e se a empresa se dispuser a fazer o trabalho com alguma estrutura deles, só então, é solicitado que passem a contribuir.

No início do trabalho a ANTEAG realizava assessoria para dois públicos diferenciados: dirigentes das empresas e chão de fábrica. Ao realizar um balanço da forma como esse trabalho foi realizado o responsável pela formação, ressalta que houve um equívoco na metodologia do trabalho e o erro não estaria, necessariamente, no fato de se trabalhar com dois grupos de forma separada; o erro estaria em não se combinar esse trabalho.

O balanço desse período é que nós erramos, pois você acaba criando uma dicotomia entre negócio e organização. Você tem que fazer simultaneamente, o tempo todo, as duas coisas têm que caminhar juntas. Não se pode separar uma coisa da outra. Por causa da conjuntura e de uma assessoria mal feita, muitas empresas que foram recuperadas voltaram para o capitalismo. Vou pegar alguns casos emblemáticos: existe uma empresa chamada Coopercalderaria. O mercado aqueceu e começou a se contratar cada vez mais gente, celestista, e a gente foi contra isso. E foi entrando gente e chegou uma hora que disseram assim: bem, nós que somos quarenta associados, nós montamos a empresa, congelamos a cooperativa, nós quarenta somos sócios, e contratamos as pessoas para trabalhar para a gente. O aquecimento do mercado permite isso hoje. Qual a origem disso aí? Talvez essa formação maldita de separar direção do chão de fábrica. Talvez o erro foi esse. Você poderia separar, mas teria que combinar. Você tem que garantir essa fusão. (Entrevistado)

Somado a este fato está a cultura de que o saber é uma mercadoria e que levava, constantemente, a situações em que o trabalhador não repassava aquilo que aprendia.

Na primeira fábrica que isso aconteceu foi na Paraíba, a daqui e não a do nordeste. Na época eu fiz uma reunião com a diretoria da Paraíba e eu percebi que eles estavam pensando em congelar a cooperativa e montar outra coisa. Então, ou você trabalha muito bem essa questão ou nós, da autogestão, da economia solidária, estamos fazendo um trabalho compensatório, administrando a crise financeira do capital e quando ele melhora, pula fora. Isso aconteceu muito e eu considero que foi o principal erro, não ter tido uma visão estratégica desse processo. Acontece muito de um grupo de pessoas se juntarem e só depois decidirem o que vão fazer, o que vão produzir. Isso acontece muito na incubação. Esse é um ponto errado no processo. E uma

outra coisa que também erramos é que deveríamos ter casado esse processo com a economia solidária e nós não fizemos isso. Tivemos dificuldade de fazer isso. Em relação aos problemas são os dois pontos mais significativos. Na ANTEAG as pessoas acabaram se dividindo muito, como nos departamentos, e nem todo mundo trabalhava na formação e tem que trabalhar na formação. (Entrevistado)

Não há um tempo médio de duração da assessoria da ANTEAG à uma empresa recuperada. O entrevistado destaca que é possível que um integrante da equipe vá pontualmente à ANTEAG e acaba permanecendo por uma semana ou ainda um mês inteiro. Já houve situações de permanência de dois meses, como no caso de Pernambuco que esteve cotidianamente em busca de assessoria por dois meses contínuos, para que fosse possível entender o que estava de fato acontecendo na empresa e alcançar a resolução do problema. Afirma, também, que não há uma finalização do trabalho, sendo a assessoria contínua.

O entrevistado destaca a existência de diferenças entre a metodologia utilizada pela ANTEAG e as de outras instituições de apoio que também prestam assessoria na área da autogestão. Para ele, a diferença reside, principalmente, no fato da formação da ANTEAG ser realizada a partir da “perspectiva da libertação do trabalhador e não apenas para o empreendimento.”

O projeto da ANTEAG é um projeto de sociedade, muito mais abrangente e, para nós, é o ponto que diferencia. Nós não temos uma única forma de trabalhar, nós vamos construindo essa forma a partir do empreendimento, a partir da realidade de cada um, a partir da realidade deles. Nós não temos uma metodologia pronta e é isso o que nos diferencia. Nós temos sistematizado o trabalho que fizemos, inclusive os últimos cadernos que fizemos nós validamos eles em cinco regiões, desde comunidade indígena, campesinato, empresa recuperada, grupos de artesanatos. A proposta é você trazer toda essa experiência e conseguir sistematizar para outros estarem vendo. Qualquer trabalho que a gente faça, a gente parte da realidade deles e creio que é isso que nos diferencia. (Entrevistado)

A perspectiva política apresentada fica difusa na fala do assessor. Aqui, parece-nos que a palavra “libertação” refere-se à emancipação e está vinculada à classe social, quando o entrevistado destaca o trabalho feito com o campesinato, comunidade indígena, trabalhadores de empresas recuperadas. A falta de referência teórica focada em autores específicos também pode contribuir para esta compreensão difusa sobre o sentido político ideológico do que ele chama de “libertação”.

Ao ser indagado sobre a relação entre autogestão, cooperativismo e economia solidária, o entrevistado relata que “a autogestão não pode ser colocada no mesmo nível que o cooperativismo. Para ele, “a autogestão pode estar no cooperativismo; a autogestão deve estar

na economia solidária.” Explicando melhor esta relação ele nos expõe que a ANTEAG trabalhava com autogestão quando a economia solidária veio para dentro da associação e, neste momento, algumas pessoas que integravam a equipe reagiram negativamente contra este fato. Uma reunião foi realizada para que fosse discutido o que era a economia solidária, ao que o entrevistado coloca:

Eu me lembro que fiz uma fala sobre a congruência entre a palavra economia e solidariedade, são palavras oxímoras, são palavras que são contraditórias em si mesma, não se pode conviver. E eu trabalhei muito com essa idéia, de que não podiam conviver. Mas hoje eu acho que não, que tem que rever isso. A economia, a comercialização existiu antes do capitalismo que é uma forma de fazer trocas, e a economia existiu bem antes do capitalismo. Então, você pode ter uma economia de uma outra forma. Então, não tem nenhum problema você trabalhar com economia solidária. Depois da primeira oficina de economia popular solidária em 2001, no Fórum Social Mundial a gente começou a entender isso, o que é a economia solidária. Como nós viemos, a rigor, antes da economia solidária, ficou muito difícil trabalhar esse assunto nas empresas. Era muito difícil chegar nas empresas e dizer que eles, agora, tinham que trabalhar nos fóruns e eles questionavam: para quê? Não tem nada a ver. Se tivesse nascido junto seria melhor, mas nasceu depois. Foi difícil fazer isso, mas foi feito. Em algumas empresas nós conseguimos fazer isso. (Entrevistado)

Uma empresa em que esse trabalho foi feito, de acordo com o entrevistado, foi Catende que, aliás, é a maior de todas as empresas associadas à ANTEAG e que abarca quatro mil e quinhentas famílias, num total de aproximadamente 12.000 (doze mil) pessoas. O entrevistado ressalta que a economia solidária vem desse processo que é um processo novo e que algumas empresas acabam por entrar. Para ele, há divergências no próprio Governo Federal, sobre esta questão. Segundo ele, o projeto de lei, o PL 867, que une economia solidária com micro e pequena empresa que acabou por causar problemas, acarretando diversas audiências públicas.

O entrevistado afirma que a legislação vigente do cooperativismo data de 1971, do governo Médici, existindo um encaminhamento do governo Lula para que seja feita uma nova lei sobre o cooperativismo. Entretanto, a proposta da SENAES de cooperativismo do trabalho, que é algo bastante específico e que se destaca na lei, apresenta um sério problema e acaba por tornar-se uma regressão à idéia de cooperativismo que o vincula aos pagamentos de direitos semelhantes a uma empresa mercantil, o que leva a ANETAG a ter divergências profundas.

Nós achamos que cooperativismo não tem nada a ver com esse negócio celetista, porque não existe subalternidade. Então, temos um profundo embate político, pois não concordamos com o que a SENAES está fazendo, uma coisa é relação capital trabalho e o cooperativismo segundo a Aliança Cooperativista Internacional diz que o cooperativismo é um associação de pessoas e não de capital. E isso começa a se formar um piso de categoria e de que categoria são as pessoas no cooperativismo? Não sei. E qual é o piso? O piso de qual categoria que vai dizer? Para quem vem do movimento sindical não consegue ver outra coisa porque só pensa assim e isso é um problema. É por isso que eu digo que a história da gente é que determina, a história lá do ABC. O cooperativismo nasceu junto com os sindicatos, mas não são os sindicatos. Tem o sindicato patronal e o sindicato dos empregados e os dois são isomórficos, são muito parecidos tanto é que vão sempre negociar. E como que o cooperativismo entra aí se não existe patrão e empregado? E temos aí, com relação ao cooperativismo, muito problema. Por sorte essa lei da cooperativa de trabalho não andou tanto quanto o Ministério do Trabalho queria. (Entrevistado)

Nessa discussão, o entrevistado aponta outro aspecto no campo das definições legais para a economia solidária é que o cooperativismo é tratado pelo Ministério do Trabalho por uma visão de direitos celetistas que, segundo ele, advém de advogados trabalhistas que, a rigor, não apresentam conhecimento sobre cooperativismo. A opinião do entrevistado é que a legislação anterior, mesmo sendo de 1971, apresenta-se como sendo melhor que a atual proposta do Ministério do Trabalho.

Para o entrevistado existia uma certa distância entre economia solidária e autogestão, no entanto, foi acontecendo uma aproximação e, hoje, essa distância não mais existe. Os projetos de autogestão e os projetos de economia solidária, graças ao trabalho do FBES, estão se identificando um com o outro. Destaca o mapeamento da economia solidária como sendo o trabalho mais relevante da SENAES “pois se você olhar para o mapeamento você define o que é economia solidária de uma maneira muito rica e você mostra dentro da economia solidária o que é o projeto de autogestão.”

O entrevistado aponta uma diferença importante que demarca o cooperativismo na relação com a economia solidária. Para ele, é boa a relação existente entre autogestão e economia solidária, ao contrário da relação entre cooperativismo e autogestão. Nesta última, ele se refere ao sistema OCB, que se distancia das propostas da economia solidária, do cooperativismo popular, com uma frente parlamentar que atua na defesa do cooperativismo tradicional. A importância da existência do cooperativismo popular, de acordo com ele, reside na possibilidade de separação entre os tipos de cooperativismo existentes.

No que se refere à diferença entre empresas de caráter mercantil e autogestionário, a fala do entrevistado é clara. Para ele, vão além da metodologia de assessoria para trabalhos na

área de autogestão, abarcando o tipo de trabalho realizado em uma empresa autogestionária e uma empresa de caráter mercantil, sendo a principal é que a capitalista é de capital e visa, portanto, o lucro; a autogestionária vê o trabalho “no sentido humano e não apenas no sentido da exploração. A autogestão como uma nova forma de vida e uma nova forma de sociedade.”

Para ele, o principal benefício da empresa mercantil é a carteira assinada, benefício este que está fortemente ligado a cultura trabalhadora brasileira, já que é uma cultura carregada da relação empregado X patrão. Ao que o entrevistado acrescenta que devemos nos atentar para o fato deste benefício ser concedido a partir da perda da liberdade do trabalhador.

O grande benefício social acaba sendo o benefício da carteira assinada do trabalhador. O benefício à custa da perda da liberdade, do trabalho monótono, do trabalho alienado e subordinado. Você é pago para alienar-se. O benefício da carteira assinada é uma dificuldade da empresa autogestionária superar, é um dos principais. (Entrevistado)

Ao que destacamos que o benefício da carteira assinada - colocado pelo entrevistado como sendo uma dificuldade enfrentada pela empresa autogestionária representa, ao contrário, uma importante conquista da classe trabalhadora.

Uma outra questão também enfrentada pelas empresas diz respeito à adequação aos parâmetros do mercado. Enfrentar o mercado é algo inevitável, pois existe a necessidade de se criar um espaço e uma inserção.

O assessor afirma que quando se atua no sentido de transformar uma empresa mercantil em uma empresa autogestionária, alguns aspectos bastante relevantes devem ser trabalhados buscando a sua modificação: a organização do processo de trabalho; a gestão; a educação e a formação política dos trabalhadores; a cultura dos trabalhadores; e a consciência de classe. Nessa direção, a ANTEAG aponta quais são as mudanças necessárias para que ocorra, de fato, tal transformação, sendo estas as principais mudanças que ocorrem nas empresas onde a ANTEAG passa a assessorar. Em relação à organização do processo de trabalho a mudança que deve ser operada é a superação da cultura fordista de compartimentação que automatiza o trabalho. Aponta ainda a diferença de participação do trabalhador em uma empresa de autogestão – participação plena e uma toyotista – participacionismo; sendo que na primeira existe a possibilidade de participação em todo o processo e no toyotismo o trabalhador participa de tudo, menos do essencial. E a tão propagada Participação nos Lucros e Resultados – PLR não permite que o trabalhador envolvido controle o que foi colocado oficialmente pela empresa como, por exemplo, as contas bancárias. Sobre a gestão, esta passa a ser coletiva e não individual, sendo muito

importante o despertar da solidariedade, da cooperação e união entre os trabalhadores, diferente do toyotismo que compartimenta e individualiza o operário. Nesse processo de mudança a educação e a formação política dos trabalhadores torna-se essencial e este trabalho é feito na própria gestão. Para o entrevistado, se o trabalho de educação política não foi realizado de forma adequada o que acaba por ter como consequência é o retorno dos trabalhadores aos moldes capitalistas de produção:

Na gestão você educa para todas as coisas da sociedade. Quando você educa você está falando de política e educar também é política porque você está propondo a participação. E talvez, voltando à pergunta lá trás, nós não tivéssemos feito a educação política suficiente para que, quando o mercado melhora, as pessoas continuem solidárias e não fiquem tiçadas a entrar nas maravilhas do capital e esquecer a cooperativa para formarem uma sociedade de exploradores. Em Mandrágon aconteceu a mesma coisa. Os primeiros que fundaram tinham a perspectiva e os demais renderam-se ao mercado. (Entrevistado)

Ao ser questionado sobre qual seria a parte mais difícil do trabalho ao se propor a autogestão, o entrevistado chama atenção para a mudança da cultura dos trabalhadores. Para ele, a primeira preocupação do trabalhador envolvido reside no fato de ter que produzir para ter a sua retirada e, segundo, a divisão dever ser feita de forma igual, mesmo que sejam feitos trabalhos diferentes. Atingir essa mudança cultural não é algo fácil e, quando acontece, é comum que atinja apenas o grupo que iniciou a empresa ou a cooperativa, não se estendendo aos que ingressaram posteriormente. Traz como exemplo um caso que considera como sendo emblemático acontecido com uma das empresas que recebiam assessoria:

Eles conseguiram chegar até esse momento onde todos os postos recebiam o mesmo valor. E aí eu ouvi uma fala de dois, o que organizava a administração e outro da produção. O que organizava a produção diz que tem que ser igual porque eu fico lá organizando, mas se o cara da produção não virar noite para a gente entregar o produto, nem eu e nem ele vamos ter o salário. Quer dizer, houve avanço. No entanto, quando eles cresceram mais, entre eles o salário é dividido, mas os outros estão fora. Houve avanço entre o grupo deles que, praticamente, viraram sócios, e eles têm empregados agora. Eu creio que precisamos debruçar sobre esse fio da meada, esse fio da navalha. Não estamos conseguindo passar por esta nuance. Eles superaram várias coisas juntos e agora, continuam juntos, só que explorando os outros. Eles são solidários entre eles. (Entrevistado)

O último ponto destacado como sendo necessário para ser modificado no trabalho com autogestão é a consciência de classe e, para o entrevistado, a autogestão deve muito nesse aspecto. E mais, ressalta que a questão anterior mencionada – a mudança cultural - acaba por apresentar tamanha dificuldade, exatamente por falta de consciência de classe.

Eu sempre achei que a autogestão sempre deveu muito para a conscientização da classe trabalhadora. A autogestão tem tudo a ver com essa questão de classe porque você vive essa questão da solidariedade de classe por quem vive do trabalho. Para o sindicato não basta ter esse pertencimento de ser trabalhador, tem que ter também o trabalho que combine essas questões culturais, ideológicas e políticas. (Entrevistado)

A questão da sindicalização dos trabalhadores é outra questão que deve ser tratada, haja vista, que não são trabalhadores possuidores de vínculos tradicionais de trabalho, ou seja, não atuam mediados pela CLT. E sobre isto a ANTEAG, até certo tempo atrás, orientava as empresas assessoradas a tomarem a decisão que considerassem como sendo a melhor. É ressaltado a inexistência de um sindicato que atenda trabalhadores autogestionários que, no Brasil, “acaba por se constituir em uma entidade de representação para negociar salários (Entrevistado).” Por isso, não existe nenhuma parceria entre os sindicatos e a ANTEAG. No entanto, existe relação com outras entidades, com outras instituições de apoio à economia solidária, com redes ou movimentos sociais de caráter nacional ou internacional e com o poder público. A relação com o poder público efetivou-se devido ao início do trabalho com políticas públicas a partir da abertura democrática no país que teve como consequência a eleição de prefeitos mais voltados para a questão social. O entrevistado coloca que, atualmente, também o Governo Federal está mais voltado para esta questão mencionada, o que ele considera como sendo algo positivo.

Entretanto, pela fala do entrevistado é possível destacar um fato que tem acontecido com inúmeras entidades que trabalham com a economia solidária e a autogestão. A maior facilidade para ter acesso a recursos financeiros para executar projetos leva as organizações a se distanciarem de seu objetivo principal, justificada pela necessidade de manutenção de sua estrutura. No caso da ANTEAG, para o entrevistado, isso ocorreu: “o trabalho que tinha que ser central ficou residual e o residual ficou central (Entrevistado).” A ANTEAG conseguiu apenas uma vez, no atual governo, política pública voltada para empresas recuperadas, ao que acrescentou ter sido algo muito difícil. Entretanto, ao se trabalhar em projetos que ficam circunscritos à economia solidária, como o Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária houve participação da associação.

O assessor afirma que uma parceria que vem apresentando resultados muito bons é com as universidades e, de acordo com entrevistado, isto se deve ao fato da ANTEAG ter ajudado a criar algumas das incubadoras universitárias, como as ITCP da UFRGS, da UFRJ. Existe proximidade também com a ITCP da USP, Unicamp, UFPE, UFSCar. Em Minas Gerais há pouquíssima relação com a UFJF, UFSJ e UFV.

Já com empresas de caráter mercantil, a ANTEAG não possui relação direta. Um fato que era comum de acontecer até por volta do ano de 2005, era a solicitação de assessoria por parte de empresários de empresas mercantis por estarem atravessando algum tipo de dificuldade.

O que acontecia era que até 2004, 2005, a relação entre as empresas e a ANTEAG era de respeito, os empresários nos chamavam porque estavam com problema, estavam falindo ou brigando na família e nós íamos falar com eles e ver caminhos. Tem alguns casos que o cara estava lá chorando. A gente conversava com as pessoas para ver se dava para fazer ou não. Mas tinham casos que não davam porque os trabalhadores nunca havia tido um comportamento solidário entre eles, uma cultura solidária. É muito difícil uma pessoa velha mudar o hábito, um jovem é bem mais fácil. A não ser que o velho, desde jovem, seja um cara rebelde. A maior dificuldade é mudar a cultura. (Entrevistado)

Há relação também com redes e movimentos sociais de caráter internacional, através de projetos e fóruns internacionais. Alguns trabalhos de intercâmbio foram realizados, como em Mandragón (entre 2006 e 2008); a Aliança Cooperativista Internacional; algumas atividades na Alemanha; relações com pessoas de empresas recuperadas da Argentina e Venezuela; além do início de um trabalho com o Chile que não se efetivou. Houve uma boa relação com a Oxifam Novibe e com o BID. Entretanto, a relação com esta última instituição findou-se devido à existência, segundo ele, de conflito com a economia solidária.

Ao ser indagado sobre o papel que o Estado deve desempenhar em relação à economia solidária e à autogestão, o entrevistado coloca a necessidade de promoção e investimento por parte do governo para que os movimentos de autogestão e economia solidária tenham força e se organizem. O papel do Estado é de ajudar na organização, no fomento e na autonomia das políticas públicas, pois é este o tipo de ação que é duradoura. “O resultado de um bom governo não é o que ele faz durante, é o que fica de bom (Entrevistado).”

Quanto a atual situação da ANTEAG esta se revela em uma fase de profundas dificuldades. Segundo o assessor,

Nessa fase mais crítica quem está segurando são os recursos das empresas. Só não vamos embora de uma vez porque tem recurso das empresas pagando a gente. Nós estamos com as contas no banco bloqueadas, então temos que passar por outras contas, se não, não teria jeito. Todas as contas da ANTEAG do banco estão bloqueadas. Então, as empresas sustentam a gente minimamente. Eu não estou recebendo nada por isso, mas temos que pagar aluguel, temos algumas pendências, e isso tem um custo. (Entrevistado)

Não tendo sede própria a ANTEAG utiliza hoje, parte da sede cedida pelo sindicato dos arquitetos de São Paulo para a realização de suas atividades. Ao ser questionado quanto ao número de empresas assessoradas atualmente, assim como o ramo de atividades e o número de trabalhadores de cada uma delas, o assessor disse não saber responder de imediato, mas que seria em torno de 28 (vinte e oito) a 30 (trinta). Cabe ressaltar que não foi disponibilizado pelo assessor o estatuto e regimento da ANTEAG, para realização de consulta e análise.

Um dos últimos pontos tratados na entrevista foi em relação aos desafios que a ANTEAG enfrenta que, apesar de já ter alguns pontos mencionados no decorrer do texto, nos foi ressaltado que a economia solidária está enfrentando uma grande dificuldade, que é o seu envio para o Ministério das Micro e Pequenas Empresas. Tal movimento iniciou-se no governo Dilma Roussef, o que tem gerado resistências por parte dos coletivos e de entidades de apoio. E, um outro desafio, seria a própria reestruturação da ANTEAG, na perspectiva de se manter uma estrutura de estudo e pesquisa e, ao mesmo tempo, construindo uma entidade de representação e mobilização política. Nesse sentido, como perspectivas de atuação, a assessoria de formação aponta para que a ANTEAG se torne uma entidade de representação e mobilização de empresas e empreendimentos solidários longe do Ministério da Micro e Pequena Empresa.

Pelo exposto, percebemos que os princípios políticos defendidos pela ANTEAG passam pela defesa da autonomia dos trabalhadores em vivenciar a autogestão em empresas geridas por eles mesmos. Busca aliar a formação em princípios solidários que, deve estar vinculada a todo e qualquer tema que os trabalhadores precisem aprender para gerir a empresa. A máxima de “manutenção do emprego” transforma-se em “manutenção do trabalho autogestionário”. Um fato claro, visível, por exemplo, quando empresários procuravam a ANTEAG para tratar de problemas falimentares, a única alternativa apresentada pela ANTEAG era a autogestão.

Pelo exposto pelo entrevistado, um outro princípio defendido pela ANTEAG é a valorização do Estado, no caso governos estaduais e federal, em apoiar iniciativas dos trabalhadores, subsidiando-as, inclusive, financeiramente. Assim foi durante a trajetória da associação, que contou com parcerias com governos para se manter no trabalho de assessoria direta às empresas ou ações que tinham como finalidade o reforço da economia solidária, como foi o caso da execução de parte do Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, durante os dois mandatos de Lula.

A categoria contradição é algo presente no trabalho da ANTEAG. Segundo relato do assessor, a empresa autogestionária relaciona-se com as empresas mercantis. Cabe aos trabalhadores lidarem com essa contradição. Mas nos perguntamos: Como então ficaria a expectativa de superação da ordem, por meio da autogestão? A quem caberia o papel de sujeito revolucionário? Não seria necessária uma maior aproximação da ANTEAG aos movimentos sociais para, de fato, enveredar por essa perspectiva? A nosso ver aqui reside uma lacuna, onde os princípios políticos da ANTEAG não encontram uma via material coletiva de realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de relações de trabalho comprometidas com práticas de solidariedade e horizontalidade que tem como objetivo a superação do trabalho subordinado torna-se, a partir da análise da experiência política da ANTEAG sob o viés da economia solidária, um processo cheio de limitações e contradições. Tais dificuldades estão relacionadas, direta e indiretamente, com uma questão que, ao término deste trabalho, gostaríamos de destacar: o aspecto cultural que se vincula, em nossa avaliação, à construção de consciência de classe.

É possível que a opção pelos modelos autogestionários de organização do trabalho não esteja relacionada com um processo de amadurecimento consciente de contraposição ao trabalho subordinado, vivenciado nas empresas, anteriormente ao período falimentar. Esta “opção” acaba por ser feita motivada pelas dificuldades da conjuntura econômica e não se configura em opção política. Há que se considerar o contexto de crise que determinou o fechamento de muitas empresas. Reforçando a afirmativa que fazemos há também o fato de que muitas empresas recuperadas que, no momento de aquecimento do mercado, retornam para os moldes de produção e distribuição capitalistas, ou ainda, àquelas que, permanecendo na autogestão, realizam contratação de novos trabalhadores fora dos moldes horizontais (típicos do formato cooperativista), levando a criação de uma divisão entre os fundadores e os que passam a ali ingressar. Desconsidera-se, completamente, os princípios anteriormente estabelecidos. Como consequência, tem-se a falta de comprometimento e participação dos trabalhadores.

Tal fato nos foi revelado durante a realização da pesquisa, no momento em que o entrevistado aponta como sendo um grande entrave ao trabalho a falta de adesão à proposta, por parte dos trabalhadores envolvidos no processo, resultando na descontinuidade das ações que a ANTEAG pode desenvolver e que fortalecem o trabalho de autogestão nas empresas.

A discussão sobre mudança cultural abarca uma importante categoria – a consciência de classe. Em Iasi (2007), é um fenômeno que deve ser entendido como um movimento que traz elementos de fases já superadas, devendo ser inserido nesse processo o objeto desconhecido em sua própria formação para que seja possível desvendá-lo.

Esse processo é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo. Como então podemos falar em “processo” como um todo? Acreditamos que a partir da diversidade de manifestações particulares podemos encontrar, nitidamente, uma linha universal quando falamos de consciência de classe. Essa consciência não se

contrapõe à consciência individual, mas forma uma unidade, em que as diferentes particularidades derivadas do processo próprio de vida de cada um sintetizam pois, sob algumas condições, um todo que podemos chamar de consciência de classe. (id., ibid, p. 13)

Ao que o autor nos acrescenta que, inicialmente, a consciência seria uma forma externa da realidade que se interioriza, não devendo ser buscada apenas em seu aspecto físico e sim, a partir das relações concretas entre os seres humanos e dos seres humanos com a natureza, ocorrendo em nível individual o processo de interiorização das relações e a formação das representações mentais. Tal representação não é um reflexo simples daquilo que é externo e que se representa em sua mente, é a captação de algo aparente e limitado, ou seja, uma parte do todo. Isto significa que o indivíduo busca entender “o todo pela parte (id., ibid, p. 14)”, sendo um dos mecanismos de sua primeira forma de consciência. Daí a importância de buscarmos as primeiras relações que o indivíduo vive ao ser inserido na sociedade como, por exemplo, a família e a escola, e o que temos nesses espaços são relações preestabelecidas, o que em muito dificulta fazermos a crítica, já que temos estes espaços como sendo naturais.

A mesma situação acontece no trabalho, pois as relações também já são predeterminadas por outras pessoas. No caso da sociedade capitalista, o capital determina como, quando e o que fazer, sendo esta a lógica da venda da força de trabalho que é considerada algo perfeitamente natural. “Sempre foi assim... sempre será..., nosso desejo submetese à sobrevivência imediata... temos que trabalhar para viver, por isso nos submetemos. (ib., ibid, p. 20).”

Assim, formada essa primeira manifestação da consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o. Tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação. No senso comum, a alienação é tratada como sendo um estágio de não-consciência. Após essa análise preliminar, percebemos que ela é a forma de manifestação inicial da consciência. Essa forma será a base, o terreno fértil, onde será plantada a ideologia como forma de dominação. (IASI, 2007, p. 20)

E aqui reside a enorme dificuldade de mudança cultural, já que o trabalho com autogestão e economia solidária é a apresentação de uma proposta que tem como base a substituição daquilo que é conhecido e vivenciado como sendo um processo natural – que são as relações verticais típicas do capital. Isto é a constatação de que a autogestão e a economia solidária estão na contra corrente. No início de uma nova experiência os trabalhadores já se deparam com a necessidade de tentar superar o ranço do trabalho subordinado expresso, por exemplo, na ausência de práticas solidárias; o conhecimento visto como uma forma de deter

poder; a cultura da carteira assinada; a importância dada à figura do patrão; e o descrédito em relação às possibilidades de realizarem a autogestão do empreendimento. Estas questões, que já emergem tão logo os trabalhadores pretendem vivenciar a proposta, permanecem enquanto desafios a serem enfrentados durante toda a existência da empresa.

A vivência da contradição entre antigos valores e as novas relações vividas pelo indivíduo, em determinadas condições, pode levar a uma inicial superação da alienação. Para Iasi (2007) a condição inicial para tal passagem é o grupo. “Quando uma pessoa vive uma injustiça solitariamente, tende à revolta, mas em certas circunstâncias pode ver em outras pessoas sua própria contradição (ib., *ibid*, p. 29)”.

Sem dúvida, as experiências vivenciadas pelos trabalhadores de uma empresa autogestionária pode propiciar a passagem da consciência em si à consciência de classe, que é fundamental para que seja superada a primeira forma de consciência e, nessa direção, a própria alienação. Entretanto, há que se considerar que ainda que o indivíduo possa estar consciente da contradição do sistema, trabalhando, agindo e pensando sob a influência de novos valores, há um processo difícil que deve ser enfrentado pelos trabalhadores em nova situação de trabalho. O mercado onde as empresas se inserem continua sendo o mercado capitalista.

Outro aspecto que, em nossa avaliação dificulta o desenvolvimento das empresas autogestionárias, é o chamado marco regulatório. Inexiste no país uma formatação jurídica para a empresa autogestionária, que a torne distinta das mercantis, o que acaba por trazer consequências como, por exemplo, as dificuldades comerciais. Tal situação é diferente para as cooperativas.

Bastante relevante no processo de formação política para a autogestão são os materiais pedagógicos utilizados como material de suporte. Em relação a estes um destaque deve ser feito. Eles são direcionadas apenas para os trabalhadores que fazem formação e não estão disponíveis para outros trabalhadores. Este fato, segundo o entrevistado, se deve a duas razões: primeiro pela dificuldade em reproduzir tais materiais; e, segundo, por não serem autoexplicativos. Aqui percebemos um problema. Ao se trabalhar com formação existem dois importantes aspectos a serem levados em consideração: o objetivo e o público que se pretende atingir. Nesse caso, percebemos que a formação não ultrapassa os portões das fábricas. Como atingir então o conjunto da classe? Há que se lembrar que, Marx, no texto “*Manuscritos econômicos-filosóficos* (2006)”, nos traz que a noção de emancipação deve incorporar a humanidade como totalidade e, para que isto seja possível, deve incorporar a noção de emancipação dos trabalhadores.

Apesar das dificuldades, as empresas recuperadas e, ao seu lado, a ANTEAG desenvolvem-se no cerne da produção humana. Lembremo-nos de que Marx vinculou o projeto de emancipação humana à esfera da produção. Assim, podem estar próximos da identificação de quanto é importante a produção coletiva na direção da emancipação da classe.

O campo das contradições está aberto. Assim, é preciso considerar o sinalizado por Iasi (2007). Vivemos um momento de restauração e crise da alternativa socialista que vem acompanhada de ofensiva teórica do pensamento de esquerda, o que leva a necessidade de retomar ao conceito de Marx sobre emancipação humana. Para o autor, discutir emancipação humana em contraposição com os limites da emancipação política recoloca uma questão fundamental e bastante atual. A vivência que os trabalhadores passam a possuir, quando em trabalho autogestionário, pode contribuir com a proximidade de uma nova sociabilidade.

Ainda em Marx, procuramos referências. Com o trabalho associado, em substituição ao trabalho assalariado, expressam-se possibilidades emancipatórias. Marx (1980, p. 26) a isso já se referia nas Resoluções da I Internacional, em 1864:

Estamos falando do movimento cooperativo e, sobretudo, das fábricas cooperativas, organizadas com muitos esforços e sem nenhuma ajuda oficial, pela iniciativa de algumas “mãos” (hands) audazes. É impossível exagerar a importância dessas grandes experiências sociais. Com atos e não com argumento, prova-se que a produção em grande escala e harmonizada com as exigências da ciência moderna, pode se efetuar sem que uma classe de patrões empregue uma classe trabalhadora; e que os meios de produção, para darem frutos, não necessitam ser monopolizados para explorar e dominar o trabalhador; e que o trabalho assalariado – assim como o trabalho dos escravos e dos servos – é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado, que executa sua tarefa com gosto, interesse e alegria.

As associações aparecem para Marx como uma prática social em que o meio é ao mesmo tempo seu fim, isto é, que ao constituírem suas associações, os trabalhadores estão projetando uma nova sociedade, fundada na solidariedade prática entre os homens. Com isso, a construção das associações pode se transformar na luta pela própria associação. Afirmar, no entanto, que nas associações meio e fim são a mesma coisa, é diferente de estabelecer que o meio vira fim, pois aí temos a definição dos processos de burocratização, em que o meio torna-se o fim, e o fim é esquecido ou perde-se na estrutura. A associação elimina a concorrência entre os trabalhadores, unificando-os em torno dos seus interesses comuns, e os põe de acordo sobre a necessidade de enfrentar ao mesmo tempo o patronato, o regime de salariedade e o Estado como órgão separado da sociedade. (NOVAES, 20011, p. 4-5)

Nestes trechos, Marx se refere a uma perspectiva de trabalho. Em nossa avaliação, o associativismo é um princípio político que a ANTEAG busca referendar. Ao que nos parece, -

as experiências autogestionárias, sozinhas, não são capazes de se constituir como instrumentos de superação da ordem. Seu limite é o mercado, onde as empresas buscam se inserir. Na verdade, desde sua criação, tratam-se de “tentativas desesperadas”, ou ainda, a única opção possível de se salvar postos de trabalho em situações de crise e crescimento do desemprego. É claro que a efetivação de práticas e relações mais horizontais de trabalho são importantes, pois consubstanciam-se em práticas mediatizadas por princípios mais éticos, igualitários e justos. Mas, nesse sentido estaria longe de se tornar um instrumento de transformação social.

Ainda há que se ressaltar que a alternativa autogestionária acaba por se constituir como viável para a dinâmica de reprodução do próprio modo de produção capitalista, pois tratam de ocupar trabalhadores que não conseguem colocação no mercado formal. Como consequência, ocorre a redução de gastos com políticas e programas compensatórias (como o Bolsa Família), contenção de possíveis revoltas de classe e auxilia no aquecimento e movimentação do mercado. Há uma captura dos princípios que, de emancipatórios se travestem de imediatismo, de sobrevivência da classe no interior do próprio sistema do capital. E, sob intervenção direta do Estado, por meio de políticas públicas de geração de trabalho e renda, os coletivos encontram subsídios financeiros e se perpetuam, limitados pelo próprio sistema.

Atualmente a ANTEAG encontra-se em uma situação de profunda crise. Não dispõe de recursos financeiros, disponibilidade de pessoal e nem sede própria. A instituição não conta com recursos públicos, visto que o Governo Federal tem disponibilizado investimentos para o fomento do cooperativismo popular e não para projetos cujo foco seja a gestão das fábricas pelos próprios trabalhadores, que é o foco do trabalho da ANTEAG. As dificuldades enfrentadas, no presente, são muitas. Para além dos princípios, cujas bases e incongruências procuramos destacar, as condições de existência da própria organização são precárias, fragilizando, inclusive, a proposta que procura abarcar.

BIBLIOGRAFIA

- ANTEAG. **Autogestão**. Disponível em <<http://www.anteag.org.br>> Acesso em 20 set. 2008.
- _____. **Autogestão em avaliação IBASE/ANTEAG**. São Paulo: ANTEAG Edições, 2004a. 125p.
- _____. **Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia**. São Paulo: ANTEAG Edições, 2004b. 187p.
- _____. Mimeo. s/d.
- IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 21 de maio de 2010.
- ABONG. **A rica expressão do associativismo brasileiro**. Disponível em < <http://www.abong.org.br/>> Acesso em 21 de maio de 2010.
- ALBUQUERQUE, P. **Autogestão**. In CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ALVES, G. A Tessitura da Redundância Elementos teórico-metodológicos para uma investigação sobre a experiência da precarização do trabalho no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, Caxambu, MG, 2007. **Ensaio - Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea**. Caxambu, 2007. 30p.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. 258p.
- ANTUNES; R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 159p.
- BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007. 317p.
- BEHRING, E. R.. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perdas dos direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. 304p.
- BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.
- COIMBRA, A.; BRAGA, M. **Princípios e ações em economia solidária: a Intcoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de fora/MG**. Revista Proposta. N 36. 2007. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

_____. **Sindicalismo e cidadania: análise da concepção e prática sindical da Central Única dos Trabalhadores na década de 90.** Rio de Janeiro: UFRJ/ESS. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CRUZ, A. **As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: As tendências estruturais do mercado de trabalho.** Disponível em <http://br.geocities.com/mcrost07/20050216a_as_condicoes_historicas_do_aparecimento_da_economia_solidaria_no_brasil.htm. Acesso em 29 set. 2008.

CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y.; SOUZA, A. R. de. (orgs.) **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** São Paulo: Contexto, 2003. 320p.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 11-28.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** 3. ed. São Paulo: Globo Editora, 1980.

FARIA, M. S. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital.** 2005. 410f. Florianópolis, SC. Originalmente apresentada como tese de doutorado em sociologia política no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FREDERICO, C. **O jovem Marx – (1843-44) as origens da ontologia do ser social.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 216p.

HADDAD, F. Hay que ser solidário pero sin perder la combatividad jamás. In: Sylvia Laser de Mello (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais.** São Paulo: PW, 2005, p.22-28.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008. 495p.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 172p.

KLEIMAN, F. **Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 166p.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul.** ITCP/COOPE-UFRJ, 2003. 79 p.

LUKÁCS, G. **Marx, ontologia del ser social**. Madrid: Akal, 2007. 223p.

MARANHÃO, C. H.. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (org) **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, cap. 3, p. 93-129.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, volume I e II. 27. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006. 198 p.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. In ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p.29-56.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p.141-159.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, vol. I, 18º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, volume I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

_____. **Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844**. Lisboa, Avante, 1994a.

_____. **Sindicalismo**. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

_____. **O Capital**, Vol. 1 2 Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

MENEZES, M. T. C. G. de. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: Gramma, 2007. 250 p.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-44.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 1102p.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008. 258p.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 176p.

NOVAES, H. T. **O Fetiche da Tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 351p. ISBN 978-85-7743-049-9.

_____. **Os Simões Bacamarte da Economia Solidária.** Disponível em < <http://www.itcp.unicamp.br/itcp/arq166.pdf>. Versão preliminar agosto de 2004> Acesso em 28 out. 2009.

_____. **Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas.** Disponível em < <http://br.monografias.com/trabalhos/adequacao-socio-tecnica-fabricas-recuperadas/adequacao-socio-tecnica-fabricas-recuperadas.shtml>> Acesso em 3 de out. 2008.

_____.; SARDÁ, M. **Para onde vão as empresas recuperadas?** Disponível em < http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P&T_Novoes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf> Acesso em 21 de junho de 2011.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2004.

SANTOS, G. M. A. **Pacto para viver: a mobilização de saberes na produção associada, gestão e organização do processo de trabalho e maquinaria em um empreendimento metalúrgico.** 2010. 401 f. Niterói, RJ. Originalmente apresentada como tese de doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

SINGER, P. I. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas.** 7º ed. São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

_____. Introdução. In: MELLO, S. L. (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais.** São Paulo: PW, 2005, p.09-16.

_____.; SOUZA A. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2003.

_____. **Introdução à economia solidária.** 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1998. 182 p.

TAUILE, J. R. **Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento** – escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 385 p.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004. 216p.

_____. **Trabalho e Questão Social:** disciplina optativa, de jun. de 2010. Notas de aula. Anotações.

VASAPOLLO, L. Trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 45-57.

VIEITEZ, C. G.; RI, N. M. D. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. 151p.

WELLEN, H. A. R. **Contribuição à crítica da 'economia solidária'**. In: Revista Katálysis, v.11 n.1 Florianópolis jan./jun. 2008.

WESTPHAL, V. H. **Diferentes matizes da idéia de solidariedade**. In: Revista Katálysis, v.11 n.1 Florianópolis jan./jun. 2008.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSESSORIA DE FORMAÇÃO DA ANTEAG

Data:

Local de realização da entrevista:

A. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1) Nome:
- 2) Sexo:
- 3) Idade:
- 4) Escolaridade/Área de formação:
- 5) Você é filiado a algum sindicato ou partido político?

B. EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ANTERIOR E INSERÇÃO NA ANTEAG

- 6) Você possui experiências de trabalho anteriores? Em caso afirmativo:
 - Em qual(is) atividade (s)?
 - Qual(is) o(s) tipo(s) de vínculo(s) empregatício(s)?
 - Por quanto tempo você desempenhou essa(s) atividade(s)?
 - Como ocorreu a sua entrada no trabalho de assessoria à ANTEAG?
- 7) O que motivou você a trabalhar com autogestão?
- 8) Quanto tempo de trabalho você possui na ANTEAG?
- 9) Qual o tipo de vínculo empregatício?
- 10) Qual o seu cargo?
- 11) Quais atividades que você desempenha?
- 12) Você trabalha diretamente na assessoria às empresas?
- 13) Em que áreas do trabalho da ANTEAG existem assessores?
- 14) Há diferenças entre o trabalho desenvolvido por dirigentes e assessores? Em caso afirmativo, de que tipo?
- 15) Para realizar sua atividade de assessoria é necessário algum tipo de habilidade ou formação específica? Em caso afirmativo, qual (is)?
- 16) Quando você ingressou na ANTEAG, houve algum tipo de capacitação? Em caso afirmativo, de qual tipo e coordenado por quem?

C. CARACTERIZAÇÃO DA ANTEAG

- 17) Defina e apresente os objetivos da ANTEAG.
- 18) Você participou do processo de formação da ANTEAG?
- 19) Qual a fonte de recursos financeiros da ANTEAG?
- 20) A ANTEAG possui sede própria?
- 21) Quantas e quais são as empresas associadas à ANTEAG?
- 22) Quantos trabalhadores possuem estas empresas, no total?

D. METODOLOGIA DO TRABALHO DE FORMAÇÃO DA ANTEAG

- 23) Descreva a metodologia do trabalho de formação desenvolvido pela ANTEAG.
- 24) Como é realizado o planejamento das atividades de assessoria? Quem são os responsáveis?
- 25) Quais são os critérios para que a empresa receba assessoria da ANTEAG?
- 26) Quais experiências de assessoria realizadas até hoje? Faça um balanço geral sobre elas.
- 27) Quais são os autores que a ANTEAG se embasa para realizar seu trabalho de formação?
- 28) Para você, qual a relação entre autogestão, cooperativismo e economia solidária?
- 29) Quais são os instrumentos/ferramentas utilizados no trabalho de assessoria? (material informativo, material pedagógico)
- 30) Quem são os responsáveis pela elaboração do material pedagógico utilizado no trabalho de formação?
- 31) Quais são os meios de comunicação para divulgação do trabalho?
- 32) Quais eventos são promovidos pela ANTEAG e qual a frequência de realização?
- 33) Os eventos promovidos pela ANTEAG assim como seus materiais pedagógicos são disponibilizados à sociedade em geral? Por quê?
- 34) Qual o tempo médio de uma assessoria de formação realizada pela ANTEAG a uma empresa recuperada?
- 35) Há uma finalização do trabalho de assessoria da ANTEAG às empresas associadas?
- 36) Em caso afirmativo, existe algum levantamento sobre o desenvolvimento das empresas assessoradas após esse desligamento?
- 37) Você percebe diferenças entre a metodologia utilizada pela ANTEAG e as de outras instituições de apoio que também prestam assessoria na área da autogestão, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Cáritas, dentre outras? Em caso afirmativo, quais?

E. ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DAS EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS ASSESSORADAS E DAS EMPRESAS MERCANTIS

38) Quais são as principais diferenças entre o trabalho de uma empresa autogestionária e uma empresa de caráter mercantil?

39) Quais os benefícios que uma empresa autogestionária oferece em relação a uma empresa de caráter mercantil?

40) Você considera ser necessário as empresas que a ANTEAG assessora adequarem-se aos parâmetros do mercado? Por qual motivo?

41) Quais as principais mudanças que ocorrem nas empresas onde a ANTEAG passa a assessorar? Destaque:

- Organização do processo de trabalho;
- Gestão da empresa;
- Educação e formação política dos trabalhadores;
- Cultura dos trabalhadores;
- Consciência de classe.

42) Como a ANTEAG entende a questão de sindicalização dos trabalhadores?

F. RELAÇÃO DA ANTEAG COM A SOCIEDADE CIVIL, ENTIDADES DE APOIO E O ESTADO

43) Qual a relação da ANTEAG:

- Com o poder público (nas três esferas de governo);
- Com as cooperativas;
- Com outras instituições e entidades de apoio à economia solidária? (sindicatos, igrejas, ONG's, universidades);
- Com as empresas de caráter mercantil.
- Com redes ou movimentos sociais de caráter nacional ou internacional

44) Que papel o Estado deve desempenhar em relação à economia solidária e à autogestão?

45) Qual a perspectiva de sociedade que a proposta de trabalho da ANTEAG defende?

46) Quais as principais dificuldades e desafios que a ANTEAG enfrenta?

47) Quais as perspectivas da atuação da ANTEAG?